



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JUCELIO REGIS DA COSTA

**OS JORNAIS EM MARCHA E AS MARCHAS DA VITÓRIA NOS JORNAIS:
A IMPRENSA E O GOLPE CIVIL MILITAR NO CEARÁ (1961-1964)**

FORTALEZA

2015

JUCELIO REGIS DA COSTA

OS JORNAIS EM MARCHA E AS MARCHAS DA VITÓRIA NOS JORNAIS:
A IMPRENSA E O GOLPE CIVIL MILITAR NO CEARÁ (1961-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em história social.
Orientador: Prof.^a Dr.^a Ana Rita Fonteles Duarte.

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- C873j Costa, Jucelio Regis da.
Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais : a imprensa e o golpe civil militar no Ceará (1961-1964) / Jucelio Regis da Costa . – 2015.
157 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.
Área de Concentração: História social.
Orientação: Profa. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte.
- 1.Imprensa e política – Fortaleza(CE) – 1961-1964. 2.Governo e imprensa – Fortaleza(CE) – 1961-1964. 3.Jornais brasileiros – Aspectos políticos – Fortaleza(CE) – 1961-1964. 4.Ceará – Política e governo – 1961-1964. I. Título.

JUCELIO REGIS DA COSTA

OS JORNAIS EM MARCHA E AS MARCHAS DA VITÓRIA NOS JORNAIS:
A IMPRENSA E O GOLPE CIVIL MILITAR NO CEARÁ (1961-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em história social.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Rita Fonteles Duarte (orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Márcio de Souza Porto
Diretor do Arquivo Público do Ceará

AGRADECIMENTOS

Este momento especial e singular, reservado para realizarmos nossos agradecimentos àqueles que contribuíram e apoiaram de forma direta e indireta para a concretude deste trabalho, merece atenção especial e a menção de alguns nomes.

Como não poderia deixar de ser algo “natural”, primeiramente, concedo minha gratidão aos meus familiares, especialmente à minha mãe, Maria Varione, por sua dedicação e esforço, me auxiliando em todos os momentos de dificuldades, sempre atenciosa e motivadora, dizendoser possível vencer essa nova etapa cheia de desafios e cansaços.

Aos meus irmãos Juscelino, José Nilson, Jocelia, Jessica e Gisele pelos momentos de alegrias, correrias e reuniões familiares, sempre ao meu lado, concedendo apoio e acreditando neste projeto.

Aos meus tios e familiares como José Ezaclir e Jovelina, Vandizete e Ronaldo, João Rameres e Mazé. Que ao longo da minha vida foram também responsáveis por me sentir motivado a alcançar esse objetivo, e sem nenhuma dúvida, posso dizer que valeu apenas todo esforço e dedicação que fizeram a mim para verem este sonho ser realizado.

Ainda aos agradecimentos familiares, não poderei deixar de registrar meu profundo sentimento e grande amor que tive pelos meus avós, João Maia e Maria Villiam, os quais foram os precursores a me motivarem a ter o desejo pelos estudos. Sei que não estão mais entre nós mas as boas lembranças dos momentos alegres, dos carinhosos abraços e beijos no rosto continuam vivas em minha memória. Da mesma forma, guardo ainda as recordações de ver sempre seus rostos alegres e que contagiavam toda a família e tendo vozes que eram inconfundíveis. *In Memori*.

Neste momento também desejo profundamente agradecer a uma pessoa muito especial, que foi responsável por conduzir os meus passos a trilhar este caminho que parecia ser muito árduo e desconhecido para mim: minha orientadora, Ana Rita Fonteles Duarte. Nesta hora, tenho somente que agradecê-la pelo que fez por mim, realizando diversas sugestões de leituras, pelas orientações que foram bastante enriquecedoras, pela paciência em ler e corrigir os trabalhos enviados e, sobretudo, pelo aspecto humano, por compreender as minhas dificuldades e limitações as quais com o tempo e sua ajuda foram superados. Tributo a você minha imensa gratidão!

Seguindo a lista de agradecimentos, quero agradecer também aqueles que durante dois anos de curso na cidade de Fortaleza passaram a fazer parte do meu convívio social, são eles: Adriana Oliveira, Ana Carolina Rodrigues, Anderson Sousa, Anderson Galvão, Camila

Queiroz, Cristina Fernandes, Paula Machado, Igor Soares, Jamily, José Neto, Norma Sueli, Aterlane e Renato Mesquita. Para além de uma turma de mestrado, todos foram companheiros de uma grande jornada de trabalhos, eventos, encontros e acima de tudo, amigos nos momentos que não estavam restritos a universidade. A união fez e continua fazendo a grande diferença!

Agradeço aos professores da pós-graduação do curso de História Social: Almir Leal, Antonio Luis, Kênia Rios, Marilda, Régis Lopes e Adelaide. Com muito carinho também ao coordenador Antonio Gilberto pela atenção e ajuda nas questões mais burocráticas. Aproveitando este espaço, agradeço também a secretária da pós-graduação, Luciana, pelo empenho em passar os informes, os avisos e pelos e-mails enviados e ligações feitas para que pudéssemos cumprir o cronograma e os prazos estabelecidos pelo curso.

Aos professores da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE, de Limoeiro do Norte, que antes mesmo de ingressar no mestrado de História da Universidade Federal do Ceará- UFC já faziam parte do meu convívio social e de trabalho, e que sempre me incentivaram a enfrentar este grande desafio: aos professores da graduação em História – João Rameres, Lúcia Helena, Francisco Antonio (Chiquinho) Mônica (Ambos foram meus colegas de trabalho no curso Educação do Campo, do PROCAMPO - LIMOEIRO) e Gustavo Lobo .Aos professores do curso de pedagogia: Valdriano, Marly, Suzana, Karine, Rochester, Jamira, Auricélia, Emanuele, Maria do Carmo, Glória, Hernandez, Gleidson, Eudes Baiva e Gardênia.

Aos meus queridos e especiais amigos como Anderson Gean, Mailson Azevedo, Elizamar, Luzane, Érica, Ana Claudia, Rochester, Marcos Brito, Pr. Vandervaldo e sua esposa Vânia, Isac Regis e esposa Emanuele, Luiz Bernardo e família, Jarlinda, Leomárcio, Ricardo e Wytalo. Meus sinceros agradecimentos a eles porque caminharam comigo na estrada da vida me ensinando experiências fundamentais para que alcançasse maturidade e autonomia. Por terem também me proporcionado momentos de intensas alegrias.

À CAPES pelo apoio financeiro sem o qual seria mais difícil a realização deste trabalho. Sobretudo, porque as dificuldades que um aluno do interior enfrenta para cursar um mestrado na capital são diversas: como os deslocamentos de 200 km para se chegar a Fortaleza, tendo a duração de 4 horas uma viagem, dependendo inteiramente da disponibilidade dos horários que os ônibus possuíam. Na capital, outras dificuldades também apareciam como moradia, deslocamentos, alimentação, entre outros.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Meneses Pimentel, os quais sempre foram bastante gentis e voluntários no momento de busca pelos jornais, localização e datação.

“A HISTÓRIA, cujo objeto precípua é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela própria à mudança.”

(René Rémond)

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar as mobilizações das elites políticas cearenses no estado, através dos jornais, em torno dos acontecimentos que ficaram marcados pelo embate político-ideológico entre as direitas e as esquerdas brasileiras levando ao isolamento do governo João Goulart e que, posteriormente, culminaram com o golpe civil militar de 1964. Neste trabalho, estamos compreendendo a imprensa não apenas como lugar de expressão de opiniões e posicionamentos, mas, sobretudo, como produtora de acontecimentos e atribuições de sentidos. Deste modo, o nosso olhar esteve direcionado para analisar a construção e repercussão dos acontecimentos os quais estiveram situados entre a renúncia de Jânio Quadros e as mobilizações em oposição ao presidente João Goulart e que, de modo bastante tenso, culminaram no Golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Assim, preocupamo-nos em compreender o modo como a imprensa cearense esteve marchando em direção ao Golpe tornando-se um espaço de embate e conflito entre as direitas e esquerdas e de legitimidade para o movimento golpista. No Ceará, os principais acontecimentos políticos da conjuntura nacional causaram desdobramentos fundamentais para que os grupos políticos locais se reorganizassem e passassem a defender o projeto de conspiração golpista contra João Goulart. Deste modo, buscamos compreender a forma como os grupos políticos se reorganizaram durante os primeiros meses após a concretização do golpe de 1964, especialmente quando esses, organizaram as “Marchas da Vitória”, manifestações ocorridas entre os meses de abril e maio, visando comemorar a vitória do golpe. Além disso, compreender o modo como a imprensa cearense exerceu o papel de mobilização e reconfiguração das alianças políticas imediatamente após a intervenção militar.

Palavras-chave: Imprensa, intervenção militar e “Marchas da Vitória”.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze, through the newspapers, the mobilizations of political elites in Ceará around the events marked by the political and ideological struggle between the right and the left in Brazil's politics that led to the isolation of the government of João Goulart and, later, led to the civil-military coup of 1964. In this work, we comprehend the press not only as a vehicle of expression of opinions and positions, but also as a producer of events and assignment of senses. Hence, we directed our attention to analyze the construction and transmission of events situated between the resignation of Jânio Quadros and the movements of opposition to the president João Goulart that culminated in the civil-military coup of March 31, 1964. Thus, we were concerned to understand how the press in Ceará was marching towards the coup, becoming a space of conflict between the right and the left, and of legitimacy to the movement. In Ceará, the major political events of national conjuncture caused fundamental developments for the local political groups to reorganize and to start defending the project of conspiracy against João Goulart. Therefore, we seek to understand the reorganization of the political groups during the first months after the Coup of 1964, especially when they organized the "Marches of Victory" (Marchas da Vitória), between the months of April and May, to celebrate the victory of the Coup. In addition to that, we aim to understand how the press of Ceará influenced the mobilization and the reconfiguration of political alliances immediately after the.

Keywords: Press, military intervention and "Marches of Victory".

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ADFG – Ação Democrática Feminina Gaúcha
- ADEP – Ação Democrática Parlamentar
- ANL – Aliança Nacional Libertadora
- CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
- CIA – Central de Inteligência Americana
- CDF – Cruzada Democrática Feminina
- CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
- CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
- IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
- LIMDE – Liga da Mulher Democrata
- MAF – Movimento de Arregimentação Feminina
- MCDC – Movimento Cívico Democrático Cearense
- MCMC – Movimento Cívico da Mulher Cearense
- PDC – Partido Cristão Democrático
- PSB – Partido Socialista Brasileiro
- PSD – Partido Social Democrático
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- PTN – Partido do Trabalhismo Nacional
- UCF – União Cívica Feminina
- UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 OS JORNAIS EM “MARCHA”: a imprensa na construção do golpe civil-militar no Ceará.....	23
2.1 As manifestações contra o comunismo e a participação dos jornais.....	30
2.2 Virgílio Távora: “candidato do bem comum e não do comunismo internacional”.....	46
2.3 A campanha plebiscitária: “DIGA NÃO” ao parlamentarismo, dizendo “SIM” ao presidencialismo.....	62
2.4 O Comício da Central do Brasil.....	64
2.5 A repercussão do golpe no Ceará: as mobilizações em definição política ao movimento militar.....	69
2.6 O golpe, as marchas e os rearranjos políticos na imprensa.....	80
3 “A MARCHA EM MARCHA”: A CONSTRUÇÃO DAS MARCHAS DA VITÓRIA NOS E PELOS JORNAIS CEARENSES.....	93
3.1 Os jornais convidam.....	105
3.2 A “primeira dama” convida.....	113
3.3 O acontecimento nas capas dos jornais.....	122
3.4 O acontecimento por dentro dos jornais.....	131
3.4.1 Jornal O Nordeste.....	131
3.4.2 Jornal O Povo.....	136
3.5 “Marchas da Vitória” no interior do Ceará.....	141
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS.....	151

1 INTRODUÇÃO

Março de 2015. Num dia de domingo, a programação do programa televisivo Fantástico, da Rede Globo de Televisão, teve como principal destaque a cobertura realizada a respeito das manifestações ocorridas em quase todos os estados brasileiros nas quais os participantes protestavam contra a corrupção e, alguns outros, pediam a intervenção militar no Brasil. Na noite do dia 15 de março, os apresentadores Tadeu Schmidt e Poliana Abritta iniciavam abertura do programa com a seguinte fala:

15 de março de 2015, domingo de ruas e praças cheias, em cidades dos 26 estados e do Distrito Federal, para manifestações contra a corrupção e contra o governo Dilma. Os maiores atos públicos aconteceram em Porto Alegre, Brasília, Rio de Janeiro, Fortaleza, Belém e São Paulo. Foi em São Paulo que se viu hoje uma das maiores manifestações públicas dos últimos tempos, na Avenida Paulista e arredores. Nossos repórteres acompanharam esse dia de protestos em todo o país, desde cedo¹.

Após as falas dos apresentadores, seguiu-se a narração do repórter José Roberto Burnier contendo várias imagens das manifestações realizadas nas diversas capitais e cidades do interior e suas programações.

Na parte da manhã a concentração de manifestantes começou as 9h da manhã. Vestidos de verde amarelo e empunhando bandeiras do Brasil eles foram chegando aos pontos de encontro, nas capitais e em cidades do interior, de pelo menos 15 estados. Às 10h, ruas e praças já reuniam uma multidão de milhares de pessoas, de maneira pacífica. As faixas e cartazes mostravam palavras de ordem contra o governo, a presidente Dilma e o PT. Os atos pediram apoio ao Ministério Público, à Operação Lava Jato e muitos deles, pediam também o impeachment da presidente Dilma. A manifestação foi convocada por movimentos sociais que se diziam apartidários, como o Vem pra Rua e o Movimento Brasil Livre².

Na sociedade brasileira atual, a mídia televisiva e informatizada tem exercido um papel preponderante na construção de notícias acerca da situação política do Brasil. Pudemos perceber um crescente número de notícias que pretendem construir “realidades” elaboradas por perspectivas sociais e políticas, pertencentes a segmentos específicos da sociedade. “Uma onda de insatisfação parece emergir dentro do território nacional. Manifestações, com certa constância, estão ocorrendo de norte a sul do Brasil”³. A manifestação do dia 15 de março de

¹ Material disponível no portal <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contradilma-em-estados-no-df-e-no-exterio.html>. Acessado, no dia 10 de julho de 2015, às 16h.

² Ibidem.

³ GUTEMBERG, Alisson e LEAL, Zulenilton Sobreira. O jogo político na arena midiática: uma análise do enquadramento noticioso na cobertura das manifestações de Março de 2015. In: Revista **NAMID**, ano XI, nº 05 – maio/2015.

2015 chama-nos a atenção devido ao seu caráter nacional, sendo promovida em todas as capitais brasileiras e buscando atingir a presidente Dilma Rousseff.

Deste modo, a forma como o Fantástico, o site G1, a Folha de S. Paulo, entre outros deram coberturas a esses atos públicos, constrói perspectivas e angulações sobre as manifestações. Quando receberam uma ampla cobertura da Rede Globo de Televisão, durante toda a programação de domingo sendo acompanhada ao vivo pelos telespectadores com as câmaras sempre direcionadas para as multidões espalhadas pelo país, buscava-se produzir um sentido de manifestação sem precedente como algo nunca visto pelas atuais gerações. Cada momento, que era retomado o acompanhamento das manifestações por essa emissora, objetivava causar no telespectador a sensação de uma crescente insatisfação do rumo que o país estava tomando sob a direção da presidente.

Outro elemento bastante presente nas manifestações, especialmente as do dia 15 de março de 2015, foi o uso de uniformes da seleção brasileira de futebol e o discurso “anticorrupção”. No que diz respeito à primeira, a apropriação de símbolos nacionais e das cores da bandeira nacional como o verde e o amarelo constituiu-se numa forma de representar os que se dizem “defensores” da nação ou patrióticos. Seguindo a mesma ideia, o discurso “anticorrupção”, levantado pelas classes médias e grupos políticos, reflete uma característica de manipulação da opinião pública objetivando encontrar na sociedade, de modo geral, apoio e legitimidade para as suas ações políticas. Esse caráter das manifestações, no entanto, já havia sido ensaiado há um ano.

Março de 2014. O golpe civil-militar de 1964 completou 50 anos, algumas cidades brasileiras realizaram uma nova versão da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. A nova versão da marcha realizada, inclusive em São Paulo, constituía-se não apenas como um ato de lembrança da marcha anticomunista, mas como forma de arregimentação ou mobilização de nova intervenção militar no país, objetivando destituir o atual governo do Partido dos Trabalhadores. Nestas marchas de 2014, os organizadores pediam “uma intervenção militar para acabar com a corrupção, retirar os políticos corruptos de seus cargos, moralizar os três Poderes e convocar novas eleições para a criação de um governo “ficha limpa”⁴.

Os organizadores das marchas de 2014 atribuíam ao governo do PT a responsabilidade de corrupção e de “comunicação” do Brasil. Os lemas contidos nos diversos cartazes e faixas utilizados pelos manifestantes de 2014 foram retomados com mais força

⁴www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT2%202014/GT2_Ana%20Claudia%20Rodrigues%20de%20liveira.pdf.

pelos manifestantes de 2015. Entre os lemas mais recorrentes nas manifestações estavam: “Fora Dilma, Fora PT, Fora Comunista”, “O governo é cúmplice do terrorismo internacional”, “Forças Armadas são nossa última chance” e “Só a verdade tortura o comunismo”⁵. O pensamento anticomunista ganhou uma nova versão atual, consistindo em discursos “anticorrupção” e “antipetista”.

Março de 1964. Na cidade de São Paulo era promovida a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A direção da marcha e, conseqüentemente, a sua promoção foram realizadas por mulheres, de classes média e alta, organizadas numa entidade conservadora, a União Cívica Feminina, as quais estavam descontentes com o governo de João Goulart, pois o interpretavam como sendo comunista ou como parte de um processo de transição para um regime sindicalista. O principal momento de arregimentação e mobilização dos manifestantes ocorreu após a realização do Comício na Central do Brasil no dia 13 de março de 1964, quando o presidente João Goulart anunciou o pacote de reformas estruturais e as reformas de base, especialmente no que concerne à reforma agrária, o qual soou nos ouvidos dos conservadores como um indicativo de “perigo comunista”. Assim sendo, poucos dias após o comício das esquerdas brasileiras, a oposição reagiu promovendo no dia 19 de março de 1964 uma enorme manifestação, de cunho político e religioso, a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Fizeram-se presentes diversas entidades, instituições e lideranças, convocando a intervenção militar no país, com o intuito de destituir o governo de Jango por considerá-lo como comunista.

Este tipo de manifestação espalhou-se por diversas cidades do país, e, poucos dias depois, o golpe militar de 1964 foi consumado, no dia 31 de março. As manifestações continuaram no período pós-golpe, não apenas como expressões de combate ao comunismo, mas como parte de um processo de consolidação do movimento militar em território nacional construído em um ambiente de mobilização da opinião pública em apoio aos militares tratados como “heróis” por salvar a nação brasileira e como demonstração de apoio e adequação à nova ordem política instituída no país. Deste modo, surgiram as Marchas da Vitória, visando celebrar as Forças Armadas do Brasil pela ação intervencionista, considerando este ato como um processo de “restauração da democracia” e preservação dos valores morais e religiosos. O número de manifestações realizadas após o golpe foi superior aquelas ocorridas antes dele, diferenciando-se também em seus significados ou sentidos. Em todo o território nacional

⁵ São trechos retirados das faixas e cartazes da manifestação da cidade de São Paulo, realizada no dia 22 de março de 2014. Várias fotografias da manifestação foram disponibilizadas pela Folha de São Paulo, no endereço eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/2014/03/1429589-manifestantes-da-marcha-da-familia-entram-em-confronto-com-criticos-no-rio.shtml>.

ocorreram as Marchas da Vitória, realizadas tanto nas capitais e em cidades interioranas, nos primeiros meses após o golpe: abril, maio e junho.

Aline Alves Presot (2010) realizando um estudo aprofundado a respeito das marchas nos períodos *pré* e *pós*-golpe conseguiu identificar o registro de 69 marchas, totalizando 80% após o golpe e a grande maioria no mês de abril⁶. À medida que novos estudos sobre a temática vão surgindo, o número de cidades que realizaram as marchas também cresce surpreendentemente. No estado do Ceará, a única cidade mencionada é a de Fortaleza nas bibliografias sobre o período. Mas durante a realização deste trabalho, pudemos identificar no Ceará, um número de 12 cidades cearenses que promoveram as marchas no período *pós*-golpe. Devemos lembrar também que este número de cidades corresponde às informações encontradas nos jornais cearenses, significando que podem ter havido outras marchas realizadas, mas que não foram registradas pela imprensa.

O interesse em estudar as *Marchas da Vitória* surgiu quando estava cursando a graduação de História, no ano de 2007, na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM⁷, em Limoeiro do Norte. Neste primeiro momento, detive-me em abordar especificamente a realização da Marcha da Vitória de Limoeiro do Norte tratando dos seus organizadores, da análise de fotografias da marcha local e sua programação. Após a conclusão do curso, veio o interesse em dar continuidade aos estudos da temática, mas ampliando a escala⁸, na tentativa de compreender como ocorreu o processo de mobilização das marchas no Ceará, como forma de demonstração pública de adesão ao movimento militar de 1964 e de adequação ao novo sistema político instituído no país.

Este trabalho tem como objetivo analisar como ocorreu o processo de colaboração e legitimação do golpe de 1964 no Ceará, analisando as ações políticas desempenhadas pela imprensa cearense no período anterior ao estabelecimento da ditadura, entre 1961 e 1964. Pretende-se entender como alguns grupos e lideranças políticas recorreram à imprensa para se

⁶ PRESOT, Aline Alves. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha (Orgs.). **A construção dos regimes autoritários: Brasil e América Latina – vol. II**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 86.

⁷ A FAFIDAM é vinculada a Universidade Estadual do Ceará – UECE.

⁸ Esta noção de escala veio dos historiadores da *micro história* na Itália. Ela foi bastante abordada pelos historiadores Giovanni Levi e Jaques Revel. A *micro História* surge como um modo de escrever a história, tomando como base a escala de observação, neste caso, sendo de forma reduzida. A proposta dela “é que o historiador desenvolva uma delimitação temática extremamente específica em questão de temporalidade e de espaço para conseguir observar realidades que não são retratadas pela História Geral”. <http://www.infoescola.com/historia/micro-historia/> Acessado em 14 de maio de 2015, às 15h.

Para este trabalho, adotamos uma ampliação de escala, tanto espacial como temporal, permitindo-nos aprofundar em algumas questões ligadas ao modo como as diferentes cidades do Ceará se articularam durante o processo de realização das “Marchas da Vitória”. Por outro lado, a ampliação pretendia tornar o trabalho qualitativo e rico em informações, detalhes e sentidos, os quais foram perceptíveis durante o processo de realização da pesquisa.

posicionar frente aos acontecimentos da conjuntura política nacional e como uma parte da imprensa cearense auxiliou na construção de acontecimentos como forma de agendar a sociedade sobre as mobilizações nas ruas. Ao mesmo tempo, pretende-se analisar como as famosas *Marchas da Vitória*, que visavam celebrar o golpe e saudar os militares brasileiros pela ação intervencionista, foram construídas na imprensa e pela imprensa, discutindo-se os sentidos atribuídos a elas.

Por um critério de seleção ou escolha metodológica, resolvemos trabalhar prioritariamente com os jornais cearenses, exatamente aqueles que correspondiam ao recorte temporal pretendido e que pudessem fornecer uma multiplicidade de informações sobre os principais acontecimentos do cenário nacional e que, de alguma forma, tiveram repercussão no Ceará, como por exemplo, a renúncia de Jânio Quadros, a posse de João Goulart como Presidente da República, a emenda parlamentarista, o plebiscito e o retorno do presidencialismo, o Comício das Reformas de Base e o golpe de 31 de março de 1964.

Como parte de uma segunda etapa, revolvemos utilizar os mesmos jornais da etapa anterior, mas possuindo como diferencial um novo momento, o período pós-golpe de 1964, referente aos meses de abril, maio e junho. O objetivo é perceber a forma como as marchas das diversas cidades do Ceará foram construídas pelos periódicos, os sentidos atribuídos às marchas, como a imprensa ajudou a construí-las, a relação da imprensa com os organizadores.

Os principais jornais analisados neste trabalho foram *O Nordeste*, *Unitário*, *Correio do Ceará*, *Gazeta de Notícias* e *O Povo*. De acordo com José Aloísio Martins Pinto (2008) os jornais *Correio do Ceará* e *O Nordeste* foram criados por iniciativa da Arquidiocese de Fortaleza: o primeiro periódico foi fundado em 1915⁹ e o segundo em 1922. O arcebispado de Fortaleza “delegou ao jornal *O Nordeste* o papel de divulgador e organizador das ações arquidiocesanas”¹⁰.

No ano de 1937 o jornal *Correio do Ceará* foi integrado aos Diários Associados¹¹. Seguindo o mesmo destino, o jornal *Unitário*, fundado em 1903 por João

⁹ Fundado em 2 de março de 1915 por Álvaro da Cunha Mendes, mas conhecido como A. C. Mendes. Ele havia se tornado um grande empresário do ramo gráfico.

¹⁰ Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008:

<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Jose%20Aloisio%20Martins%20Pinto.pdf>. Acessado em 14 de maio de 2015, às 17h.

¹¹ Na década de 1960 os *Diários Associados* havia se estendido por quase todo ao país, integrando um conjunto de meios de comunicação como a editora *O Cruzeiro*, mais de 30 jornais diários, revistas, 25 estações de rádios, 18 emissoras de televisão, agência de notícias e publicidade. Francisco de Assis Chateaubriand de Melo Bandeira, natural da cidade de Umbuzeiro – Paraíba foi o grande idealizador desta complexa cadeia de

Brígido, passou a integrar esse grupo em 1940. Estes jornais, durante o período abordado na pesquisa, tiveram como trajetória um alinhamento político adotado por Assis Chateaubriand na conjuntura política (1961-1964): apoiando inicialmente a posse de Jango, mas denunciando o “perigo comunista”, adotando uma conduta favorável a legalidade constitucional, vindo posteriormente a exercer um posicionamento de isolamento do governo, defendendo a sua deposição e conseqüentemente, apoiando o golpe civil-militar de 1964. Lucca e Martins (2013) afirmam que o apoio de Assis Chateaubriand ocorreu também no processo de organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964 e durante a ditadura militar, na campanha “Legionários da Democracia”¹².

Os mesmos passos seguiu o jornal *Gazeta de Notícias*, que nos anos 1960 esteve sob a direção de Dorian Sampaio, também direcionou o periódico na receptividade do grupo anticomunista, “*União pelo Ceará*”, coordenado pelo deputado federal Armando Falcão, responsável por disseminar a pregação anticomunista nos meios de comunicações cearenses durante o processo eleitoral de 1962. Destaca-se também, nesse mesmo período, a disputa de Dorian Sampaio por uma vaga para deputado pelo partido PSD. Não diferindo dos demais, o jornal *O Povo*, adotava a mesma linha de ação política nos anos de 1960, especialmente quando se tratava do período que finalizava a conjuntura política em análise (1961-1964), dando grande visibilidade às ações favoráveis ao movimento intervencionista militar.

Trabalhamos com os jornais listados acima na condição de fonte, ou seja, analisando as informações necessárias, como a narratividade sobre o período em análise. Por outro lado, os jornais também foram trabalhados como objetos de pesquisa. Torna-se enfático afirmar que a imprensa teve um papel preponderante no processo político que levou João Goulart a deixar o poder. Da mesma forma, a imprensa foi uma das responsáveis por conduzir os acontecimentos para o desfecho do processo democrático que estava em curso, fazendo-se acreditar que, com a intervenção militar, o país estaria livre das “ideologias estrangeiras” e, conseqüentemente, voltaria a um novo período democrático e que de fato não aconteceu. Partindo desta ideia, os jornais não apenas informavam acerca dos acontecimentos e das opiniões de algumas personalidades políticas e militares que recorriam à imprensa escrita para

comunicação. Ele teve uma forte participação na vida política, apoiando alguns candidatos e ao mesmo tempo disseminando o pensamento anticomunista, vindo a se tornar senador na década de 1950.

¹² MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013, s/p.

https://books.google.com.br/books?id=kM5nAwAAQBAJ&pg=PT190&dq=assis+chateaubriand+apoiou+o+golpe+de+1964&hl=ptBR&sa=X&ei=hxVVcb4A4GpgwS_q4HAAw&ved=0CBwQ6AEwAA#v=onepage&q=assis%20chateaubriand%20apoiou%20o%20golpe%20de%201964&f=false. Acessado em 15 de maio de 2015, às 10h.

explicitar suas convicções, mas exerciam também uma forma de se posicionar na realidade para defender suas crenças, valores e interesses.

A imprensa era participante da construção dos acontecimentos políticos do país, como também construtora dos sentidos atribuídos aos acontecimentos, responsável por disseminar uma opinião pública acerca dos acontecimentos, tornar evidente os principais defensores do projeto golpista como também daqueles que promoveram ações e medidas favoráveis à consolidação do movimento militar e da promoção das marchas que saudaram as Forças Armadas brasileiras. Analisando o pensamento de Habermas, Siqueira e Ferreira (2015), afirmam que o filósofo definia a opinião pública “como um modo de ver determinada coisa e analisá-la com relevante função de controlar o exercício do poder político”¹³. O espaço público se tornava um ambiente de legitimação do poder e da opinião. Deste modo, podemos compreender que as manifestações nas principais ruas e avenidas, lugares públicos, no período pré e pós-golpe de 1964, transformaram-se em espaços de produção social e política de certa opinião pública, interessada aos seus articuladores, construída ou fabricada com o auxílio da imprensa escrita.

O uso do jornal como campo de investigação histórica em pesquisas, durante muito tempo no Brasil, foi relegado a um segundo plano, aparecendo alguns complementos de informações e tendo métodos enquadrados ao século XIX, com os quais se buscavam reproduzir as ditas “verdades” contidas neles. Uma profunda mudança de postura e olhar sobre o uso e a importância do jornal, como fonte e objeto, somente ocorreu nas décadas finais do século XX, com a influência da terceira geração dos Annales (LUCA, 2005).

Essa geração de historiadores franceses passou a defender a interdisciplinaridade, ou seja, o diálogo da história com as demais áreas de conhecimento como: Sociologia, Psicanálise, Antropologia, Linguística e Semiótica. Esta nova relação com diferentes campos disciplinares provocou a abertura e a defesa de novas ideias, novos problemas, novos objetos e novas abordagens no campo epistemológico da história. Com esta modificação, novas noções acerca de documentos e fontes foram sendo constituídas. Areladas a essas transformações, advindas da História Nova, houve renovações no marxismo e na história política. Roberto Mendes Ramos Pereira (2007) enfatiza que “o diálogo tecido com o

¹³SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró e FERREIRA, Gilton Luiz. O lugar da opinião. A cidade e os espaços de produção social da opinião pública. Caderno Metrópole, São Paulo, v. 17, nº33, pp. 225-242, maio de 2015, p.230.

conjunto das ciências humanas”¹⁴ foi determinante para que pudesse ocorrer o revigoramento dos estudos da política na história do tempo presente.

Torna-se significativa, a apropriação dessa nova ideia de história política, defendida por René Rémond (2003), para a análise do nosso objeto de pesquisa, que é a participação da imprensa cearense durante o contexto das mobilizações anticomunistas no país, abrangendo os principais acontecimentos do cenário político no Brasil, a mudança de posicionamentos diante dos desdobramentos desses acontecimentos, passando de defensores do governo Jango para a situação de adesão ao golpe civil-militar de 1964. A relação da imprensa com as transformações políticas durante o período abordado se fizeram de forma bastante profunda, cabendo-nos o cuidado em identificar “os micro-poderes, os símbolos políticos, as propagandas ideológicas, enfim, as relações do imaginário político com o próprio poder, como por exemplo, as relações e formas de poder que permeiam o jornal”¹⁵.

As marchas são constituídas como acontecimento político, possuindo intensidade, força e sentido diversificados. Com base nisso, o nosso olhar tem por atenção, os comportamentos e as ações políticas englobadas na coletividade, compostos por diferentes atores envolvidos no acontecimento. Não se detém em privilegiar uma única instituição ou indivíduo, e narrar suas vidas, seus feitos e suas trajetórias com os aspectos da história política do século XIX, que “só tinha olhos para os acidentes e as circunstâncias mais superficiais”¹⁶. Embora entendêssemos que as marchas realizadas no Ceará eram concebidas como acontecimento político, não iremos nos restringir, exclusivamente, ao acontecido, necessitamos analisar também as condições que influenciaram os grupos a adotarem medidas em prol da ruptura democrática em 1964 e a aceitação do regime militar no período pós-golpe.

Para René Rémond, as ideias caracterizam ou expressam os interesses de grupos, “os atos políticos” demonstram “relações de forças bem definidas, medidas, reguladas pela pressão dos conjuntos socioeconômicos”¹⁷. Assim, entendemos que os organizadores das diversas marchas cearenses continham motivações variadas em torno da compreensão do acontecimento, suas ações ou atos objetivavam defender seus interesses. Os interesses defendidos por eles comportavam noções que estavam atreladas aos diversos aspectos da

¹⁴ PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. Os Desafios da História (Política) do Tempo Presente. In: **Revista OPSIS**, vol. 7, nº 9, jul. – dez. 2007, p. 154.

¹⁵ CALONGA, Maurilio Dantielly. O JORNAL E SUAS REPRESENTAÇÕES: OBJETO OU FONTE DA HISTÓRIA? **Comunicação & Mercado/UNIGRAN** - Dourados - MS, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov. 2012.

¹⁶ RÉMOND, René. Por uma história política. 2ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.

¹⁷ *Ibidem*, p. 18.

realidade vivida, em especial o imaginário anticomunista, que abordava toda uma construção de imagens, pensamentos, ideias contrárias ao que era compreendido como sendo o comunismo.

Na conjuntura política brasileira (1961 – 1964), o “temor anticomunista teve papel preponderante no processo de arregimentação dos grupos adversários ao governo, fornecendo o principal argumento que unificou os setores da oposição”¹⁸.

Esta dissertação está dividida em dois capítulos, sendo o primeiro constituído pela análise dos principais acontecimentos ocorridos durante o período que antecede o golpe de 1964, como a inesperada notícia da renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961, a mobilização conservadora e militar na aprovação da medida parlamentarista visando diminuir os poderes do novo presidente, a posse de João Goulart como presidente da República, o embate ideológico entre esquerdas e direitas em torno das eleições de outubro de 1962, a campanha plebiscitária no ano de 1963 tendo em vista o retorno do presidencialismo e posteriormente, a realização do Comício da Central do Brasil. Os acontecimentos mencionados receberam uma atenção especial, tendo como principal preocupação a discussão da participação dos jornais cearenses na construção e divulgação desses acontecimentos. Nesse sentido, procurou-se analisar a trajetória das articulações anticomunistas, culminando com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, seguido do golpe.

No primeiro capítulo realizamos uma abordagem a respeito do contexto das mobilizações anticomunistas: as ações políticas desempenhadas pelos institutos IBAD e IPES e das entidades femininas no Brasil que exerciam ações direcionadas ao desgaste do governo João Goulart. Assim, o governo João Goulart, transformou-se num espaço de acirramento das posições políticas e ideológicas, contribuindo para o encerramento da experiência democrática, para a formação de uma coalizão civil-militar, para a tomada de medidas e ações que pretendiam conter o avanço das mobilizações rurais e urbanas e suas aproximações com o governo João Goulart e que “supostamente” colocaria em risco a ordem social e política em vigor.

Outra questão abordada no trabalho, portanto, trata-se do processo político eleitoral em 1962, o qual ficou marcado por uma profunda campanha anticomunista em todo o país. Aqui, pudemos identificar e analisar o modo como se efetivou as campanhas políticas entre os dois principais blocos de forças em disputa pelo poder estadual no Ceará. Vale destacarmos aqui que a mobilização anticomunista em torno da campanha política ocorreu

¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006, p. 129.

simultaneamente ao momento que os escândalos de corrupção com uso de dinheiro do instituto IBAD na promoção da campanha veio à tona na imprensa nacional.

A campanha plebiscitária obteve respaldo no Ceará, adquirindo sentidos diversos, dependendo das perspectivas de quem realizava a adesão. Algumas personalidades foram favoráveis ao presidencialismo como Virgílio Távora, demonstrando adesão na imprensa. A Igreja Católica também executou seu posicionamento diante deste acontecimento. Num jogo político, os conservadores apoiavam o retorno do regime presidencialista, mas ainda mantinham uma profunda desconfiança quanto ao posicionamento político do presidente João Goulart.

Sobre o comício das *Reformas de Base*, os jornais divulgavam algumas notícias, pois esses, além de conduzirem os acontecimentos numa direção aos seus interesses, estavam marchando juntamente com as autoridades principais do Ceará e, sobretudo, aguardando com apreensão e medo os desdobramentos deste acontecimento, uma vez que após sua realização as forças conservadoras o interpretaram como sendo uma sinalização do presidente João Goulart em conciliação com os comunistas. E em seguida, promoveram a famosa manifestação anticomunista, pedindo a intervenção militar no país: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 19 de março de 1964. Vindo o presidente João Goulart a renunciar ao cargo com o golpe de 31 de março de 1964.

No segundo capítulo, realizou-se uma abordagem sobre a cobertura da imprensa e a construção por ela das *Marchas da Vitória*, no Ceará, como acontecimento “sem precedente” e “grandioso”¹⁹.

Discute-se o processo de formação da entidade *Movimento Cívico da Mulher Cearense* – MCMC, uma das entidades organizadora das marchas em Fortaleza e com maior visibilidade nos jornais. Liderada pela primeira dama do Estado, Luiza Távora, a entidade desempenhou ações políticas, convocando todas as classes sociais e autoridades através de convites na imprensa, em contato com as principais lideranças da capital e classes produtoras, para a celebração religiosa na Catedral Metropolitana em homenagem as Forças Armadas do Brasil, pela execução do golpe de 1964. As ações da entidade foram divididas em dois momentos: o primeiro correspondia ao momento de organização, convites e aparição pública em torno do ato litúrgico em celebração ao golpe nos primeiros dias do mês de abril, na Catedral Metropolitana de Fortaleza. O segundo momento teve como principal preocupação

¹⁹ Estas expressões foram bastante recorrentes nos principais jornais cearenses como, por exemplos, *Gazeta de Notícias*, *O Nordeste*, *Unitário*, *Correio do Ceará* e *O Povo*, nas matérias de capa, em edições após a realização da *Marcha da Vitória* de Fortaleza, ocorrida em dia 16 de abril de 1964. A atribuição desses sentidos não foi exclusiva à marcha fortalezense, mas reaparecendo nas demais marchas promovidas no interior do estado.

identificar o tipo de convite, o modo como a entidade realizou a mobilização da população cearense para participar da *Marcha da Vitória* de Fortaleza por meio dos jornais, o olhar da imprensa acerca das ações desempenhadas pelo Movimento Cívico da Mulher Cearense e as principais matérias publicadas após a ocorrência da manifestação.

Para isso resolvemos analisar o modo como os jornais construíram a marcha de Fortaleza em primeira página, qual o lugar que este tipo de notícia ocupava nos jornais cearenses e qual o sentido atribuído pelos jornais à manifestação. Depois, fizemos uma análise a respeito do modo como os jornais construíram e atribuíram sentidos a marcha de Fortaleza em suas páginas.

Faz-se ainda, nesse capítulo, uma análise das representações das marchas nas principais cidades do interior, analisando a escolha das datas de realizações, as mobilizações dos grupos organizadores, a forma como elas foram construídas pelos seus correspondentes que enviavam as matérias aos jornais de Fortaleza e as principais motivações envolvidas nas manifestações.

2 OS JORNAIS EM “MARCHA”: A IMPRENSA NA CONSTRUÇÃO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO CEARÁ.

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade Restaurada” não apenas correspondeu, mas ultrapassou a todas as expectativas que sobre ela se faziam. Milhares de pessoas, numa demonstração pública sem precedentes, expressaram a Deus, os seus agradecimentos pela vitória democrática e testemunharam às Forças Armadas o seu reconhecimento pela atuação que tiveram nos últimos acontecimentos²⁰.

No Brasil, entre os meses de março a junho do ano de 1964, ocorreram diversas manifestações e desfiles em vários estados do país. As “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” marcaram profundamente a conjuntura política daquele período, mobilizando amplos segmentos da sociedade, os quais foram responsáveis por desempenhar ações políticas que visavam combater e conter o avanço do comunismo em terras brasileiras. Portanto, era uma frente anticomunista que se mobilizava em ações combativas e, no mesmo instante, argumentava defender os valores e a tradição cristã do perigo iminente. As marchas incorporaram um arcabouço que reunia três elementos fundamentais Religião, Pátria e Família.

Os ideais acima eram compartilhados por diferentes grupos, entidades e instituições da sociedade brasileira. De acordo com Presot (2010), as marchas da Família com Deus pela Liberdade expressaram um tipo de organização conservadora, que por sinal, era composta por uma articulação e realização que atingiu significativos resultados, como por exemplo, o apelo popular à intervenção militar por meio do golpe. Ainda segundo a autora, as Marchas estão inseridas “em um momento em que diversificados setores da população saíram às ruas em repúdio ao governo nacionalista de João Goulart”²¹. Um governo, que na ótica da oposição conservadora, “tinha aspirações comunizantes e caminhava para a destruição dos valores religiosos, patrióticos e morais da sociedade”.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi organizada por amplos setores civis e antecedeu e promoveu a intervenção militar a partir do *golpe civil-militar de 1964*. De acordo com Marly Motta “o acréscimo do termo *civil* é fundamentado, tanto pelo apoio de parte expressiva da opinião pública ao golpe, quanto pela mobilização de líderes civis de

²⁰Jornal *O Povo*, 17 de abril de 1964. Fortaleza - Ceará, sexta-feira, página 02. Trecho referente à Marcha de Fortaleza, realizada no dia 16 de abril de 1964.

²¹ PRESOT, Aline. Celebrando a “revolução”. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (Organizadoras). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 74.

oposição radical ao governo Jango, com o apoio militar”²², desconstruindo a visão de que os militares foram os únicos responsáveis pelo desfecho do processo democrático e constitucional em vigência²³. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade no pré-Golpe de 1964 representou uma espécie de sinalização apresentada por uma expressiva parcela da sociedade civil de que naquele momento era dado o apoio para que as forças militares fizessem a intervenção, depondo o presidente João Goulart do governo.

A oposição a Jango se fazia em relação a seu programa das reformas de base que tinham por objetivo reformar e modificar as condições da realidade nacional. O pacote de reformas abrangia a questão agrária, universitária, tributária, administrativa, da saúde, entre outras. Aliado ao projeto de governo, João Goulart teve o apoio de intelectuais que também pensavam um país reformado, tendo as estruturas sócio-político-econômicas modificadas, como Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Josué de Castro, San Thiago Dantas, Nelson W. Sodré, Maria Yeda Linhares, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e muitos outros (DOCKROM 2002). Boa parte desses autores estava vinculada a corrente de pensamento marxista e fazia duras críticas à realidade nacional, justificando o atraso do país por conta do passado colonial e suas heranças no presente que impedia as transformações necessárias. O governo Goulart, preocupado com a crise econômica que vinha afetando os brasileiros em 1963, convida San Thiago Dantas e Celso Furtado para elaborar e pôr em ação o Plano Trienal, o qual consistia em estabilizar a economia, buscando meios de controle e combate à inflação. O plano adotado era também um caminho de abertura para as propostas reformistas, as quais seriam aplicadas para promoverem o desenvolvimento do país. Infelizmente, o Plano Trienal perdurou apenas

²² MOTTA, Marly. Apresentação. In: FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. In: **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

²³ Logo após a deposição de Jango, com a realização da Marcha da Vitória no Rio de Janeiro, disseminou-se a visão de que os militares desempenharam o papel de salvar o país do comunismo, havendo um consenso de “o movimento revolucionário” e todos deveriam contribuir para legitimar e consolidar seus objetivos. Deste modo, os atores responsáveis pela efetivação do golpe foram as Forças Armadas brasileiras, colocando a sociedade como apoiadora e colaboradora do novo regime. Esta teria identificado de longa data o perigo do comunismo, mas conforme a visão que passou a ser disseminada, os militares brasileiros foram os que executaram toda a ação do golpe. Este aspecto se torna relevante para o presente, uma vez que, boa parte dos que viveram no período, silenciam a respeito de suas contribuições no projeto conspirador do período pré-golpe, e em especial, durante o regime militar. Como também durante o retorno ao regime democrático em 1985, houve um profundo empenho em se afirmar por meio do registro de memórias, orais e escritas, que a sociedade brasileira sempre resistiu ao regime autoritário instituído. Que desde o momento em que o regime foi implantado, a sociedade havia buscado meios de resistência, negando as formas de consentimento e colaboração aos militares nos diferentes governos, durante as diversas fases que caracterizaram os 21 anos de Ditadura Militar. Segundo afirmações de Caio Navarro Toledo (2004), a execução do golpe de 1964 pretendia frear em diferentes frentes “o rico e amplo debate político e ideológico que se processava” em partidos políticos, associações, entidades, revistas e jornais, a ampliação da democracia, para a garantia da cidadania dos trabalhadores urbanos e rurais; a luta política no campo, “o alargamento da democracia liberal” que pretendia dar direito de votos aos analfabetos, aos setores subalternos das formas armadas e a legalidade do PCB e o debate político em curso, tanto no congresso como na sociedade, em torno das reformas de base.

quatro meses, devido à forte rejeição das esquerdas dentro do próprio governo que buscavam ações radicalizadas.

Aggio, Barbosa e Coelho (2002) tratam a questão das *Reformas de Base* como sendo um dos fortes elementos que contribuíram para que os grupos mais radicais e conservadores passassem a construir um caminho que promovesse a intervenção militar na conjuntura política brasileira, com a ajuda de partidos políticos, entidades, órgãos empresariais, privados, etc. O projeto das *Reformas de Base* é fruto das mobilizações que vinham ocorrendo nos espaços urbanos e rurais no período e visava atender seus anseios de mudanças nas diferentes estruturas do país. Nos primeiros meses do ano, de 1964, o governo Goulart recebe uma intensa pressão das esquerdas para que esta questão entrasse em pauta e fosse imediatamente executada. Como símbolo dessa pressão foi organizado um Comício na Central do Brasil, Rio de Janeiro, no qual o governo brasileiro pactuou com as esquerdas brasileiras, como medida de acelerar sua realização.

O cenário político brasileiro, compreendido pelo período entre 1961 a 1964, durante o governo de João Goulart, havia se transformado em espaço de acirramento das posições políticas e ideológicas, entre muitas questões políticas importantes que contribuíram para o encerramento da experiência democrática, possuindo como características a formação de uma coalizão civil-militar, representada pelas direitas e forças conservadoras de um lado, que tomaram medidas e ações com o intuito de conter o avanço das mobilizações rurais e urbanas e suas aproximações com o governo João Goulart caracterizado como outro bloco de forças políticas que supostamente colocaria em risco a ordem social e política em vigor, podemos encontrar alguns elementos fundamentais que contribuíram para a radicalização política em março de 1964.

[...], ganhavam força nesta conjuntura os movimentos pela reforma agrária, com destaque para as Ligas Camponesas²⁴, comandadas no Nordeste do país por Francisco Julião. O problema do campo adquiriu visibilidade nacional e ações para a

²⁴ Mario Grynszpan e Marcus Dezemone (2007) enfatizam que durante um longo período da história brasileira, o campo teve como sinônimo do atraso em relação às cidades desenvolvidas e industrializadas. A justificativa para o atraso era em função dos aspectos naturais, geográficos, climáticos, doenças, composição racial, genética, entre outros. Para os autores, o campo tinha como função política para as elites agrárias, um lugar de “bases de poder que lhes garantiam uma grande influência nas tomadas de decisão e na implementação de ações políticas”. As Ligas Camponesas, no Nordeste brasileiro, terão como luta a transformação da realidade social, econômica e política da região, uma vez que aquela altura, o Nordeste era tido como uma região desintegrada da nação em termos de desenvolvimento. No final dos anos 1950, o governo JK foi pressionado para implantar políticas de melhorias, tendo como finalidade a criação da SUDENE. Nos anos 1960, com a radicalização dos posicionamentos políticos, as Ligas Camponesas passaram a defender uma transformação profunda, lutando contra a ordem vigente e pela a realização da reforma agrária. Ver mais em: GRYSZPAN, Mario e DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964) In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Col. As Esquerdas no Brasil- vol. 2, 2007.

sua resolução começaram a ter lugar em todo o país, em muitos lugares com o apoio do próprio Estado, como em Pernambuco, onde o governador Miguel Arraes teve papel fundamental na luta pelo fim da exploração fundiária. A organização e sindicalização de trabalhadores rurais ampliaram a luta pela extensão dos direitos trabalhistas ao campo. A questão da terra chegou a assumir uma perspectiva radical, consubstanciada na expressão “reforma agrária na lei ou na marra”, cunhada para expressar a dinâmica combativa da luta no campo²⁵.

A questão do campo e dos trabalhadores rurais tornou-se bastante relevante para o aguçamento da luta entre as forças políticas (direito-esquerdas) em oposição no Brasil. Neste cenário político, os camponeses e trabalhadores rurais, apareciam como novos sujeitos no espaço das decisões políticas, ganhando uma visibilidade importante para a conquista dos direitos trabalhistas, tomando como elemento basilar o governo reformista, como projeção para sua realização. Por outro lado, em movimento contrário, as forças conservadoras/oposicionistas foram sendo aglomeradas em uma frente direitista e bastante heterogênea. Elas interpretavam as mobilizações do campo como subversivas, causadoras de conflito social e produtoras de insegurança à nação, interpretando essas ações como sendo características da tomada do poder pelos trabalhadores no intuito de instalar uma ditadura “proletária” e “impatriótica”. Segundo os autores, durante o governo João Goulart:

O conjunto da sociedade brasileira também se politizava e buscava a participação no processo decisório. João Goulart estimulava sutilmente as manifestações populares no intuito de pressionar os setores conservadores a desbloquearem as ações governamentais. Com o fim de catalisar as aspirações advindas dos movimentos populares, anunciou em 1º de maio de 1962 a realização das chamadas *Reformas de Base*, que abrangeriam os setores agrário, tributário, eleitoral e educacional. No Congresso, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), um pacto interpartidário entre parlamentares de esquerda, articulava o apoio político às reformas.²⁶ (p. 66).

Para Cordeiro (2009), o *Comício da Central do Brasil*, no Rio de Janeiro serviu como um indicativo para as direitas de que João Goulart agora havia decidido estar do lado dos comunistas. Segundo ela, “os setores das direitas organizadas receberam o Comício da Central com apreensão entendendo que, a partir de então, o presidente havia assumido uma aliança com as esquerdas” levando adiante seu projeto reformista, projeto que foi entendido pela oposição como etapa de transição para a transferência do capitalismo para o comunismo. Na visão de Motta (2006) “o evento de 13 de março” atingiu expectativas e interpretações diferenciadas, conforme os interesses e as posições político-ideológicas, nas quais certos grupos da sociedade brasileira estavam vinculados. Conforme alega o autor, a esquerda interpretou o comício como ocasião para que João Goulart selasse “o compromisso público”

²⁵ AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo e COELHO, Hercídia (Orgs.). Política e sociedade no Brasil (1930 – 1964). São Paulo: annablume, 2002, p. 66.

²⁶AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo e COELHO, Hercídia (Orgs.). Política e sociedade no Brasil (1930 – 1964). São Paulo: annablume, 2002, p. 66.

com as reformas, possuindo apoio popular, pelo comparecimento maciço da população ao evento – entre 150 a 200 mil pessoas. Presot (2010) analisa que o *Comício das Reformas* expressava a tentativa do presidente em se reaproximar “das massas, que se encontravam cada vez mais descrentes de seu governo”. As últimas ações políticas desempenhadas por João Goulart consistiriam em busca de apoio. Na visão conservadora, segundo Motta (2006), esse evento foi interpretado como fortalecimento do suposto perigo comunista, expressado no vínculo do presidente Jango com as esquerdas brasileiras. Após o comício, esses setores estiveram ainda mais apreensivos, temendo o fim da propriedade privada e a ruína das tradições cristãs que deram sustentabilidade ao Ocidente.

Em discurso no Comício da Central do Brasil, João Goulart firmava que “os rosários não podem ser levantados contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda nas mãos de tão poucos, de tão pequena maioria”. As declarações de João Goulart, segundo Cordeiro (2009) e Presot (2010), foram distorcidas pelas mulheres da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) que chegaram afirmar que o presidente teria dito que “os terços e a macumba da Zona Sul não teriam poder sobre ele”. Essas mulheres conceberam as afirmações de Jango como insulto ao rosário, uma espécie de ofensa, surgindo a partir daí mobilizações femininas num movimento de desagravo ao rosário. A primeira manifestação, em São Paulo, pedia às Forças Armadas “para que realizassem uma intervenção “moralizadora” das instituições, afastando do país o perigo comunista”. Em poucos dias, após a realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, como resposta ao clamor público, foi noticiado pela imprensa de todo o país que a intervenção militar enquanto “ação revolucionária” havia sido consumada nas últimas horas do dia 31 de março de 1964.

Para boa parte dos apoiadores, o golpe ganha um caráter de emergência que romperia com a democracia temporariamente, mas que logo cedo seria restituída, e isso não aconteceu. O país passou a ser governado pelos militares durante os longos 21 anos de regime de exceção, os quais foram marcados por diversas fases como a colaboração da sociedade na promoção do regime militar, os movimentos de guerrilhas, as lutas pela libertação dos presos políticos, *anos de chumbos e anos dourados*²⁷. Um dos oradores da marcha paulista fora o

²⁷ Estas expressões foram utilizadas por Janaina Martins Cordeiro (2009) como metáfora para ilustrar as formas diferenciadas de memórias acerca do período de 1969 a 1974. Conforme enfatiza a autora, “há um enorme espaço entre quem os viveu como *anos de ouro* e quem os viveu como *anos de chumbo*”. Portanto, caracterizando uma diversidade e complexidade através das relações entre a ditadura, a sociedade e os movimentos de luta contra o regime militar.

deputado Plínio Salgado²⁸ “que dirigiu pergunta às Forças Armadas” com o objetivo de chamar a atenção dos militares para o perigo que a nação estaria passando. Plínio Salgado indagava: “bravos soldados, marinheiros e aviadores de nossa pátria, sereis capazes de erguer vossas armas contra aqueles que querem se levantar, aqueles que se levantam contra a desordem, a subversão, anarquia, o comunismo?” E prosseguindo, o deputado questionava “esta manifestação não vos comove? Será possível que permitireis, ainda, que o Brasil continue atado aos títeres de Moscou?”²⁹.

Sob a direção de Amélia Molina Bastos, a Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE organizava os preparativos para a realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade na capital carioca. Devido ao desenrolar dos acontecimentos, “a antecipação das tropas³⁰ de Mourão Filho e a deposição de Goulart no dia 1º de abril”³¹, a marcha carioca ganhou um novo sentido: “tratava-se não mais de defender as instituições, mas de *comemorar* a intervenção militar, “salvadora” da pátria, da família e da religião”³². Da mesma forma, o título atribuído a ela também se modifica, expressando a vitória do golpe. A “Marcha da Vitória” no Rio de Janeiro mobilizou cerca de um milhão de pessoas nas principais ruas da

²⁸ Plínio Salgado nasceu na cidade São Bento do Sapucaí (SP), no ano de 1895. Iniciou a carreira como jornalista em 1916 no periódico Correio de São Bento. Em 1926 torna-se escritor romancista, lançando sua primeira obra, cujo título era O Estrangeiro. Em 1928 Plínio Salgado foi eleito deputado estadual de São Paulo pelo PRP, mas não conseguiu finalizar o mandato, pois além de posicionar contra o governo de Getúlio Vargas teve que viajar para o Oriente Médio e a Europa, conhecendo por lá as ideias fascistas. Suas experiências com os novos regimes totalitários, regimes que estavam em crescimento na Europa, o motivaram a implantar no Brasil uma corrente desses movimentos: o integralismo, ou mais conhecido como Ação Integralista Brasileira – AIB, no qual Plínio Salgado se tornou seu principal líder no país. Durante o processo de redemocratização do país de 1945 a 1964, Plínio Salgado reformula a doutrina integralista, cria o partido PRP, apoia a posse de Juscelino Kubitschek como presidente, foi eleito deputado federal pelo Paraná, sendo reeleito ao cargo em 1962. Já em 1964, desempenha uma ação contra o governo João Goulart, sendo um dos oradores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo em prol da intervenção militar e da deposição de Jango da presidência da República. Após a intervenção militar, seu comportamento político será de inteiração colaboração ao regime militar, ingressando na Aliança Renovadora Nacional – ARENA e conquistando dois mandatos, como deputado federal: um em 1966 e outro em 1970. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/plinio_salgado

²⁹ Publicado na Folha de S. Paulo, 20 de março de 1964 e disponível no portal http://www.wirelessbrasil.org/bloco_cidadania/2013/mar%C3%A7o/mar_20a.html

³⁰ De acordo com a visão de Marcos Napolitano (2014) e entre outras pesquisas recentes, o movimento conspirador contra a deposição de João Goulart continha ainda muitas falhas e se encontravam plenamente divididos e desarmonizados quanto às medidas de ação e qual seria a ocasião adequada para efetuar o golpe. A atitude do general Olímpio Mourão, em marcha, em direção ao Rio de Janeiro foi interpretada pelos membros da conspiração como decisão precipitada, restava agora aguardar como seria o desdobramento em face dos acontecimentos. Entre muitos líderes responsáveis pela articulação conspiratória se encontrava Castelo Branco, principal conspirador do movimento, tendo o apoio dos EUA e que após a consumação do golpe veio se tornar o grande líder da “Revolução de 1964”, aclamado pelas entidades femininas de todo o país. No curso do movimento conspiratório, também se encontrava Costa e Silva e o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. O primeiro toma a iniciativa de criar o Comando Superior da Revolução, quando o golpe fora efetivado e o segundo promove uma intensa perseguição aos comunistas e “subversivos” pretendendo ser o candidato civil natural para as próximas eleições presidenciais, fato que não ocorreu, mesmo possuindo um enorme prestígio nas classes médias e altas do país.

³¹ *Ibidem*, p. 65.

³² *Ibidem*.

cidade. A manifestação contou com a presença das diversas entidades, instituições e grupos sociais: Sindicatos dos Advogados, congregações marianas, Trabalhadores da Construção Civil e entre outras.

Em caso semelhante, a “Marcha da Vitória” de Belo Horizonte – Minas Gerais, além de mobilização de protesto, “significava a comemoração da vitória militar”. Deste modo as “Marchas da Vitória”, no período pós-golpe, “funcionavam como base legitimadora da intervenção militar e de consolidação do novo governo, instituído pelas Forças Armadas. A marcha da capital mineira levou às ruas cerca de 200 mil pessoas no dia 13 de maio de 1964, utilizando-se de símbolos semelhantes às demais marchas realizadas em todo o país. Segundo Starling (1986) todas as “Marchas” realizadas no Brasil durante o período, “utilizavam-se das mesmas interpelações ideológicas e ressaltavam com insistência a presença e a liderança das mulheres”³³. Do mesmo modo, as manifestações em todo o país eram orientadas pelo complexo IPES/IBAD³⁴, institutos que integrava os conspiradores do golpe nos diversos estados. A marcha mineira foi organizada pela Liga da Mulher Democrata – LIMDE, entidade oficialmente fundada em janeiro de 1964 e liderada por Maria Victor Bolivar Moreira, embora a mobilização feminina mineira contra “o suposto perigo comunista” já estivesse em marcha no período pré-golpe. Inicialmente as reuniões, segundo Starling (1986), ocorreram nas residências das associadas. Na medida em que o movimento foi ganhando fôlego, no estado, as reuniões foram transferidas para o salão do jornal *O Globo*, liberado pelo diretor do jornal Lamartine Godoy e posteriormente para uma sede própria do IPES - MG, no 11º andar do Edifício Acaiaca.

Na capital baiana, Salvador, “A Marcha da Vitória” foi promovida no dia 15 de abril de 1964, a partir das 14 horas, reunindo cerca de 400 mil pessoas na Praça Municipal. A comissão organizadora da marcha esteve sob a direção de várias mulheres pertencentes às

³³ Ibidem.

³⁴ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES foi fundado em início do ano de 1962, no Rio de Janeiro com a cooperação de empresários, tanto do Rio como de São Paulo, preocupados com o crescimento das forças esquerdistas no país. O empresário Gilberto Huber - ex-vice-presidente do Conselho Nacional das Classes Produtoras se tornou um dos principais articuladores no Estado de São Paulo a arremessar o empresariado paulista para lutar contra a ideologia comunista. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD foi fundado em 1959 por Ivan Hasslocher e o seu papel era promover campanhas anticomunistas no país, com o objetivo de combater o comunismo. O funcionamento do instituto somente foi possível devido às contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros, principalmente no período de campanha eleitoral em 1962, quando vários governadores e deputados foram eleitos com a ajuda dos institutos IPES e IBAD, que os apoiou com campanhas ideológicas na construção de uma opinião pública acerca dos “verdadeiros democratas” e daqueles que eram concebidos como “inimigos da pátria” e da “democracia”. Os dois institutos mantinham vínculos bem estreitos com determinados segmentos, grupos e entidades civis, como por exemplo, a entidade Campanha da Mulher pela Democracia – Camde, entidade responsável por mobilizar mulheres de classe média em prol da luta contra o “suposto perigo comunista” no Brasil nos anos de 1960 e a Ação Democrática Parlamentar – ADP, grupo político formado no congresso em torno da causa anticomunista.

classes mais influentes do estado e ao clero, sobressaindo-se, e ganhando destaque pela imprensa baiana, a participação da primeira dama, Hildete Lomanto.

No curto período, compreendido entre os anos de 1961 a 1964, houve intensas mobilizações não só nas ruas, mas também nos jornais, que se transformaram em espaços de ação política, de demonstração de opiniões e de construção dos mais importantes acontecimentos que conduziram o país ao golpe civil-militar de 1964. Assim, as diversas articulações políticas em traços anticomunistas, objetivando a destituição do governo João Goulart, contaram com a participação da imprensa, dando visibilidade aos grupos de pressão, disseminando suas ideias e pensamentos, construção de realidades e sentidos. Cada acontecimento selecionado e analisado neste trabalho, contou com a participação da imprensa durante o período em questão. As marchas aconteciam nas ruas, mas os jornais também marchavam alguns anos antes da consumação do Golpe de 1964.

2.1 As manifestações contra o comunismo e a participação dos jornais

A conjuntura política brasileira (1961-1964) esteve marcada por uma enorme mobilização anticomunista de grupos descontentes com o governo Jango, mas não eram apenas líderes políticos, civis e militares que marchavam nesta luta, havia a participação da imprensa nacional, e no caso deste trabalho, os principais jornais cearenses desempenharam um papel de construção dos principais acontecimentos desta conjuntura, levando grupos políticos locais a um reagrupamento de forças favoráveis à intervenção militar e na legitimação do golpe de 1964.

Para entendermos as motivações e as mobilizações dos grupos idealizadores das marchas na luta contra o comunismo, precisamos conhecer esse fenômeno, o anticomunismo, e sua relação com determinados setores da sociedade.

O anticomunismo é entendido como um “fenômeno complexo”, bastante amplo na sua significação, onde a compreensão desse tipo de fenômeno depende essencialmente da observação das condições de onde ele se exprime e dos “ideais dos quais se inspira”³⁵. No plano internacional o anticomunismo “nega qualquer possibilidade de alianças com os países comunistas”³⁶. Já no plano interno dos países capitalistas:

³⁵ RODEGHERO, Carla Simone. O perigo vermelho: o combate ao comunismo de 1945 a 1964. In: **O Diabo é Vermelho – Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**, 2 ed. – Passo Fundo: UPF, 2003, p. 79.

³⁶ Ibidem.

O comunismo é associado não apenas aos partidos que o contem como bandeira, mas também, como aconteceu no Brasil, a todos os partidos de esquerdas, ou a alguns de seus membros em particular; aos indivíduos atuantes em movimentos sindicais, estudantis ou em qualquer outro tipo de movimento popular³⁷.

A observação tratada da expressão do anticomunismo internamente nos países capitalistas parece-nos que serviu, especialmente ao Brasil, como forma de constituir uma identidade ligada aos simpatizantes da ideologia comunista e para o reconhecimento de imagens, figuras e símbolos vinculados a ela. No Brasil, o anticomunismo era pregado em torno das consequências drásticas que poderiam acontecer caso o comunismo fosse instalado, como a destruição das igrejas, assassinatos de crianças, a substituição da bandeira brasileira pela cor vermelha e pelos símbolos da foice e o martelo. Simone Rodeghero traz o contexto da Guerra Fria para a explicação do anticomunismo no cenário internacional e o compartilhamento de seus elementos constitutivos para a elaboração das expressões anticomunistas no cenário brasileiro no período compreendido de 1945 a 1964. A Guerra Fria fez parte de um processo amplo e foi “produto de uma situação internacional peculiar: o confronto entre Estados Unidos e União Soviética, as duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial”³⁸.

O entendimento do fenômeno da Guerra Fria e suas possíveis ameaças têm encontrado opiniões opostas, mas trazendo no interior delas algumas questões ligadas ao imaginário anticomunista: como “os anseios, aos projetos de futuro e a imaginação”³⁹. Conforme a análise da autora tais questões levantadas servem para formulação de novas percepções sobre a Guerra Fria:

Todos esses aspectos, juntamente com os sentimentos experimentados pelas pessoas que viviam aquele momento, como o medo e o fatalismo, devem ser incorporados na explicação do fenômeno da Guerra Fria e da difusão do anticomunismo. Assim, a análise rompe com explicações do fato que se baseiam apenas nos desejos de expansão econômica de uma ou das duas superpotências, já que o anticomunismo da Guerra Fria deixa de ser visto apenas como falseamento da realidade, passando a ser encarado como componente de uma forma de ver o mundo, de identificar-se e de diferenciar-se em relação aos *outros*, ainda que não se possa negar que tenha sido uma arma utilizada pelos Estados Unidos para manter a obediência dos países que estavam sob o seu domínio, entre os quais se inclui o Brasil⁴⁰.

Assim, compreendemos que o anticomunismo é parte integrante do processo pelo qual se constituiu a Guerra Fria, não se restringindo às explicações de interesses econômicos

³⁷ RODEGHERO, Carla Simone. O perigo vermelho: o combate ao comunismo de 1945 a 1964. In: **O Diabo é Vermelho – Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. 2 ed. – Passo Fundo: UPF, 2003, p. 28.

³⁸ Ibidem, p. 80.

³⁹ Ibidem, p. 82.

⁴⁰ Ibidem.

entre os países envolvidos. Ele também foi fundamental para que grupos, instituições e indivíduos pudessem construir suas leituras sobre a realidade vivida e estabelecer relações temporais entre passado, presente e futuro para que amplos setores civis pudessem se articular na tentativa de garantir a manutenção das estruturas sociais e das tradições que constituem a nação: religião, família, pátria.

Durante a Guerra Fria, especialmente no início da década de 1960, o Brasil vivenciava o crescimento de dois movimentos de forças opostas. O primeiro conjunto de forças teve como particularidade “aspirações por mudança social e a ideia de “revolução”, não apenas na política e nas instituições como na cultura, nos costumes e nas expressões artísticas”⁴¹. Mas havia outro conjunto de mobilizações em movimento contrário ao anterior que, segundo Presot (2010), teve como principais atores “certos grupos ou instituições que se mostravam, em diferentes graus e interesses diversos, cada vez mais preocupados com o “perigo comunista””.

Na conjuntura política brasileira (1961 – 1964), Motta (2006) enfatiza que o “temor anticomunista teve papel preponderante no processo de arregimentação dos grupos adversários ao governo, fornecendo o principal argumento que unificou os setores da oposição”⁴². Vários grupos e entidades, a maior parte com aspectos efêmeros, marcaram profundamente essa conjuntura devido as suas articulações em torno do “perigo vermelho” – o comunismo. Muitos das entidades e grupos citados tiveram algum tipo de contato com o complexo IPES/IBAD durante essa conjuntura política brasileira. De acordo com Starling (1986) o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD surge como “um grupo de ação política”, criado no final da década de 1950, no Rio de Janeiro “por um grupo de empresários e militares” (STARLING, 1986). Starling define o IBAD como “um organismo de caráter profundamente conservador e feição nitidamente anticomunista, diretamente articulado com a estação da Agência Central de Informação – CIA”⁴³. Para ela, o objetivo desse Instituto era “conduzir um amplo processo de mobilização conservador-oposicionista” no intuito de intervir “em diferentes setores da sociedade brasileira: o meio parlamentar, a área rural, o movimento estudantil e sindical e a Igreja Católica”⁴⁴.

⁴¹ PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX (Brasil e América Latina)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.73.

⁴² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006, p. 129.

⁴³ STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964**. Petrópolis – Rio de Janeiro, editora Vozes, 1986, p. 45.

⁴⁴ Idem, p. 45.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) surgia como sendo “a primeira organização empresarial especificamente voltada para a ação política”⁴⁵, cujo objetivo central “era combater o comunismo e aquilo que seus membros chamavam de “estilo populista de Juscelino””⁴⁶. O referido instituto “era financiado por grandes empresas nacionais e internacionais, especialmente norte-americana”⁴⁷. Segundo afirmações de Saviani (2007), as ações desse instituto “caracterizavam-se por intensa propaganda e pela interferência nos bastidores da política, mediante o financiamento de candidatos para as eleições legislativas e para governos estaduais”⁴⁸, especialmente nas eleições de 1962. As campanhas políticas se tornaram significativos meios de mobilização anticomunista, tornando-se num método divisor de águas, delineando de forma precisa os grupos em oposições, atribuindo para as direitas a ideia de “democratas” e para as esquerdas brasileiras os termos pejorativos: “agitadores”, “subversivos”, “comunistas” e “pelegos”. Deste modo, a luta contra o comunismo no Brasil, através da via eleitoral em 1962, serviu como uma espécie de doutrinação, orientação e mobilização das classes médias e de reagrupamento de lideranças influentes no campo político. A participação do instituto IBAD no processo de campanha política, financiando as candidaturas dos supostos “democratas” através de recursos financeiros ganhou uma atuação fundamental porque os candidatos eleitos depois passaram a integrar de modo consistente a luta conspiratória e golpista contra o presidente João Goulart.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES, surgiu no final do ano de 1961, no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. O IPES possuía como ação estratégica “não apenas derrubar o governo Goulart, e sim estabelecer-se no poder de Estado para dali realizar seu projeto de classe”⁴⁹. Isso significa que no primeiro momento, por meio de “uma sofisticada campanha política, ideológica e militar” o IPES desempenharia o papel de “desarticular, bloquear, e “liquidar” politicamente as forças sociais que compunham o bloco nacional-populista” e aliado a essa ação, o instituto empenhava-se em realizar a “fusão dos diversos grupos oposicionistas até então desconectados”, como também, articulá-los em processo de mobilização contando com o apoio da sociedade civil (STARLING, p. 46).

De acordo com Saviani (2007), o IPES desempenhava ações através dos diversos aspectos: ideológico, social, político e militar. Ao partir dessa compreensão abrangente, o

⁴⁵ SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas – São Paulo: Autores Associados, 2008, p.342.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ STARLING, Heloisa Maria Murgel. Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964. Petrópolis – Rio de Janeiro, editora Vozes, 1986, p. 46.

mesmo enfatiza que “o IPES desenvolvia doutrinação por meio de guerra psicológica fazendo o uso dos meios de comunicação de massa como o rádio, a televisão, cartum e filmes em articulação com órgãos da imprensa, entidades sindicais”⁵⁰ e entre outros, com a finalidade de “desagregar, em todos esses domínios, as organizações que assumiam a defesa dos interesses populares”⁵¹. Esta característica forte atribuída ao IPES se deve pelo processo de formação do instituto, que contou com a participação da Escola Superior de Guerra⁵² (ESG), através dos generais Heitor de Almeida Herrera e Golbery do Couto e Silva.

Delgado (2004) apresenta-nos algumas vertentes ou interpretações a respeito do golpe civil-militar de 1964, entre elas está a versão conspiratória, “segundo a qual a ruptura da ordem, política foi decorrente de uma ação conspiratória levada adiante pela aliança”⁵³ de alguns segmentos sociais e organizações: Forças Armadas, empresariado nacional, latifundiários, proprietários rurais, partidos políticos, setores conservadores da Igreja Católica e “capital internacional que tinha interesses econômicos no Brasil”⁵⁴. Os conspiradores, segundo ela, receberam o apoio de organizações como: Central de Informação Americana - CIA, O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD, Ação Democrática Parlamentar - ADP, Campanha da Mulher pela Democracia - CAMDE, Liga da Mulher Democrática - LIMDE e “jornais da grande imprensa, que tinham uma posição anti-getulista e anti-janguista”⁵⁵. Starling faz parte de um conjunto de intérpretes “que defendem a ideia básica de que o movimento de 1964 tinha como característica principal ações conspiratórias”⁵⁶. Ela aborda que a ação política empenhada pelos dois institutos tinha por objetivo promover campanhas anticomunistas contra o governo

⁵⁰ SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas – São Paulo: Autores Associados, 2008.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Maria Helena Moreira Alves (2005) afirma que a “Escola Superior de Guerra foi fundada em 1949, com a assistência de consultores franceses e norte-americanos”, para treinar os seus membros para o exercício da direção e planejamento em torno da segurança nacional. De acordo com a autora, a ESG era responsável por coordenar as iniciativas de conspiração, fazendo justificativa ideológica, arregimentando civis e militares para a tomada do Estado, pretendendo impor uma variante autoritária, baseada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. O complexo ESG/IPES/IBAD teve como principal atividade “a criação e implantação de uma rede de informações, considerada necessária a um Estado eficaz centralizado”. Este empreendimento foi coordenado pelo General Golbery do Couto e Silva que será responsável por delinear e aperfeiçoar a doutrina de segurança nacional, pois ela será a base de sustentação do Estado autoritário durante os governos militares.

⁵³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 – 2004)**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004, p. 22.

⁵⁴ Idem, p. 22.

⁵⁵ Ibidem, p. 22.

⁵⁶ Op. Cit., p. 22.

Goulart, onde “o temor ao comunismo era incentivado como tática para que se criasse um clima político apropriado a intervenção militar”⁵⁷.

Na conjuntura política brasileira (1961 – 1964), o complexo IBAD/IPES passa a fundar e orientar grupos de mobilizações anticomunistas em diferentes estados do país. Motta (2004) apresenta-nos um variado conjunto de entidades e grupos em prol da causa contra “o suposto perigo comunista”. Algumas destas entidades ou grupos conforme o segmento ao qual estavam vinculados foram: 1 – grupos que protestavam contra a política externa independente⁵⁸: *Liga Feminina Anticomunista*, *União Feminina Anticomunista* e *Centro Cívico do Brasil*. A Política Externa Independente – PEI era uma política que visava introduzir o “universalismo como base de atuação do país e a ideia de construir a autonomia nacional a partir da diversificação de parceiros”⁵⁹. De acordo com Vigevani (2014) a Política Externa Independente foi adotada no início do governo Jânio Quadros significando “uma mudança de paradigma: o abandono do americanismo e o início do globalismo”⁶⁰. O Presidente da República, Jânio Quadros, adota o “universalismo, tendo como perspectiva abrir o país para relações com todos os demais, como instrumento para obter a própria projeção internacional”⁶¹. “Isso significava buscar a independência de comportamento em relação aos Estados Unidos, uma vez que o poder de barganha viria, sobretudo, da diversificação de parceiros”⁶²; 2 – entidades que continham “vínculo profundos com os valores cristãos”⁶³: *Voluntários da Pátria para a Defesa do Brasil Cristão* – ligado à Diocese de Niterói, a *Liga Cristã contra o Comunismo* – São Paulo; 3 – organizações criadas com o objetivo de conquistar os trabalhadores para a causa anticomunista: *Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres* (Redetral); 4 – grupos que “tinham como única atividade divulgar

⁵⁷RODEGHERO, Carla Simone. **O Diabo é Vermelho – Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. 2 ed. – Passo Fundo: UPF, 2003, p. 90.

⁵⁸ A oposição realizada pelas elites brasileiras contra a Política Externa Independente – PEI indica a forma como elas viam o papel do Brasil na política internacional tendo como base os paradigmas, *o americanismo* e *o globalismo*. Para Miriam Gomes Saraiva e Tullo Vigevani o americanismo representa a aliança do Brasil com os Estados Unidos, na qual seria adquirido “os recursos para a economia do país e um meio de conquistar poder no sistema internacional”. Com a adoção do globalismo, o Brasil teria a condição de “alcançar sua autonomia, a busca de recursos de poder e insumos para o desenvolvimento por meio da diversificação de parceiros”. SARAIVA, Miriam Gomes e VIGEVAANI, Tullo. Política externa do Brasil: continuidade em meio à descontinuidade, de 1961 a 2011. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p. 218.

⁵⁹SARAIVA, Miriam Gomes e VIGEVAANI, Tullo. Política externa do Brasil: continuidade em meio à descontinuidade, de 1961 a 2011. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p. 220.

⁶⁰ Ibidem, p. 219.

⁶¹ Ibidem, p. 219.

⁶²SARAIVA, Miriam Gomes e VIGEVAANI, Tullo. 2014, p. 219.

⁶³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006, p. 130.

propaganda contrária ao comunismo⁶⁴”: *Cruzada Cristã Anticomunista* e o *Centro Brasileiro da Europa Livre*; 5 – organizações em caráter terrorista: *Movimento Anticomunista* (MAC) e o *Comando de Caça aos Comunistas* (CCC); 6 – mobilização anticomunista no meio parlamentar: *Ação Democrática Parlamentar* – (ADP).

A conjuntura política brasileira, também ficou profundamente marcada pelo contundente embate político-ideológico, entre as direitas e esquerdas brasileiras durante o processo eleitoral de 1962. As disputas políticas entre os candidatos foram bastante acirradas, tanto em nível nacional como estadual, trazendo para o campo da disputa questões de ordem moral, religiosa e cultural acerca do comunismo. Devemos destacar que a imprensa executa uma participação bastante importante neste cenário de disputa política, uma vez que ela se torna espaço para os conflitos e embates em questão. Os jornais, além de dar suporte e voz aos grupos políticos, são responsáveis por construir sentidos em torno da causa anticomunista, objetivando conter o avanço das esquerdas. Por outro lado, estas eleições também trouxeram um enorme conflito entre aqueles que disputavam uma candidatura em 1962, sobretudo, em relação à participação do instituto IBAD na promoção de candidaturas estaduais e federais, ligadas aos foras direitistas. Devido a isso, dependendo do alinhamento político dos jornais, a temática sobre o esquema de corrupção do IBAD em prol de algumas candidaturas, possuirá um tipo de ação política diferenciada na forma de abordar o assunto. Conforme a análise que apresentaremos logo em seguida, os jornais que tinha uma ação defensiva do governo Goulart, tratarão o assunto numa ação política, com principal objetivo, denunciar os candidatos envolvidos no esquema de corrupção com dinheiro do IBAD. Já aqueles jornais, ligados às forças direitistas, farão do espaço da imprensa escrita, um modo de ação política de defesa dos interesses dos grupos políticos vinculados, formulando uma opinião pública acerca do comunismo e acima de tudo, servindo como instrumento de combate ao avanço das esquerdas pela via do processo eleitoral.

Alguns jornais cearenses e também de circulação nacional buscaram construir alguns acontecimentos em torno do processo político de 1962, os quais foram constituindo sentidos conforme as perspectivas de grupos em disputa, centralizando especialmente no candidato a governador, o ex-ministro da *Viação e Obras Públicas*, Virgílio Távora. Neles, pudemos localizar algumas matérias⁶⁵ que trazia como principal discurso inflamado, a relação

⁶⁴ Ibidem, p. 131.

⁶⁵ As matérias e algumas notícias acerca da candidatura de Virgílio Távora em torno do grupo anticomunista, *União pela Ceará*, não sabemos exatamente se eram realmente pagas, uma vez que, membros de alguns jornais como *Gazeta de Notícias*, também pleiteavam vagas no eleição de outubro de 1962. O jornal *Gazeta de Notícias* tinha como diretor Dorian Sampaio, que disputava uma vaga para deputado. Ainda que as matérias tenham sido

do candidato cearense com o IBAD. Portanto, esse tipo de envolvimento foi fator comum a muitos outros em todo território brasileiro, tornando-se posteriormente em caso de CPI no Congresso Nacional.

No tocante ao ex-ministro cearense, Virgílio Távora, tornou-se alvo de acusação na imprensa nacional e estadual quando Adahil Barreto⁶⁶, “candidato nacionalista ao Governo do Ceará, que também recorre à imprensa, para que esta se torne um espaço de denúncia contra Virgílio Távora, atribuindo sentidos depreciativos por estar envolvido na ação do IBAD. Adahil Barreto, através de uma nota enviada e publicada no jornal carioca *Última Hora*, em 03 de setembro de 1964, denunciava afirmando que o IBAD “está despejando 100 milhões de cruzeiros em apoio à candidatura de Virgílio Távora”. A nota publicada na imprensa trazia alguns detalhes ainda mais profundos, auxiliando os jornais a construírem sentidos de um acontecimento que extrapola os limites locais e regionais, constituindo-se num elemento de denúncia pública a respeito do esquema nacional de corrupção em campanhas políticas de várias candidaturas a governadores, como também pretendia em caso bem peculiar, tornar evidente o vínculo de Virgílio Távora com o instituto IBAD.

“O dirigente geral da distribuição da verba vinda do Rio é o Sr. Milton Mota Fernandes, cunhado de um tal Herculano Carneiro, que manipula as verbas do IBAD em Pernambuco. Os veículos “Kombi” tem, em sua maioria chapa de Pernambuco. A propaganda em rádio, jornais e televisão é paga pela agência de publicidade “Promotion”. A Base da campanha: faixas, cartazes, amplificadores e um parque motorizado numeroso. Os intermediários da entrega da verba aos candidatos são o Prof. Humberto Elley e o Coronel Sabino Guimarães. Além do sr. Virgílio Távora, candidato a Governador, o maior beneficiário do esquema financeiro é o Sr. Armando Falcão, que tem a seu dispor os mais caros horários do rádio e TV, onde ataca o Sr. Adail Barreto e o Presidente João Goulart. Quanto aos jornais, o problema se agrava, já que além do espaço adquirido pela “Promotion”, os agentes do IBAD estão exigindo a demissão ou afastamento dos jornalistas que não concordam com a linha de sua campanha.

pagas, não temos a comprovação se foi com recursos advindos do instituto IBAD, como recurso particular de cada membro em torno do grupo político, ou se por meio de doações.

⁶⁶ Adahil Barreto Cavalcante se tornou deputado estadual de 1946 a 1950. Através da União Democrática Nacional – UDN conseguiu pleitear três mandatos consecutivos para deputado federal (1951-1962). Na UDN, Adahil teve forte participação política, ganhando enorme prestígio no Ceará, principalmente, porque suas ideias eram fortemente delineadas em torno do nacionalismo, bastante difundido na época. Vânia Moreira argumenta (1998) que muitos políticos, integrantes dos partidos conservadores como UDN e PSD, defendiam o ideal nacionalista, mas pregavam uma independência em relação ao ideário do PCB, pois pretendiam não serem interpretados como comunistas. Muitos dos que defendiam o nacionalismo acreditavam que o desenvolvimento econômico no Brasil ocorreria através de uma industrialização planejada, “capaz de incorporar a população ao sistema econômico com uma efetiva elevação do padrão de vida”, mas tal concretização somente ocorreria através do combate ao “imperialismo” e da promoção das reformas estruturais, sobretudo, a agrária. Adahil Barreto, contendo forte aceitação também entre as forças sindicais e de esquerdas, visando a sua candidatura para governador do Ceará, torna-se em 1962, dissidente da UDN. Assim, durante o processo eleitoral de 1962, Adahil Barreto, alia-se, as forças políticas que defendem o projeto do governo Goulart, vindo a ser interpretado como comunista ou simpatizante do comunismo, por seus ex-correligionários da UDN.

Cerca de mil caminhões, jipes e camionetas estão alugados para transportar eleitores no dia sete. O dinheiro do IBAD está depositado na Cooperativa Brasil de Crédito, em Fortaleza”.

Como é natural, um derrame de dinheiro em tais proporções, embora funcione bastante em um Estado de tradição eleitorais negativas como o Ceará, resulta em um escândalo estadual, pois ninguém consegue ocultar um fato de tal grandeza. Daí resulta uma reação que em Fortaleza e demais grandes centros do Ceará é enorme⁶⁷.

O suposto escândalo de corrupção utilizando dinheiro para privilegiar determinadas candidaturas, no caso do Ceará, Virgílio Távora, era usado com várias finalidades que objetivavam a chegada deste ao poder estadual. O dinheiro do IBAD que estava auxiliando as demandas necessárias para ação do grupo político e anticomunista, *União pelo Ceará*, grupo que integrava as principais forças conservadoras e que encabeçava os principais partidos em Fortaleza, como União Democrática Nacional – UDN, Partido Social Democrático – PSD e Partido do Trabalhismo Nacional – PTN. De fato, a frente conservadora cearense levava enorme vantagem e prestígio, pois em torno da campanha da união de forças em torno do movimento “União pelo Ceará” conseguiu reunir as mais importantes lideranças de peso econômico, tanto em Fortaleza como em todo o interior cearense. Para uma mobilização ainda mais sólida, a “*União pelo Ceará*”, segundo a denúncia levantada pelo candidato da “*Frente Democrática*”, Adahil Barreto, através do jornal acima, conseguia obter um campanha política em largas vantagens, porque tinha a sua disposição os recursos financeiros advindos do IBAD, tendo sua destinação para a compra de horários significativos nos principais programas de rádio e TV, na compra de espaços para publicações de notas e informações da campanha política do grupo, sendo responsável por uma consistente campanha publicitária nos principais jornais de Fortaleza como *Correio do Ceará*, *Unitário*, *Gazeta de Notícias*, *O Povo* e *O Nordeste*.

Como podemos notar, os jornais cumprem uma função social e política diante da realidade em questão, fazendo o papel em boa medida de conduzir ou desdobrar os acontecimentos sobre o escândalo de corrupção no IBAD. Além disso, na década de 1960, os jornais impressos passaram por uma transformação significativa na forma de fazer o jornalismo, nesse caso o jornalismo político. Mas é também um momento em que a imprensa pretende acompanhar as reivindicações político-ideológicas, exatamente num contexto de Guerra Fria, de pregação contra o comunismo. Assim, dependendo do posicionamento do jornal, do modo como os acontecimentos eram conduzidos, eles serviam como espaço de propagação de denúncias ou então de defesas contra os ataques sofridos. Isso diz também

⁶⁷ Jornal *Última Hora*, 3 de setembro de 1962, sob o título: “**CEARÁ: COMO FUNCIONA O ESQUEMA DO IBAD**”, página 4.

respeito àqueles que embora não fizessem parte do jornal, recorriam a ele para a defesa dos seus interesses, através de notas que se supõe serem pagas.

Conforme as informações do jornal *Última Hora*, a chegada dos recursos financeiros enviados pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD à cidade de Fortaleza eram através de intermediários, como os coronéis Francisco Humberto Ellery e Sabino Guimarães. Ellery desempenhava o papel de tesoureiro do IBAD - Ceará e ao mesmo era responsável pela mobilização política do grupo *Ação Democrática Popular – ADEP* na capital cearense. A atuação dele no Ceará, com os fundos do IBAD, possibilitou realizar uma consistente ação política, contando com uma estrutura organizacional, compostas por várias lideranças e autoridades de diversos municípios cearenses. Para, além disso, Humberto Ellery teve uma atuação ativa na formação de uma base conspiratória contra o presidente João Goulart e de apoio ao golpe de Estado no Ceará. O Jornal *Última Hora* realiza uma ação política, pautada no interesse em tornar público, as acusações realizadas por Adahil Barreto, que se utiliza do periódico como porta voz para se comunicar com a sociedade.

Naquele momento o periódico carioca *Última Hora* tornava público as articulações dos conservadores, fazendo uso da corrupção em dinheiro para ganharem as eleições. O *Última Hora* “era partidário e defensor das posições do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)”⁶⁸, e por essa razão, a denúncia de corrupção apontada na imprensa pretendia colocar os beneficiários dos recursos do IBAD em situação semelhante à dos candidatos que estavam disputando os pleitos de deputados e governadores ligados ao governo de Jango e que foram taxados pela oposição conservadora de “corruptos”, “oportunistas” e “demagogos”. O processo de disputa das eleições de outubro de 1962 foi marcado por um enorme embate de interesses de grupos e que instrumentalizaram discursos na tentativa de desqualificar os seus oponentes. A imprensa participará ativamente desse processo ocupando uma função de defesa de interesses de grupos.

O principal articulador e defensor dos interesses do IBAD no Ceará, de acordo com o candidato da oposição Adahil Barreto, era o deputado federal Armando Falcão. De fato, Armando Falcão desempenhou um papel essencial no processo de reorganização de lideranças políticas em torno do grupo “*União Pelo Ceará*”, tecendo a união de forças conservadoras, destacando-se a participação dos principais empresários cearenses, militares, lideranças religiosas e de lideranças políticas dos municípios do interior do Ceará. A articulação promovida pelo Armando Falcão no Ceará consistia em um programa de luta e

⁶⁸ ABREU, Alzira Alves. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 109.

combate ao crescimento das esquerdas no Nordeste. No Ceará, as forças conservadoras estavam preocupadas com o avanço do Partido Trabalhista Brasileiro que vinha conquistando aceitação na capital e no interior. Esse processo de expansão do PTB foi confirmado quando os resultados das eleições foram divulgados. Diante disso, embora o PTB, através do movimento “*Frente Democrática*”, tenha sido derrotado pelo grupo da oposição “*União Pelo Ceará*”, obteve resultados satisfatórios porque conseguiu eleger alguns candidatos a prefeitos, vereadores e deputados estaduais no estado. O caminho para a expansão e influência do partido de João Goulart no Ceará continuou aberto mesmo após as eleições de 1962, tornando-se, portanto, motivo de preocupação para as lideranças que alcançaram o poder.

Enquanto o jornal carioca *Última Hora*, aliado e defensor do programa nacionalista e reformista, pertencente à agenda governamental de João Goulart, pretendia desmascarar e tornar público a corrupção eleitoral em nível nacional quando as forças oposicionistas recebiam recursos financeiros e conteúdo programático contra o comunismo, advindos dos institutos IBAD e IPES, neste momento, o periódico cearense, *Gazeta de Notícias* desempenhava o papel inverso, abrindo espaço para publicações de notas pagas vinculadas ao movimento conservador “*União pelo Ceará*”, que pretendia desmentir as acusações levantadas por Adahil Barreto, o candidato a governador do estado pelo movimento “*Frente Democrática*”, grupo encabeçado pelo PTB no Ceará. Além disso, a *Gazeta de Notícias* reflete em suas ações os propósitos exigidos pelos institutos IPES e IBAD, levando-nos a refletir que a referida imprensa tenha realmente recebido investimentos deles. A ação do periódico, no seu conjunto, deu ampla cobertura aos interesses defendidos pela “*União pelo Ceará*”, atuando de modo consistente como porta voz na disseminação da campanha contra o comunismo, perigo representado pelos candidatos ligados ao PTB. A campanha política dos conservadores girava em torno de desqualificar Adahil Barreto e Carlos Jereissati⁶⁹ como comunistas que recorriam à imprensa e não mediam esforços e estratégias para atingir seus objetivos. Como podemos ver o posicionamento da *Gazeta de Notícias* está

⁶⁹ Carlos Jereissati nasceu no dia 2 de dezembro de 1916, era filho de Aziz Kali (comerciante libanês) e de Maria José Boutala Jereissati. Após a morte do pai, Carlos Jereissati assume os negócios da família, desenvolvendo as atividades empresariais, nos setores industriais, agrícolas e imobiliários. Ele foi responsável por expandir os negócios numa projeção nacional, como metalúrgicas, hotéis e shoppings center. A entrada de Carlos Jereissati na política ocorreu no ano de 1949, sendo presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Foi eleito deputado federal durante dois mandatos consecutivos, nos anos de 1954 e 1958. Nas eleições de 1962, Carlos Jereissati pleiteou a vaga como senador, mas no ano seguinte, 1963, sua carreira política foi interrompida, devido ao inesperado falecimento, causado por um infarto. Carlos Jereissati era uma liderança de enorme prestígio econômico e político no Ceará, tornando-se um forte oponente do Armando Falcão (PSD). Nas eleições de 1962, a formação da *União pelo Ceará*, além de ser uma formação anticomunista, correspondia a ações planejadas na tentativa de conter a chegada de uma nova geração de políticos, ligados ao nacionalismo-desenvolvimentista, destituindo as forças políticas dos coronéis entre os partidos da UDN e PSD.

centralizado na defesa da “*União pelo Ceará*”, sobretudo, porque o periódico destinou um amplo espaço para o referido grupo político conservador pudesse se defender das acusações divulgadas na *Última Hora*.

Em pleno processo de disputa eleitoral entre as candidaturas de Adahil Barreto – *Frente Democrática* e Virgílio Távora – *União pelo Ceará*, no dia 12 de setembro de 1962, a *Gazeta de Notícias* publica uma nota de autoria do último grupo político, na qual objetivava desmentir as acusações, contra o seu candidato, noticiadas pelo jornal *Última Hora*. De imediato, após as divulgações circuladas na imprensa a respeito do suposto esquema de corrupção utilizando recursos financeiros do IBAD no Ceará, a *União pelo Ceará* toma a decisão de se pronunciar, fazendo das acusações sofridas um instrumento de defesa e, ao mesmo tempo, de ataque aos seus oponentes. Em caixa com letras em negrito, sob o título “***Calúnia Contra Virgílio é a Arma do Desespero!***” o movimento das forças em prol da candidatura de Virgílio Távora resolveu utilizar como pretexto as acusações sofridas como características de “desespero” e “derrota” das forças *Adahilistas*.

A nota mandada daqui de Fortaleza e publicada em “Última hora” do Rio, de 3 do corrente, pelo “staf” do sr. Adail Barreto, não fere de modo algum a dignidade do sr. Virgílio Távora e dos demais candidatos da “União pelo Ceará”. Enodôa, isto sim, a quem a fez e a mandou divulgar no Rio de Janeiro, valendo-se da calúnia que é a arma do desespero e da derrota.

O vespertino carioca, cujas idéias são idênticas às do candidato da chamada Frente Democrática, fez publicar a notícia “com aspas”, tal qual saiu do bureau da propaganda do sr. Adail, naturalmente adivinhando, pressentindo as inverdades contidas na mesma. Isto é grave! Prova de que o “staf” de Adail caiu na própria cilada, na própria armadilha, na própria arapuca! Mantendo a integra da correspondência a “Última Hora” quis dizer isto ao sr. Adail e seus escribas: “Podemos divulgar a mentira, tal como foi forjada, mas não assumiremos a responsabilidade por ela”.

E, de fato, não assumiu, não encampou a infância. Deu-lhe guarida em suas colunas, mas nauseada. Com nojo. Mesmo porque não é de suas atribuições julgar o povo do Ceará, a quem a nota infamante atinge profundamente, levemente, dizendo tratar-se um “Estado de tradições eleitorais negativas”.

Veremos, dr. Adail! O sr. Não perde por esperar!

Quanto ao conteúdo da nota fala por si mesmo. Ninguém sabe em Fortaleza quem é o sr. Milton Mota Fernandes. Tão pouco o seu cunhado Herculano Carneiro. Ninguém, ninguém mesmo, sabe da existência no Estado de uma agência de publicidade intitulada “Promotions”. Ninguém viu camioneta oficial alguma fazendo a propaganda de Virgílio. Nem camisetas, caminhões e jipes. Nem o dinheiro do IBAD.

A campanha da “União pelo Ceará” tem sido pobre e o povo do Ceará é testemunha, muito mais pobre, muito mais sacrificada do que a de seus adversários da Frente Democrática.

Não se conhece, outrossim, caso algum de jornalista que haja sido demitido do emprego por estar a favor ou contra o seu Adahil. O espaço da “União pelo Ceará”, como matéria paga, não ultrapassa o dos seus adversários. É o mesmo. Na televisão e nas emissoras de rádio foi o mesmo. Continua o mesmo, agora que os programas estão sob o controle da Justiça Eleitoral. Os recursos da “União estão muito aquém dos da Frente. Vistosos e caríssimos são os cartazes do sr. Adahil Barreto, distribuídos fartamente.

Mais ainda: o sr. Virgílio Távora, em nenhum momento, saiu da linha de conduta que se impôs na campanha. Não atacou ninguém, não atacou o Presidente da República, nem mesmo o sr. Adahil Barreto. Prima em manter alto o nível do debate político, que deseja ser feito, essencialmente, em torno dos nossos problemas. Um general e um coronel foram atingidos pela nota do “staff” do sr. Adahil Barreto. São ambos professores do Colégio Militar e reconhecidamente apolíticos. Melhor do que nós eles poderão dar a necessária resposta aos seus detratores e do Ceará⁷⁰.

De imediato, podemos verificar que a nota da “*União pelo Ceará*” reflete um conjunto de preocupações, as quais tinham a necessidade de preservar a imagem de Virgílio Távora, fazendo-o sobressair diante das acusações que agora estavam circulando na imprensa brasileira. Quando a “*União pelo Ceará*” pretendia esclarecer ao povo cearense as informações a respeito dos acontecimentos que envolvia algumas personalidades do estado e que fizeram uso do dinheiro recebido pelo IBAD, o movimento recorre a um tom moralista, objetivando desqualificar o “staff” de Adahil Barreto, colocando-o em situação de alguém sem escrúpulo. Por outro lado, o tom moralista como arma estratégica pretendia constituir para o candidato da *Frente Democrática* uma imagem de alguém que se utiliza de meios inconvenientes e ilegais para conquistar o poder político. São esses traços que giram em torno da figura de Adahil Barreto construídos pela oposição conservadora. Além disso, a nota recorre à amenização do tom quando trata do jornal *Última Hora*, quando abriu espaço para a publicação das acusações levantadas pelo líder da *Frente Democrática*.

O peso da reação oposicionista recai sobre Adahil Barreto quando menciona o fato de que o periódico carioca, *Última Hora*, publicou na íntegra “o staff” e entre aspas, agindo por inteira desconfiança em uma liderança que compartilhava dos mesmos ideais ideológicos que os uniam. Este elemento, de certo modo, reforçava a argumentação da de que o candidato da *Frente Democrática* no Ceará não possuía confiança entre os integrantes e apoiadores dos mesmos interesses. Outra preocupação presente na nota publica pela *Gazeta de Notícias* era desmentir todas as questões vinculadas ao dinheiro do IBAD: como a instalação da Promotion no Ceará, transportes e meios de comunicação destinados ao uso da *União pelo Ceará* para a campanha política, recebimento e distribuição dos recursos no estado pelos organizadores. De outro modo, ao negar todas as acusações, o movimento em torno da imagem pública de Virgílio Távora recorria ataque ao líder Adahil Barreto.

No dia seguinte, 13 de setembro de 1962, uma nova nota de autoria da “*União pelo Ceará*” foi publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, que nesse exato momento realizava o papel de conduzir o entendimento a respeito do acontecimento do IBAD para novos rumos ou direções. Este aspecto torna-se muito relevante para pensarmos que “a imprensa desempenha

⁷⁰ Jornal *Gazeta de Notícias*, 12 de setembro de 1962.

um papel na evolução dos comportamentos políticos”⁷¹, ajuda, em boa medida, a construir acontecimentos, atribuí-los alguns sentidos e a formular e manipular a opinião pública. A nota publicada na *Gazeta de Notícias* veio de imediato na capa do periódico, cercada por uma caixa de texto na parte superior, seguido do título: “PARA JULGAMENTO DO POVO DO CEARÁ”. De antemão, o título da nota elaborada pelo grupo “*União pelo Ceará*” já traz indícios de uma preocupação: a opinião pública acerca dos escândalos de corrupção com o dinheiro do IBAD no Ceará. Assim, no jogo político, quando as forças que compõem o grupo conservador, entre eles alguns militares, empresários, civis e religiosos, realizaram um alinhamento político-ideológico para a disputa eleitoral de outubro de 1962, e ao mesmo tempo, recorreram ao uso da imprensa para a influência da opinião pública e do voto, as relações entre as autoridades, que pleiteavam suas candidaturas, e a imprensa escrita, radiofônica ou televisiva favoreciam uma ampla troca e defesa de interesses. Por outro lado, o fato de algumas personalidades terem que recorrer à influência da imprensa, não as colocava à parte do processo em construção ou condicionadas. Na verdade, a imprensa, no caso da *Gazeta de Notícias*, era integrada ao grupo de pressão, fazendo uma participação na elaboração da opinião pública, como também ajudava na construção de uma opinião a ser disseminada e defendida, como mecanismo de manipulação do processo político e das estratégias utilizadas para o alcance do poder político.

Para severo castigo dos companheiros da chamada “Frente Democrática” e, mais uma vez, para que o povo do Ceará possa, com imparcialidade, fazer um julgamento do “staff” que cerca o sr. Adahil Barreto, transcrevemos abaixo a nota publicada na edição do jornal “Última Hora” do Rio de Janeiro, do dia 3 do corrente.

O “staff” do sr. Adail Barreto, candidato nacionalista ao Governo do Ceará, conseguiu fazer um levantamento completo do mecanismo de ação do IBAD, que esta despejando 100 milhões de cruzeiros em apoio à candidatura Virgílio Távora. As informações transmitidas ao Rio de Janeiro são as seguintes:

“O dirigente geral da distribuição da verba vinda do Rio é o Sr. Milton Mota Fernandes, cunhado de um tal Herculano Carneiro, que manipula as verbas do IBAD em Pernambuco. Os veículos “Kombi” tem, em sua maioria chapa de Pernambuco. A propaganda em rádio, jornais e televisão é paga pela agência de publicidade “Promotion”. A Base da campanha: faixas, cartazes, amplificadores e um parque motorizado numeroso. Os intermediários da entrega da verba aos candidatos são o Prof. Humberto Ellery e o Coronel Sabino Guimarães. Além do sr. Virgílio Távora, candidato a Governador, o maior beneficiário do esquema financeiro é o Sr. Armando Falcão, que tem a seu dispor os mais caros horários do rádio e TV, onde ataca o Sr. Adail Barreto e o Presidente João Goulart. Quanto aos jornais, o problema se agrava, já que além do espaço adquirido pela “Promotion”, os agentes do IBAD estão exigindo a demissão ou afastamento dos jornalistas que não concordam com a linha de sua campanha”.

“Cerca de mil caminhões, jipes e camionetas estão alugados para transportar eleitores no dia sete. O dinheiro do IBAD está depositado na Cooperativa Brasil de Crédito, em Fortaleza”.

⁷¹ JEANNENEY, Jean-Noel. A Mídia. In: Rémond, René. **Por uma História Política**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: editora FGV, 2003, p. 216.

“Como é natural, um derrame de dinheiro em tais proporções, embora funcione bastante em um Estado de tradição eleitorais negativas como o Ceará, resulta em um escândalo estadual, pois ninguém consegue ocultar um fato de tal grandeza. Daí resulta uma reação que em Fortaleza e demais grandes centros do Ceará é enorme”.

x x x

Esta a nota publicada por “Última Hora” e enviada daqui de Fortaleza pelo “estado maior” do sr. Adail Barreto. Acreditávamos, até agora, que o sr. Adail e seus cúmplices exploravam apenas o lado fantasioso, imaginativo da campanha, propalando adesões inexistentes. A nota de “Última Hora”, redigida no “bureau” do candidato da Frente, obriga-nos a proclamar publicamente o seguinte: a infâmia e a mentira são as armas preferidas do “staff” do sr. Adail para mascarar, através de jornais do sul, a imensa derrota que o povo do Ceará vai inflingir, a 7 de outubro, ao candidato da Frente Democrática.

A correspondência forjada pelo “staff” do sr. Adail Barreto e veiculada no Rio por “Última Hora”, tal qual foi mandada de Fortaleza, não lhe faltando sequer as aspas, nós a transcrevemos, integralmente, para que o povo de Fortaleza e do interior faça, com imparcialidade, o julgamento de tal notícia.

Ela e, além de caluniosa, a confirmação de uma derrota antecipada⁷².

Conforme pode ser visto acima, prevalece uma preocupação das forças conservadoras diante do suposto esquema de corrupção, o qual veio à tona na imprensa nacional. Por outro lado, também prevalece de maneira consistente uma reação dos opositores, quando ao recorrer espaço na imprensa local para disseminar uma opinião fabricada como estratégia de ataque ao grupo *adahilista*. Tal opinião consistia em influenciar o eleitorado cearense acerca das posições e decisões do candidato Adahil Barreto, caracterizando-o como alguém sem escrúpulo, que para atingir o poder se apropriava de meios inadequados aos olhos da sociedade e da justiça: como a difamação e a calúnia. Portanto, permeia na nota enviada da *União pelo Ceará* ao jornal *Gazeta de Notícias*, a ação de defesa pública ao candidato Virgílio Távora e dos demais aliados que estavam sendo atingidos diretamente pelo “staff” de Adahil Barreto. A defesa desempenhada pelos membros da “*União*” demonstra um tipo de ação, com a qual se buscava resguardar a integridade de cada candidato aliado e ao mesmo momento, havia a tentativa de encobrir ou mascarar tensões sofridas no interior do grupo, devido ao escândalo do dinheiro do IBAD no Ceará.

O processo de desconstrução do “staff” de Adahil Barreto, pelas notas pagas de autoria do movimento *União pelo Ceará*, enviadas a *Gazeta de Notícias*, refere-se a um tipo de recurso usado como tentativa de sobrevivência ao clima de tensão, com o qual foi possível caminhar em distintas direções como: fabricar e disseminar uma opinião acerca dos acontecimentos em torno do suposto esquema de corrupção de recursos financeiros utilizados por membros da “*União*”; encobrir a realidade vivida nos bastidores das campanhas políticas fazendo das acusações um suporte de defesa e de combate aos oponentes; e por fim, o processo de desconstrução e de manipulação envolvia lideranças habilidosas em amplos

⁷² Jornal *Gazeta de Notícias*, 13 de Setembro de 1962, (CAPA).

setores da sociedade favorecendo a rápida defesa do grupo e de contenção das esquerdas no estado.

Passado o clima de conflito e tensão em torno das eleições de 1962, outras batalhas foram travadas no espaço dos jornais no ano de 1963 no Brasil: a campanha plebiscitária e a comissão de inquérito estavam realizando investigações a respeito das ações de corrupção em torno do dinheiro promovido pelo IBAD na promoção dos candidatos que foram eleitos no pleito eleitoral do ano anterior em vários estados brasileiros, os quais pertenciam ao grupo de articulação contra o governo Goulart. Mas antes de discutir o plebiscito, queremos nos deter um pouco sobre o andamento da CPI do IBAD, em razão desse fato ser etapa final de todo um processo iniciado ainda no início das eleições. Na Assembleia Legislativa Estadual do Ceará, o confronto aberto, entre os deputados José Simões⁷³ e Temístocles de Castro e Silva⁷⁴, toma conta dos trabalhos realizados na casa, polarizando ainda mais as posições dos grupos políticos divergentes em 1963.

Denúncia em Fortaleza

Na Assembléia Legislativa do Ceará, os trabalhos estão tumultuados desde a última quarta-feira, quando o líder do PTB, Sr. José Simões, acusando o IBAD, exigiu fosse esclarecida a eleição de deputados pelo IBAD. O Sr. Temístocles de Castro e Silva, afirmando-se porta-voz do Governador Carlos Lacerda, tumultuou ainda mais a sessão, acusando de comunistas os contrários ao IBAD.

O Sr. Haroldo Sanford declarou ter certeza de que vários deputados estaduais foram financiados pelo IBAD. Reportagens de UH sobre as atividades do IBAD no Ceará foram lidas pelo Sr. José Simões, solicitando ainda que o Deputado Aécio de Borba e o General Humberto Ellery sejam arrolados pela CPI da Câmara Federal. (9 de agosto de 1963, UH).

No ano de 1963, quando os eleitos de 1962 estavam exercendo suas funções para os cargos pleiteados, uma nova onda de denúncias a respeito dos recursos do IBAD destinado na promoção de várias candidaturas, foi divulgada no jornal *Última Hora*. As novas acusações foram levantadas, por conta do trabalho que estava sendo realizado na Comissão Parlamentar de Inquérito que teve como principal ação investigar as movimentações e os recebimentos dos valores destinados aos parlamentares e governadores eleitos com esses recursos. Conforme afirma Nelson Werneck Sodré (1999), em 1962 “as forças democráticas tinham amplas

⁷³ José Simões dos Santos, natural de Russas, foi prefeito de Limoeiro do Norte no período de 1959-1963, através da legenda partidária PTB. Ele era o presidente do diretório local, o mesmo pleiteou uma vaga para deputado estadual, vindo a ocupar a cadeira em 1963. José Simões era defensor das ideias reformistas, especialmente da reforma agrária, inclusive quando era prefeito de Limoeiro do Norte, tramitava na câmara dos vereadores um projeto de desapropriação de terras em algumas localidades.

⁷⁴ Temístocles de Castro e Silva teve atuação muito importante no Ceará como jornalista, fazendo parte dos jornais O Estado e Gazeta de Notícias. Parte de sua carreira jornalística trabalhou como repórter dos Diários. Associados, no Rio de Janeiro e como colaborador do jornal O Povo. Temístocles de Castro e Silva também exerceu forte influência política no Ceará, sendo deputado estadual durante três mandatos consecutivos, 1961-1962, 1963-1966, 1967-1971 e depois como deputado federal como suplente -1973.

possibilidades de vitória, e à renovação da Câmara e do terço do Senado”⁷⁵, mas esse processo político de conquista foi interrompido quando as “forças econômicas e financeiras muito poderosas haviam empenhado enormes recursos em corrupção eleitoral, com o fim de liquidar correntes, partidos e candidatos de esquerdas”⁷⁶ ou que compartilhava dos mesmos objetivos e projetos. Saviani (2007) conclui que os trabalhos da comissão instalada “não avançou muito, pois vários parlamentares integrantes da CPI eram financiados pelo próprio”⁷⁷. Mesmo assim, a justiça decidiu dissolver o instituto IBAD em 20 de dezembro de 1963.

2.2 Virgílio Távora: “candidato do bem comum e não do comunismo internacional”

Virgílio Távora iniciou sua carreira na política em setembro de 1961, durante uma crise bastante tensa que o Brasil enfrentava, quando Jânio Quadros renunciou à presidência da república. O então vice-presidente João Goulart estava realizando uma viagem à China comunista e deveria assumir o posto em vacância conforme indicava a Constituição. A posse de Jango ocorreu, exclusivamente, porque o movimento em prol do cumprimento à legalidade e do respeito à Constituição ganhou em território nacional uma ampla aceitação, até mesmo de algumas lideranças conservadoras. Após a posse do novo presidente da república, Virgílio Távora foi escolhido para compor a equipe ministerial do governo João Goulart: ele assumiu o Ministério de Viação e Obras Públicas (MVOP). A nomeação de Virgílio no novo governo foi destaque na imprensa cearense e causou um indicativo de alerta para certos grupos políticos locais opositoristas. Segundo a *Gazeta de Notícias*, em 9 de setembro de 1961, “setores ligados a Adahil Barreto Cavalcante”⁷⁸, apesar das reservas e dos desmedidos, não receberam muito bem a indicação do Coronel Virgílio Távora para ocupar a Pasta da viação e Obras Públicas”. A imediata rejeição do grupo *Adahilista*, representante dos operários, dos camponeses e das esquerdas no Ceará, teve como centralidade a atitude incoerente do presidente em ter escolhido Virgílio Távora para o referido posto, uma vez que no pensamento de uma parte das esquerdas cearenses, ele não os representava politicamente, mas pelo contrário, contribuiria para fortalecer os udenistas cearenses. A indicação de Virgílio

⁷⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 430.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ SAVIANE, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2ª Ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 2009, 342.

⁷⁸ Adahil Barreto Cavalcante era homem político tradicional e fiel a UDN, mas em vista da projeção política de Virgílio Távora em âmbito nacional e estadual, ele tornou-se dissidente do partido, disputando as eleições de 1962 no partido da oposição – o PTB. Na disputa eleitoral, Adahil Barreto Cavalcante concorria duas vagas, uma para governador e outra para deputado federal, esta última foi ocupada após os resultados das eleições.

Távora ao “MVOP” possibilitaria, segundo a oposição, o fortalecimento da “sua candidatura ao governo do Estado” nas eleições de outubro de 1962. Por outro lado, a nomeação dele representava uma projeção política no cenário nacional, ganhando características de expansão e prestígio para o conjunto de forças locais. “Os udenistas⁷⁹ cearenses” ficaram “eufóricos com a escolha do Coronel Virgílio Távora para o Ministério de Viação e Obras Públicas. O Ceará mais uma vez se destaca no cenário nacional com a inclusão de filho ilustre para alto posto no Governo Central”⁸⁰.

Mas, enquanto Virgílio Távora estava ganhando força e reconhecimento político no cenário nacional, o governador cearense Parsifal Barroso, ligado ao PTB, partido do presidente João Goulart, passaria a declinar por conta da indefinição das suas posições ante os acontecimentos que levariam ou impediriam a posse de seu companheiro de partido. A situação política do governador cearense atingiu pontos críticos, sendo alvo das atenções pelo jornal *Gazeta de Notícias*, que colocou logo na capa do periódico uma manchete sobre a ida de Parsifal à posse de João Goulart. Segundo informava o jornal, “a ida do governador, PTB do Ceará, Parsifal Barroso a Brasília – sem ser convidado – à posse do sr. João Goulart na Presidência da República está sendo interpretada nos círculos políticos como uma reaproximação, provocada”. Segundo o periódico, o prestígio político do então governador Parsifal Barroso está “abalado em face da demora em pronunciar-se favoravelmente à posse imediata do sr. João Goulart, o que faria, aliando-se à estreita colaboração dada pelo executivo cearense aos militares que estavam com o mal”. O mesmo enfatiza “que os olhos do novo chefe da Nação não mais vissem tão carinhosamente o ex-ministro cearense”. Em face da sua situação, Parsifal Barroso aponta que o deputado federal, presidente do PTB no Ceará, “o sr. Carlos Jereissati soube aproveitar a crise para consolidar o seu prestígio junto a Jango”. Como podemos notar, a posse de João Goulart promoveu alguns impactos para alguns grupos políticos no Estado do Ceará. A tomada de decisão política frente ao novo governo brasileiro traria algumas consequências para as lideranças locais, e realmente, foi o que ocorreu quando se realizaram as eleições de 1962.

No ano de 1962, Virgílio Távora renuncia o ministério que ocupava para coordenar sua campanha política para governador pela UDN. Além desse motivo, a UDN nacional rompe com a aliança mantida com o governo Jango. Desse modo, encontramos a mudança do comportamento de Virgílio Távora, agora caracterizada como oposição a João

⁷⁹ Neste momento a UDN cearense era composta por pessoas influentes no estado, como por exemplo, Edval de Melo Távora e Gentil Barreira.

⁸⁰ *Gazeta de Notícias*, 9 de setembro de 1961.

Goulart. Enquanto, em 1961, Virgílio Távora ganhava reconhecimento ao lado do presidente e através da destinação de verbas para o Ceará, em 1962, o ex-ministro segue os passos políticos de seu partido, a UDN, que nesse ano de decisões políticas foram muito importantes no cenário nacional e local.

Janaina Cordeiro afirma que em torno das campanhas eleitorais de 1962, diversos grupos e entidades femininas “desencadearam um tipo de ação eleitoral”, em que se “dividiam os valores políticos, associando diretamente democracia e liberdade de um lado, e repressão e comunismo”⁸¹ de outro lado. Esse tipo de ação promovia uma identificação por parte da sociedade aos considerados “bons candidatos” como democráticos e defensores da legalidade, enquanto que “os maus candidatos” tinham como referência o comunismo. Segundo Cordeiro (2009) esta ação deve ser “compreendida como forma de pressão em benefícios dos interesses que defendiam”⁸².

Enquanto as mulheres cariocas, pertencentes à Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE se mobilizavam na tentativa de construir uma opinião pública sobre a ameaça comunista em torno das eleições de 1962, no Ceará surgia um movimento político, denominado de “A UNIÃO PELO CEARÁ”, cuja principal ação consistia em “encontrar uma fórmula que resultasse numa união visando facilitar a sucessão” do governo estadual, pois, naquele momento, o governador Parsifal Barroso estava sem reconhecimento político, principalmente por não está mais filiado ao PTB, e sim no PTN. Sua saída se deve ao prejuízo sofrido por não ter apoiado a posse de João Goulart como presidente, e por Carlos Jereissati⁸³ tomar dele a direção do PTB no Ceará. Para Linhares, alguns acontecimentos tornaram-se motivações para a criação do movimento político A UNIÃO PELO CEARÁ, em especial: “o crescimento do movimento sindical”, “a criação de núcleos do “grupo dos onze” e o fortalecimento das Ligas Camponesas”. Tais situações “vinham atemorizando as forças conservadoras que temiam ser o Nordeste, no próximo pleito, dominado por um grupo de governadores comprometidos com a esquerda”⁸⁴.

⁸¹ CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009, p. 55.

⁸² *Ibidem*, p.5 7.

⁸³ Carlos Jereissati era filiado ao PTB, partido do presidente João Goulart, que durante o governo janguista assume a direção do partido no Ceará, tirando das mãos do governador Parasifal Barroso o controle político no território cearense. “Carlos Jereissati era um homem empreendedor econômico aliado com a política, um personagem que, de certa forma, enquadrou-se no modelo” nacional-desenvolmentismo. Ele foi deputado federal durante 1954 a 1958 e tendo o controle do PTB no Ceará conseguiu eleger-se senador nas eleições de 1962.

⁸⁴ LINHARES, Marcelo. *Virgílio Távora: sua época*. Fortaleza: Casa José de Alencar, programa Editorial, 1996, p. 211.

De acordo com Linhares, a “união das forças políticas, aglutinadas nos partidos” foi coordenada por Armando Falcão, que ao chegar ao Ceará veio “trazendo sua mensagem de advertência para os novos tempos que demonstravam vir”⁸⁵. Armando Falcão foi eleito deputado federal pelo Ceará em 1950 pelo PSD. Em 1954 articulou a candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência da República do Brasil. Já em 1962 foi eleito novamente deputado federal e no mesmo período coordenou a união entre os partidos políticos conservadores – UDN e PSD, união anticomunista que garantiu a eleição de Virgílio Távora como governador do Ceará, Figueiredo Correia como vice-governador, do coronel Murilo Borges como prefeito de Fortaleza e do jornalista Luiz Queiroz Campos como vice-prefeito. Linhares afirma que “a pregação de Armando Falcão começava a produzir frutos”, ele “ocupava a televisão dos Diários Associados” e “as estações de rádios locais”, “com a finalidade de evitar uma candidatura ligada aos esquerdistas”⁸⁶. Armando Falcão, em alguns meses anteriores, no dia 12 de julho de 1962, no auditório de O Globo, dia do lançamento oficial da CAMDE, discursava para o público presente sobre a “verdade” da situação brasileira. Neste dia, “Armando Falcão acusou Leonel Brizola, então deputado pelo Estado da Guanabara e ex-governador do Rio Grande do Sul, de estar ameaçando o país com uma revolução de esquerda”⁸⁷. Na finalização do discurso, Armando Falcão “conclamou as mulheres para ajudar os homens a garantir as eleições de outubro de 1962”⁸⁸.

No Ceará, a campanha política pregada pelo movimento “*União pelo Ceará*” conseguiu influenciar o eleitorado cearense. Isso se deve por questões como a sua ampla cobertura na imprensa e pelo forte teor anticomunista de seu discurso. O interessante é que a mobilização anticomunista através da campanha política ocorreu simultaneamente ao momento que os escândalos de corrupção com uso de dinheiro do instituto IBAD, na promoção da campanha, veio à tona na imprensa nacional. É relevante salientarmos que o discurso anticomunista proferido pelos membros da “*União*”, mascarava a realidade vivida e ao mesmo manipulava os eleitores, moldando-os através de uma perspectiva na qual, os comunistas eram concebidos como “caluniadores”, difamadores” e “derrotados”. Em plena mobilização da campanha política a favor da candidatura de Virgílio Távora, a *União pelo Ceará*, envia uma nota ao jornal *Gazeta de Notícias*, objetivando constituir uma boa imagem

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Ibidem, p. 213.

⁸⁷ SIMOES, Solange de Deus. Deus, pátria e família. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 31.

⁸⁸ Ibidem, p. 32.

pública do seu candidato a governador do Ceará, consistido em vários aspectos que o qualificavam em relação ao candidato da oposição: Adahil Barreto.

VIRGÍLIO: CANDIDATO DO BEM COMUM E NÃO DO COMUNISMO INTERNACIONAL

Não estamos aqui para atacar ninguém. Mas esclarecer, comentar, debater com elevação e patriotismo os temas da sucessão no Ceará. Jamais poderíamos negar ao Partido Democrata Cristão, liderado por jovens idealistas, como os srs. Gentil Nogueira e Aderbal Freire, o direito de ter candidato próprio, contrariando uma tendência generalizada do eleitorado cearense, que inegavelmente deseja Virgílio Távora e não Adahil Barreto.

Concordamos mesmo com a técnica adotada pelo PDC, de crescer por um gesto de rebeldia, aproveitando contrariar um ponto de vista unânime. Politicamente, o “golpe” caracteristicamente eleitoreiro do PDC é, até certo ponto, justificável.

O que não se justifica, o que não se entende, o que se condena é a aliança de um Partido Democrata Cristão, que luta pelo Bem Comum, com os remanescentes do extinto Partido Comunista do Brasil, que luta pela Ditadura do Proletariado, pelo Totalitarismo, pelo Esmagamento do Povo, pelo Trucidamento da Liberdade: Hungria, Polônia, Alemanha Oriental, Iugoslávia, Tchecoslováquia, România, Albânia, China, a metade do mundo escravizada à brutalidade dos métodos soviéticos.

Isso nós não entendemos. Homens que integram um partido democrático e cristão, em nome de um candidato “soi-disant” NACIONALISTA, como o sr. Adahil, de braços dados, de mãos dadas com os comunistas que, em perseguições bestiais, ergueram o Muro da Vergonha em Berlim, massacraram a Hungria e a Polônia Católicas, condenam os chefes da Igreja do Silêncio à prisão perpétua, ao fuzilamento e ao enforcamento – para que no Ceará o sr. Gentil, o sr. Adahil estendam a cândida mãozinha aos representantes de Carlos Prestes.

Virgílio Távora, candidato da União pelo Ceará, não é um reacionário. Não é um político profissional, desses que vivem unicamente da política. É um administrador honrado. Capaz. Eficiente. Dinâmico. Um democrata, um cristão. Claro, nunca foi comunista. Também nunca foi um “anticomunista” profissional. Um fanático do “anticomunismo” como existem tantos no mundo, como uma reação normal ao fanatismo bolchevista de outros. Pelo contrário: não sendo comunista, nunca tendo sido comunista, sabe perfeitamente que a melhor maneira de evitar o comunismo é lutar, dentro da democracia, dentro do clima de liberdade, pela emancipação econômica do povo, pela melhoria das condições de vida do operariado, criando novas condições de riqueza para o Ceará e para o Brasil, abrindo perspectivas verdadeiras a um melhor nível de vida às classes menos favorecidas. Que fez o sr. Virgílio Távora no Ministério da Viação? Precisamente isso. Deu trabalho e progresso ao Ceará. Velou incessantemente pelos seus interesses, o seu porto, a sua eletrificação, as suas estradas, as gentes dos seus lagamares e arraiais empobrecidos. Onde o reacionário? Onde o político distanciado do povo? Dos trabalhadores, do campo e da cidade? Porventura não é um homem dessa estirpe, dessa linha, o primeiro a merecer o apoio do Partido Democrata Cristão? Ou o PDC cearense prefere ser “vedeta” – e “vedeta” escandalosa! – para aumentar os seus pingues recursos eleitorais às custas de uma aliança nefanda com os remanescentes do Partido Comunista do Brasil? Onde a responsabilidade DEMOCRÁTICA E CRISTÃ neste episódio da sucessão cearense?

Longe dos extremos políticos, que produziram Hitler e Stálin, mas atento, profundamente atento ao desenvolvimento da comunidade, do elemento social, do povo que trabalha e produz, sitou-se o sr. Virgílio Távora, política e ideologicamente. O seu antagonista foi buscar nos subterrâneos do comunismo nativo – voraz e demagogo – os seus instrumentos de agitação e confusão do espírito popular. A uma união política, de grande envergadura, de um sentido enorme para um Estado sub-desenvolvido, aplicou-se a pecha infamante, tipicamente do vocabulário bolchevista: “cambalacho de cúpulas”, “acordos de reacionários”, “poderio econômico”, “classes dominantes” e baboseiras tais.

Tudo isso com a cumplicidade de um partido que se diz democrata e cristão. Tudo disso com a cumplicidade de alguns rapazes inquietos e ingênuos que acham lindo, “uma lindeza”, marchar de mãozinha dada com meia dúzia de comunistas desmoralizados. E, de cambulhada, com o sr. Adail, um nacionalista inconseqüente e fútil⁸⁹.

Torna-se significativo percebemos acima, que o empreendimento realizado pela “*União pelo Ceará*”, através de uma campanha política, centralizada na polarização ideológica, *democracia-comunismo* adquiriu sucesso devido ao amparo da Gazeta de Notícias, que além de desempenhar o papel de porta-voz da elite cearense conservadora, mantinha com ela vínculo através de relações pessoais e políticas. O jornal *Gazeta de Notícias*, por via eleitoral, se insere num processo de pregação contra o comunismo, publicando as opiniões e visões de grupos conservadores acerca dessa ideologia e suas possíveis ameaças advindas de seu avanço no país.

Durante o processo eleitoral de 1962, a imprensa não foi utilizada apenas como suporte de comunicação para os grupos políticos propagarem suas ideias e interesses, mas foi de modo consistente, um ator fundamental na forma de fazer política, ao abordar acontecimentos ou situações da realidade, sendo em boa medida responsável por conduzir ou direcionar os acontecimentos para um determinado objetivo.

Deste modo, podemos compreender que havia um arcabouço social, material, e, sobretudo, de interesses políticos que unia os membros da “*União pelo Ceará*” com o periódico. É importante lembrar, que o diretor do periódico, Dorian Sampaio, era jornalista e ao mesmo tempo estava promovendo sua candidatura a deputado estadual, vinculado ao movimento em prol da candidatura de Virgílio Távora. Deste modo, o jornal, na pessoa de Dorian Sampaio e o grupo em torno de Virgílio, compartilhavam do mesmo universo político. As propagandas promovidas pela “*União pelo Ceará*”, com a participação e apoio do jornal *Gazeta de Notícias*, sinalizavam que imprensa e grupos políticos locais marchavam de forma conjunta na promoção de uma mobilização anticomunista, os quais ao fazerem o uso do apelo ideológico contra o comunismo, pretendiam encontrar ressonâncias no eleitorado cearense. Portanto, o processo eleitoral de 1962, tornou-se um espaço de ação política para uma mobilização anticomunista empreendida pelos principais líderes políticos que compunham a *União pelo Ceará* em aliança com a imprensa. Do mesmo modo, o processo eleitoral em questão, constituiu-se para tais grupos, como um momento de reagrupamento de forças políticas, capazes de retomar o espaço de atuação decisória na dimensão do político e como

⁸⁹ Jornal *Gazeta de Notícias*, 11 de setembro de 1962.

estratégia de conter o avanço das mobilizações sociais, que pressionavam o governo Goulart a realizar as reformas de base.

Conforme está explicitado na nota enviada pela “*União pelo Ceará*” ao jornal *Gazeta de Notícias*, as campanhas políticas de 1962 no Ceará, assim como em todo o país, foram fortemente marcadas pelo embate ideológico dividindo os candidatos favoráveis ao movimento nacionalista e ao projeto reformista de João Goulart como sendo “comunistas” e os candidatos da oposição como os representantes da “democracia”. Trata-se de posicionamento compartilhado entre a “*União pelo Ceará*” e a *Gazeta de Notícias*, com o qual se pretendia atribuir um lugar social e político para as forças em disputa pelo poder, de um lado, o candidato Adahil Barreto, representando as esquerdas cearenses e os remanescentes do PCB, por outro lado, o ex-ministro Virgílio Távora, representando a união das forças políticas advindas dos partidos UDN-PSD-PTN.

A nota, publicada na *Gazeta de Notícias*, se movimenta em muitas direções, cujo objetivo era fortalecer a candidatura de Virgílio Távora através de uma campanha anticomunista que somente teria sentido quando girava em torno dos seus oponentes que eram concebidos como representantes das “ideologias estrangeiras”: comunismo e socialismo. Como pode ser observada, a “*União pelo Ceará*” recorre à imprensa para polemizar e tornar mais intensa a campanha política por meio de um viés ideológico, na qual, os líderes da “*União*” representavam as personalidades “democráticas” e “cristãs”. Do mesmo modo, a consistente campanha anticomunista pretendia fortalecer a personalidade de Virgílio Távora, atribuindo a ele, as características de “um administrador honrado”, “Capaz”, “Eficiente”, “Dinâmico”, “Um democrata” e “Um cristão”.

Do lado oponente, prevalecem as características de “um nacionalista inconsequente e fútil” atribuída ao líder da “*Frente Democrática*”, Adahil Barreto. A crítica mais contundente foi direcionada ao Partido Democrático Cristão que nos rumos dos acontecimentos no cenário político cearense decidiram construir uma aliança com o movimento “*Frente Democrática*”, grupo que integrava as frentes esquerdistas e comunistas no estado. As críticas feitas ao comportamento político do PDC em alinhamento aos “comunistas” tinham como finalidade apontar publicamente uma atitude contraditória e inadequada, em um contexto de polarização política e ideológica.

O processo eleitoral de 1962 também apresentou alguns aspectos inovadores como a inserção de lideranças do Pacto Sindical⁹⁰ para uma ação política local, no caso de

⁹⁰ O Pacto de Unidade Sindical foi constituído a partir de um debate realizado no I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará – CTEC, em dezembro de 1957 no auditório do Palácio do Comércio – Fortaleza. De acordo

Fortaleza, José Moura Beleza disputou o cargo de prefeito da cidade⁹¹. Por outro lado, o dissidente da UDN no Ceará, Adahil Barreto, representava as aglutinadas forças políticas no Estado, incluindo o apoio do movimento nacionalista, dos sindicatos operários, e dos movimentos: camponês, estudantil e popular. De fato, era uma frente ampla, expressiva e que avançava via processo eleitoral para reivindicar direitos trabalhistas. Este tipo de comportamento representava bem o aumento da importância do PTB no Ceará mesmo em meio a intensa mobilização conservadora das elites cearenses. As condições econômicas e sociais da população permitiram um avanço das forças progressistas, uma vez que a realidade vivida estava sendo marcada pela luta por melhoria de vida, luta contra a carestia dos preços, por melhores condições de trabalhos e mobilizações camponesas em torno da reforma de base.

Parente (2000) enfatiza que no processo eleitoral de 1962 no Ceará houve a consolidação de duas lideranças significativas, embora elas ocupassem lados opostos. Uma das lideranças era a de Carlos Jereissati que recebeu o controle do PTB no estado tendo em sua tutela o apoio do governo federal. Carlos Jereissati “é o verdadeiro fruto do nacionalismo-desenvolvimentismo, sua liderança é estimulada pelo governo da União comprometida com a construção do capitalismo nacional”⁹². Em uma entrevista concedida ao NUDOC, José de Moura Beleza declara que a liderança política de Carlos Jereissati possuía um reconhecimento maior por parte dos grupos esquerdistas e sindicalistas em nível nacional que local. Segundo Beleza, a decisão de apoio dos sindicalistas cearenses somente ocorreu pelo fato de Carlos Jereissati “ser ligado ao esquema nacional do movimento sindical”⁹³ e amigo de Jango. Ainda de acordo com Beleza, o PTB cearense não tinha nenhuma liderança política que representasse de modo direto o movimento sindical, o que houve até aquele momento foram alianças políticas construídas entre os diversos grupos que tinham o mesmo programa de luta.

com Bárbara Santos (2009) o Pacto Sindical teve como principais propostas: a luta por um sindicalismo autônomo, tendo por base um programa vinculado às questões trabalhistas. Ainda segundo a autora, a base do programa consistia nos referidos aspectos: o direito a manifestações grevistas, a ampliação dos direitos trabalhistas aos camponeses, a luta contra a carestia, o combate a miséria e a fome e a fiscalização dos governos em garantir os direitos trabalhistas. Nas eleições de 1962, o movimento sindical no Ceará teve a pretensão de colocar um representante dos seus interesses para disputar espaço na política, sendo, portanto, o seu fundador Moura Beleza, o candidato a prefeitura de Fortaleza. Em torno da disputa para o governo estadual, o Pacto Sindical, por não possuir uma liderança forte e que centralizasse as forças sindicalistas, operárias e camponesas, passou a construir uma aliança política com o candidato Adahil Barreto, para disputar o cargo de governador, uma vez que, segundo Bárbara Santos (2009), ele possuía uma relação bastante estreita com os movimentos de esquerdas e ao mesmo tempo tinha uma afinidade com algumas propostas indicada pelo movimento sindical.

⁹¹ SANTOS, Bárbara Cacau dos. **“trabalhadores cearenses, uni-vos!”: O pacto de unidade sindical em Fortaleza (1957-1964)**. Dissertação de Mestrado em História Social, UFC, 2009, p. 140.

⁹² PARENTE, Francisco Josênio C.. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). In: SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza, edições Demócrito Rocha, 2000, pp. 398-399.

⁹³ SANTOS, Bárbara Cacau dos. **“trabalhadores cearenses, uni-vos!”: O pacto de unidade sindical em Fortaleza (1957-1964)**. Dissertação de Mestrado em História Social, UFC, 2009, p. 145.

A participação das direções do Pacto Sindical foi fundamental na costura dessa aliança ao candidato a senador Carlos Jereissati que veio a garantir sua vitória no pleito de outubro de 1962.

Virgílio Távora, de acordo com Josênio Parente (2000), era a outra liderança política que durante o processo eleitoral foi se fortalecendo, tendo a responsabilidade de conduzir o grupo dos coronéis, representando as elites cearenses conservadoras. Ele era o símbolo da “elite esclarecida”⁹⁴, o agente da “modernização-conservadora”. De acordo com o autor, a necessidade de promover uma modernização-conservadora era uma necessidade sentida pelas elites como estratégia de suas permanências no espaço da política e da estrutura social. Alguns traços que caracterizam a visão de modernização conservadora por Virgílio Távora podem ser visualizados em nota abaixo, de autoria da “*União pelo Ceará*”, publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, a qual não foi possível identificar sua natureza, se era paga ou não paga. Nela podemos perceber o modelo de modernização a ser promovido por essas elites, um tipo de modernização que estava sendo pregada nos palanques, comícios e na imprensa durante a disputa eleitoral no estado.

VIRGÍLIO TÁVORA: PREPARAR O CEARÁ PARA A SUA INDUSTRIALIZAÇÃO

Basta ler o programa de governo apresentado ao povo cearense pelo sr. Virgílio Távora para sentir que não existe nesse documento promessa alguma do tipo mirabolante.

O programa da “União pelo Ceará” é baseado em nossa realidade, em nossa estrutura, sem qualquer demagogia.

O que Virgílio deseja, o que o Ceará deseja, de modo ardente, é abrir o caminho da sua industrialização. Mas isso só será possível através da energia de Paulo Afonso, que já está no Cariri, fazendo progredir o Crato e o Juazeiro, e precisa avançar, quanto antes, até Fortaleza.

Eletrificando o Ceará o número de fábricas aumentará consideravelmente. Isso quer dizer que aumentará impressionantemente o ritmo de trabalho em nossa terra. Necessitaremos então de operários especializados e a preparação de técnicos é outra nota dominante no programa de Virgílio Távora.

Diz o programa, sucinta mas objetivamente: “Para trazer a energia de Paulo Afonso a Fortaleza, assunto que sempre mereceu da minha parte o melhor dos esforços, mobilizarei os órgãos estatais em consonância com os planos já estabelecidos e de modo que tenhamos a chegada das linhas de transmissão dentro dos prazos previstos”.

Mas Virgílio sabe que para dar um impulso gigantesco à industrialização do nosso Estado, em luta antiga contra o sub-desenvolvimento, não basta fazer avançar sobre Fortaleza as linhas de transmissão da CHESFE.

O Ceará dispõe de recursos próprios em matéria de energia, os quais precisam ser aproveitados urgentemente. Daí não esquecer o programa da “União pelo Ceará” esse potencial nativo. Lá está escrito: “Toda atenção será dada à execução do plano de eletrificação elaborado pela CENORTE, ao mesmo tempo em que se providenciará o levantamento do potencial hidro-elétrico da região Centro-Oeste, principalmente nas serras de Baturité, Uruburetama, Meruoca e Ibiapaba”.

⁹⁴ Ibidem, p. 398.

Isso é suficiente para que o Ceará se torne um Estado economicamente poderoso? Ainda não. Por isso Virgílio não esqueceu outro projeto de mais alta significação para o nosso desenvolvimento. Trata-se do projeto da Barragem de Boa Esperança, no rio Parnaíba, cujo potencial hidro-elétrico beneficiará as zonas Norte e Noroeste do Ceará. Virgílio afirma em seu programa que “sob a forma de Cooperativa de Usuários, terá que ser encarado o problema de eletrificação rural na distribuição de energia elétrica nas áreas interioranas do Estado”.

O candidato da “União pelo Ceará”, temos dito e reiteramos, sabe o que vai fazer no governo. Tem programa. Tem idéias. Tem instrumentos de trabalho útil à coletividade do Ceará.

Enquanto isso, o povo continua esperando que o seu adversário, pomposo da linguagem e “nacionalista”, diga a que vem⁹⁵.

Para Parente (2000) o ideal de administração formulado no pensamento de Virgílio Távora era de “mudar o modelo de desenvolvimento do Estado” ao promover o processo de industrialização. A industrialização deveria amenizar a fragilidade econômica, que por sua vez, afetava diretamente a permanência das elites no poder. Assim sendo, “a industrialização era a forma de produção mais adequada para as mudanças qualitativas não só para a economia estadual, mas para que as elites se fortalecessem e se consolidassem”⁹⁶. Deste modo, este aspecto não era apenas uma promessa ou conteúdo contido no programa de governo caso vencesse as eleições de 1962, quando Virgílio assume a função de governador em 1963, o mesmo promove a implantação das bases do processo de industrialização no Ceará, pautado em valores técnicos.

O grande símbolo de industrialização realizada no Ceará por Virgílio Távora em seu primeiro governo, como fruto de sua visão caracterizada em “modernização-conservadora” foi a obra de eletrificação Paulo Afonso. Este modelo de modernização-conservadora será anos depois adotados pelos presidentes militares após a tomada do poder em março-abril de 1964. No Ceará já estava ocorrendo uma espécie de construção das bases daquilo que seria adotado em nível nacional. Outra questão que chama a atenção, no Ceará, é que em pleno processo eleitoral estava sendo formada uma frente conservadora⁹⁷, que em pouco tempo seria defensora do projeto golpista contra João Goulart. Esta frente conservadora seria apoiadora das mobilizações que pretendiam legitimar a eficácia do golpe e a constituição de um governo militar, por meio das “Marchas da Vitória”.

⁹⁵ Jornal *Gazeta de Notícias*, 13 de setembro de 1962.

⁹⁶ PARENTE, Francisco José C.. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). In: SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza, edições Demócrito Rocha, 2000, p.397.

⁹⁷ Torna-se importante frisar que embora esta frente conservadora, em pleno exercício político, possuía formação militar, mas este elemento não indica que todos os militares cearenses teriam apoiado e promovido ações que pudessem legitimar o golpe de civil militar de 1964 no Ceará, uma vez que neste estado, portanto, havia uma cultura política de esquerda entre as forças militares, as quais vieram a ser perseguidas no período pós-golpe. Para uma leitura detalhada sobre esta temática ver Flávio da Conceição “*Militares cearenses contrariando a Ditadura Militar: uma abordagem necessária (1964-1985)*”. http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371164177_ARQUIVO_Flavio_Ampuh2013.pdf

De acordo com Rodrigo Patto (2014) o ideal de modernização-conservadora promovido pelos governos militares “implicava desenvolvimento econômico e tecnológico e, portanto, aumento dos contatos com o exterior e da mobilidade das pessoas, além da expansão industrial e mecanização agrícola”⁹⁸. Sem exceção, Virgílio Távora incorporava esse perfil, militar, administrador tecnocrata, habilidoso em conciliar conflitos, portanto, expressando características de um verdadeiro representante das classes dominantes, que pretendia modificar a realidade social, mas de modo contraditório, fazendo com que a ordem social fosse a mesma.

O processo de industrialização implantado pelos militares foi também responsável por promover um aumento da urbanização no país, gerando um significativo crescimento do operariado fabril, que por sua vez trouxe modificações nas relações sociais e do trabalho. Mas essa enorme transformação provocada pela industrialização “colocava em xeque as utopias conservadoras, pois, solapava as bases da sociedade tradicional ao promover a mobilidade social e urbana em ritmo acelerado”⁹⁹. Torna-se relevante enfatizarmos aqui que a gestão de Virgílio Távora se consolidou em pleno regime militar, governando o estado cearense no período compreendido entre 1963 a 1966. Exatamente no mês que o golpe civil-militar de 1964 estava para eclodir, marcava um ano de gestão do seu governo vindo a público através de notas enviadas a imprensa cearense para se pronunciar a favor do movimento “revolucionário” e ao mesmo tempo dando providencias para que o golpe adquirisse sucesso e apoio no Ceará.

Outro ponto fundamental, bastante marcante na campanha política pregada pelo movimento conservador “*União pelo Ceará*”, foi a apropriação da temática *Reforma Agrária* contida como pauta no programa de governo de Virgílio Távora, mas possuindo uma perspectiva diferenciada daquela que estava sendo disseminada em todo o país pela *Frente de Mobilização Popular* sob a liderança de Leonel Brizola e pelo Partido Comunista Brasileiro. Por sua vez, a campanha política de 1962 teve como entrave o debate ideológico em torno da reforma agrária, dividindo as forças aglutinadas na *Frente Democrática* como apoiadores automáticos do movimento nacional que anunciava a realização de uma reforma agrária por um viés revolucionário. Em contraposição, o programa de governo de Virgílio Távora anunciava a efetivação de uma reforma agrária, mas dentro dos postulados pregados pela Igreja Católica. Com base na distinção entre duas formas de realizar a reforma agrária uma

⁹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 51.

⁹⁹Ibidem.

nota publicada no jornal *Gazeta de Notícias pretendia* apresentar as candidaturas em disputa pela governança estadual, atribuindo sentido positivo e qualificativo ao candidato da UDN, Virgílio Távora, e aspecto negativo e depreciativo ao candidato da *Frente Democrática*, Adahil Barreto.

Virgílio Quer Uma Política Agrária Cristã

Como não se conhece ainda o programa da chamada “Frente Democrática”, nada podemos adiantar a respeito do seu candidato e sua política agrária. Sabemos todos que o sr. Adahil, no Congresso Nacional, tem defendido ardorosamente os pontos de vistas do Partido Comunista, o que não nos leva ao extremo de considerá-lo um comunista, senão na medida em que se põe a serviço das causas bolchevistas. Gostaríamos de ouvir o candidato da “Frente” sobre a política agrária. Infelizmente, ele continua, em matéria de programa, muito confidencial e nebuloso...

Quanto ao candidato Virgílio Távora, sabemos o que pensa e o que deseja fazer pelas populações do nosso campo, quando estiver governando. Suas idéias, nesse particular, são muito evidentes. Estão, aliás, no seu programa de ação. Que deve ser lido, que deve ser meditado!

Abramos um parêntesis, como diria Euclides da Cunha. Os falsos “nacionalistas” e seus leais companheiros, os comunistas, gostam muito de falar em reforma agrária. Nunca, entretanto, explicam claramente, o que pensam a respeito dessa questão. Quem não é TROUXA, quem não vai na cantilena dos “vermelhos”, sabe perfeitamente que se impõe no Brasil, uma reforma agrária. A Igreja Católica, através dos seus bispos e técnicos, já esgotou o assunto, concluindo pela necessidade imediata de uma solução. Como não podia deixar de ser, também Virgílio Távora conhece o problema e quer solucioná-lo devidamente, sem afronta e sem demagogia, sem avançar nas terras alheias, nem pregar a extinção pura e simples da propriedade privada.

No Brasil, o Governo Federal é proprietário de cerca de 74 por cento do território nacional. Talvez menos de 26 por cento esteja em mãos de particulares, que abriram fazendas, fundaram currais, fizeram usinas e engenhos, prosperaram com os seus rebanhos, isso a despeito da falta de crédito e assistência, a despeito das pragas e das estiagens.

Portanto, a reforma agrária deve pelo fazendeiro, pelo posseiro, pelo meeiro, pelo trabalhador do campo. Quem tem terra abundante para desintegra é o Governo. Virgílio não ignora o fato. Conhece o sertão, a várzea e o litoral do Ceará.

Diz o cel. Távora em seu programa “tornada em realidade a criação do Banco do Estado, como instrumento de ação econômica e financeira, levarei o crédito agrícola não somente aos proprietários rurais, como aos meeiros, posseiros, rendeiros, colonos, parceiros e demais pessoas que labutam no campo, independente da condição jurídica que os vincule à terra. Esclareço, de logo, que ESTA META SE REVESTIRÁ DE CARATER PRIORITÁRIO”.

Quer dizer: Virgílio quer, antes mais nada, amparar à gente do campo, todos, sem exceção, ricos e pobres. Porque? Porque quer executar, de fato, uma política agrária. Com?

O programa explica:

“disciplinada a ascensão, dentro dos POSTULADOS CRISTÃOS, da política agrária, tendo como ponto de partida a utilização do solo agricultável, com o aproveitamento das TERRAS PÚBLICAS, darei ênfase a planificação de colônias agrícolas nas diversas regiões em que se divide o Estado”.

Como sempre, estamos nos limitando a destacar os trechos nas importantes do programa do candidato da “União pelo Ceará”. Porque cada ponto desse documento traz implicações que nos conduzem a outros pontos, os quais se completam, numa harmonia, numa perfeita unidade de ação necessária, conjugada. Um problema sempre está em função de outro, que merece a mesma solução, o mesmo interesse, o mesmo devotamento.

É assim que se mostra porque o sertão e a serra vão sufragar o nome de Virgílio Távora. Porque o ex-ministro da Viação quer, quer de fato, uma política agrária, cristã, democrática. Uma política em função do bem comum.

A 7 de outubro o povo do Ceará consagrará, nas urnas, de modo esmagador e definitivo, esta política, esses objetivos¹⁰⁰.

De antemão, percebemos que uma preocupação se encontra definindo e delimitando todo o corpo da nota acima, a qual tem a finalidade de constituir um perfil carregado de qualidades para Virgílio Távora o seu candidato a governador do estado. Os traços que definem o perfil de Virgílio Távora consistem em um homem engajado na luta por melhorias das condições do trabalhador rural e, acima de tudo, preocupado com “o bem comum”. A questão central encontra-se, de fato, no uso da questão agrária, o principal elemento diferenciador entre os candidatos em disputa política. Conforme pretendia a “*União pelo Ceará*”, o candidato Virgílio Távora tem sua personalidade construída em torno da defesa de uma “política agrária”, “cristã” e “democrática”. Por outro lado, há outra preocupação aliada a anterior, cujo principal objetivo era desqualificar o seu oponente uma vez que, na lógica das elites cearenses, Adahil Barreto não apresentava ou não se definia em que situação deveria ocorrer a reforma agrária, caso, fosse elemento de ação governamental. Era, portanto, uma estratégia de combater os seus inimigos políticos, ressaltando que a tentativa de reunir diferentes forças conservadoras em torno da “*União pelo Ceará*” como mobilização política já servia como medida para conter o avanço das esquerdas no Ceará.

Após as eleições de outubro de 1962, a temática da reforma agrária continuou sendo pauta de disputa política, possuindo perspectivas diferenciadas conforme o posicionamento político de cada partido que fazia pressão envolta do debate. Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014) argumentam que, em março de 1963, o presidente João Goulart enviou uma mensagem ao Congresso propondo um projeto de reforma agrária, que sofreu inúmeros embates não somente da oposição, mas, sobretudo, pelo próprio partido PTB, que diante do embate político em torno da forma como a reforma agrária ocorreria, passou a adotar ações intransigentes, especialmente em situações onde eram permitidas realizações de acordos e negociações com os partidos conservadores como PSD e UDN.

De acordo com os autores, as esquerdas representadas pela Frente de Mobilização Popular – FMP defendiam uma reforma agrária “em terras produtivas e improdutivas sem nenhuma indenização ao proprietário”¹⁰¹, sendo assim, uma ação que consistia em impedimento constitucional, visto que o direito a propriedade era assegurado pela

¹⁰⁰ Jornal *Gazeta de Notícias*, 15 de setembro de 1962.

¹⁰¹ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. In: 1964: o golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 163.

Constituição de 1946, e em casos específicos como a desapropriação, a indenização deveria ocorrer com o pagamento em dinheiro. O posicionamento do PSD era favorável à aprovação da reforma agrária, desde que fosse com as terras improdutivas e por meio de indenizações. Já a UDN, inicialmente teve um posicionamento político de recusa, vindo a pregar o lema de que a constituição era intocável, mas com o andamento do debate em torno da temática, o partido passou a desempenhar uma ação bastante semelhante ao do PSD. O que se pode compreender, neste contexto, é que era fundamental o apoio da oposição para a aprovação de uma reforma agrária, embora bastante limitada e diferente da pensada pelo PTB.

Ainda em torno da nota citada, podemos identificar outras motivações: ela servia como elemento construtor de identidade, como elo ao eleitorado cearense, profundamente católico. As campanhas políticas de 1962, através de notas publicadas na imprensa cearense visavam também atrair o eleitorado, em especial, as classes médias¹⁰² e altas, fato ocorrido em todo o país. Elas compartilhavam o mesmo universo político e social e estavam apreensivas com a crescente participação das esquerdas brasileiras em manifestações e protestos que exigiam reformas sociais, políticas e agrárias, e também um maior diálogo com o governo Jango. O governo Goulart era visto como meio para a realização de algumas conquistas sociais e políticas, seguindo uma perspectiva nacionalista na qual tinha como objetivo o desenvolvimento interno do país. Promovendo uma reforma estrutural significativa para que ações importantes fossem efetivadas.

Marcos Napolitano (2014) apresenta-nos questões pertinentes para entendermos porque as elites conservadoras desempenharam ações profundas contra o projeto reformista e a pregação do nacionalismo pelo governo João Goulart. Segundo ele, os grupos conservadores, aliados a imprensa, promoveram, a partir de 1963, uma intensa pregação contra o projeto reformista e nacionalista porque tinham como estratégia encobrir os interesses dos “proprietários de terra que se sentiam ameaçados pelos projetos de reforma agrária”¹⁰³; em seguida, a oposição era feita para defender “os interesses multinacionais os quais se sentiam ameaçados pelo nacionalismo econômico das esquerdas trabalhistas e comunistas”¹⁰⁴.

À medida que se aproximava a data para a realização das eleições de 7 de outubro de 1962, no Ceará, a campanha contra o comunismo foi adquirindo ritmo intenso e passando a

¹⁰²As classes médias eram as principais interessadas no desdobramento da conjuntura política de entre os anos de 1961 a 1964, porque o projeto governista de João Goulart possibilitava mudanças estruturais, vindo a fragilizar o poder de dominação sobre as classes mais pobres, nas relações patronais e nos interesses defendidos.

¹⁰³ NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p.49.

¹⁰⁴ Ibidem.

ser recorrente na imprensa, em especial, no jornal *Gazeta de Notícias*. Portanto, representando uma evidência de que os conservadores estavam empenhando-se “ao máximo durante o pleito, usando todas as armas para derrotar os candidatos alinhados com as teses “comunistas” e eleger uma maioria “democrata””¹⁰⁵. Estava sendo articulada uma estratégia de “evitar a eleição de parlamentares esquerdistas, impedindo assim a constituição de um apoio institucional sólido às propostas de transformação social”¹⁰⁶. No dia 23 de setembro de 1962, a *Gazeta de Notícias*, divulgou uma nota¹⁰⁷, onde o tom anticomunista utilizado pelo movimento conservador União pelo Ceará se torna bastante contundente e radical.

A Linguagem é Comunista

Todo católico que ainda, porventura, ainda tenha dúvidas a respeito do que afirmamos sobre a infiltração comunista na chamada Frente Democrática, deveria comparecer a um dos comícios do dr. Adahil Barreto.

Qualquer católico esclarecido conhece, de longe, a linguagem bolchevista, eu é a mesma em toda parte.

Nos comícios de Adahil, sempre carentes de povo, acham-se à frente os remanescentes das células comunistas do extinto PC.

E a linguagem é desabridamente comunista. Dizem que Virgílio é financiado pelos “americanos”, pelos “tubarões”, pelos “grupos econômicos”, que é “inimigo dos trabalhadores”, que tem horror aos “pobres”, que vive “a serviço do clero reacionário e fascista”, etc, etc.

Quem é que costuma falar assim? O Comunista. Se nos comícios do Adahil se fala assim, porque assim se fala? Porque só tem comunistas.

Enquanto isso, Virgílio prossegue a sua triunfal excursão pelo interior do Ceará, falando ao povo a linguagem da decência e da paz social e cristã.

Os comunistas ficam aqui, a serviço do doutor Barretinho, tirando a sua “casquinha” e contando suas desmoralizadas lorotas ao povo do Ceará, que os repudia e repete porque são traidores da Pátria a serviço de Moscou¹⁰⁸.

Com o apoio da *Gazeta de Notícias*, os representantes e candidatos que integravam a coligação UDN-PSD-PTN, deram como cartada final de suas ações uma intensa profissão de fé anticomunista, pretendendo “tirar benefícios do clima de radicalização política imperante”. Conforme afirma Rodrigo Motta (2002), os candidatos que representavam as elites brasileiras “tiveram no anticomunismo seu mote principal”. Neste processo de radicalização política, a *Gazeta de Notícias* contribuiu de certo modo para criar a sensação de

¹⁰⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo “perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 249.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ Através da Lei 4.115, criada em agosto de ano 1962, a Justiça Eleitoral regulamentava o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) tanto no rádio como na televisão. Os horários eram distribuídos em dois turnos, um diurno e outro noturno, ambos com o mesmo tempo de duração – 60 minutos. O tempo destinado aos partidos dependia da proporção representativa que possuía no Legislativo. No tocante as notas enviadas pela “*União pelo Ceará*” na imprensa, não sabemos ao certo, se foram publicadas com pagamentos ou sem, ou por concessão de espaço do próprio jornal, uma que vez que personalidades influentes, como Dorian Sampaio, estavam pleiteando vaga nas eleições. Por outro lado, uma parte das notas publicadas podem ter sido pagas, uma vez que, os jornais dependiam de recursos financeiros para a própria sobrevivência e concorrência aos demais. Muitos pesquisadores enfatizam que embora que a lei de 1962 objetivasse regular o horário gratuito, muitos ainda recorria ao uso do dinheiro para ampliar a influência de suas campanhas políticas.

¹⁰⁸ Jornal *Gazeta de Notícias*, 23 de setembro de 1962.

que as eleições representavam uma polarização absoluta entre “democracia” e “comunismo”. Perfilando um candidato “democrata” Virgílio Távora aparece como protagonista político, possuindo uma “linguagem da decência e da paz social e Cristã”. A estratégia política era convencer o eleitorado, que ainda tinha dúvidas quanto às ameaças comunistas, sobretudo o eleitor católico, que não conseguia distinguir quais candidatos representavam verdadeiramente os postulados cristãos.

Como empenho final, em plena reta final das campanhas políticas, o Bispo Diocesano Dom Aureliano Matos, da cidade de Limoeiro do Norte enviou uma carta circular para líderes e representantes católicos de todo o Vale do Jaguaribe, região cearense composta por muitos municípios, que foi publicada também pelo jornal *Gazeta de Notícias* em primeira página (Capa). Nela Dom Aureliano Matos se dirigia ao seu “rebanho”, fazendo as seguintes recomendações:

Prezadíssimos Diocesanos.

Neste momento delicado da nossa história política, quando a garantia de nossas instituições democráticas e a tranquilidade do País vão depender de nosso voto, cumpre exercê-lo ciente de nossa tremenda responsabilidade.

Ao penetrar na cabine para votar, lembre-se cada um que vai influir definitivamente, com seu voto, nos destinos da Pátria e guicá da Igreja. Como cristãos não podemos cumprir o nobre dever de votar sem ouvir a voz da nossa consciência cristã.

A Pátria e a Igreja esperam que não desmitamos as nossas tradições de um povo formado pelos ensinamentos do Evangelho, onde aurimos este espírito de paz, de ordem que aflora em todos os acontecimentos de nossa história.

Não votemos para as altas funções do legislativo e do executivo, ou seja para deputados ou governador do Estado em quem não seja a garantia de nossas tradições cristãs, a segurança do nosso regime democrático; em quem bandeando-se para o esquerdismo torna-se o defensor e propulsor do comunismo mesmo que não se diga seu adepto, e estes são os mais perigosos.

A gravidade da hora que vivemos não permite que ajamos na dúvida. Queremos definição, para que não hajam enganos nocivos e irremediáveis, arrependimentos tardios, como aconteceu em CUBA.

Além disto, é preciso não esquecer que o voto é sagrado e não pode ser trocado por qualquer prato de lentilhas.

Vender seu voto é vender a própria personalidade. É ultrajar o nosso sistema político representativo. É comerciar com o futuro da Pátria. É decepcionar a Igreja que já não poderá confiar em seus filhos.

Diante da cabine dois caminhos abrem-se para nós: Ou seremos homens de bem cristãos autênticos, votando com a nossa consciência de católicos, com os olhos na Pátria e na Igreja; Ou então seremos uns traidores e suicidas entregando, com o nosso voto, o futuro, nas mãos dos seus inimigos que são os coveiros da civilização cristã, embora, desfarçados com o rótulo de nacionalismo ou cousas semelhantes¹⁰⁹.

Durante o processo eleitoral de 1962, segundo Rodrigo Motta (2002) “os setores conservadores da Igreja católica também se prepararam pra intervir nas eleições, fazendo-o por meio da Aliança Eleitoral Pela Família (ALEF)”, cuja centralidade de suas ações era orientar os fiéis da Igreja Católica a votarem nos candidatos que pudessem representar a

¹⁰⁹ Jornal *Gazeta de Notícias*, 3 de outubro de 1962.

doutrina cristã e a permanência das instituições como a família, a igreja e a pátria. Dom Aureliano Matos, uma liderança religiosa de grande prestígio na região jaguaribana, foi o principal responsável por implantar um conjunto de obras religiosas, visando a instrução católica de uma elite local, a qual deveria posteriormente defendê-la das grandes transformações materiais, econômicas e sociais. A publicação da carta de Dom Aureliano Matos no jornal *Gazeta de Notícias* reflete um modo de ação política empenhada no interior do estado durante o processo de campanha anticomunista em torno das eleições. Isto significa que no Vale do Jaguaribe, líderes religiosos e políticos estavam marchando em sintonia com as da capital, especialmente no que diz respeito ao uso da imprensa para demonstração das ações desempenhadas por elas.

Neste momento, a Igreja se via ameaçada pelo suposto “esquema comunista”, tendo a urgência e a necessidade de apoio dos religiosos na contenção dos movimentos que pregavam os ideais revolucionários. Vemos de imediato, uma preocupação do bispo em conter o avanço dos comunistas através do voto e para isso era necessária uma orientação ou doutrinação dos membros através de um tom moralista mostrando a eles qual será o futuro da Igreja, caso os “autênticos católicos” resolvessem entregar “o voto, o futuro, nas mãos dos seus inimigos que são os coveiros da civilização cristã”.

Quando todos os votos foram contabilizados, os resultados demonstraram a eficácia da mobilização dos conservadores via processo eleitoral se utilizando de uma ferrenha campanha anticomunista. Os resultados apontaram a vitória de Virgílio Távora para governador e o coronel Murilo Borges para prefeito da cidade, tendo como vice-prefeito Luiz Queiroz Campos e alguns deputados estaduais e federais, todos ligados à “*União pelo Ceará*”. Da oposição, Carlos Jereissati do partido PTB, conseguiu pleitear sua vaga pra senador, que de certo modo foi registrado como uma grande vitória para as esquerdas cearenses.

2.3 A campanha plebiscitária: “Diga NÃO” ao parlamentarismo, dizendo “SIM” ao presidencialismo.

Finalizada a campanha política de 1962, outra etapa se aproximava no horizonte bem próximo do país. As lideranças políticas e militares se preparavam para se mobilizarem em torno da campanha plebiscitária, com a qual poderiam promover o fim do parlamentarismo ou o retorno do presidencialismo. O ano de 1962 também foi profundamente marcado pela pressão dos ministros militares que pretendiam forçar o Congresso a aprovar a antecipação do referendun. A pressão praticada pelos ministros militares tinha ganhado

também adesão por parte do ministro da Marinha e Aeronáutica, os quais se posicionavam a favor do retorno ao presidencialismo. De acordo com Ferreira e Gomes (2014), torna-se surpreendente o fato de que em prol da realização do referendun que promoveria o retorno ao presidencialismo “toda a cúpula das Forças Armadas” concedeu apoio. Este fato invertia posicionamentos políticos exercidos pelos ministros militares, sendo diferenciado do ocorrido em setembro de 1961, quando foi decidida a medida parlamentarista com o objetivo de conter os poderes do presidente da república brasileira. Então o sistema parlamentarista apresentando desgaste político, a forte tensão ideológica através da campanha eleitoral e a antecipação do plebiscito ficaram marcadas para janeiro do ano de 1963.

No Ceará, o apoio dado ao retorno do presidencialismo possui significados diversos, dependendo de quem realiza a adesão. Logo no início do mês de janeiro, poucos dias anteriores ao referendun, a Igreja Católica no Ceará explicitava através de seu jornal *O Nordeste*, o seu posicionamento e como compreendia este acontecimento que era capaz de promover novos desdobramentos políticos no cenário nacional. Sob o título “*Da Escolha Forçada do “Não”*”, o periódico se dirigia aos fiéis afirmando que a população não teria escolha entre um regime ou outro e o que estava em curso era o jogo político entre as forças divergentes. Neste jogo político, os conservadores ainda mantinham uma profunda desconfiança quanto ao posicionamento político do presidente João Goulart e não ao regime a ser defendido e em razão disso, afirmava-se que:

Votamos a seis de janeiro. Ninguém se abstenha de votar. E enfrentaremos depois a realidade do presidencialismo como o sr. João Goulart. Mas estejamos alerta. A democracia jamais temeu o voto no Brasil, porque o povo brasileiro é democrata. O que ela teme não é o plebiscito. É o que poderia seguir-se ao plebiscito. O que ela teme não é a voz das urnas. São as manobras de guerrilheiros encapuçados e as ameaças de greves políticas de pelegos vermelhos. Desses, exatamente, que em Cuba se recusam a convidar o povo para um plebiscito¹¹⁰.

Como poder ser notório, havia uma ampla aceitação do retorno ao presidencialismo, mas o que estava em fase de discussão por parte das lideranças religiosas era qual o futuro do governo Goulart quando assumisse plenos poderes. Portanto, as expectativas quanto ao futuro do presidente e da nação ainda no entendimento dos religiosos eram incertas, pois temiam que Jango transformasse a aceitação pública do presidencialismo, seguida de uma vitória esplêndida, em pretexto para implantar um golpe de estado de cunho sindicalista. Ao mesmo tempo, a consumação dessa vitória poderia ser instrumentalizada para a aprovação das reformas de base.

¹¹⁰ Jornal *O Nordeste*, 3 de janeiro de 1963.

A campanha plebiscitária também recebeu forte adesão do governador eleito Virgílio Távora. No dia 4 de janeiro de 1963, *O Nordeste* divulgava a informação de que durante a tarde daquele mesmo dia o novo governador cearense estaria chegando de viagem a Fortaleza para participar do referendun marcado para o dia 6 de janeiro. Segundo as informações dadas pelo *O Nordeste*, “o futuro Governador traz instruções para seus correligionários e uma mensagem ao povo cearense para que diga “não” no dia 6, escolhendo o presidencialismo e rejeitando o Ato Adicional que em Setembro de 1961 instituiu o Parlamentarismo”¹¹¹. Em entrevista concedida ao jornal *O Nordeste*, Virgílio afirmava que veio ao Ceará para participar da campanha do “NÃO” no referendun e acrescentou que “não tem cabimento as notícias de que se preparava no país um plano subversivo”¹¹².

A recomendação de Virgílio Távora era que todos os correligionários promovessem posicionamentos favoráveis ao retorno do regime presidencialista. De fato, a campanha e a votação ocorreram em estado de normalidade em termos políticos, uma vez que estava formulado um consenso amplo de que o retorno do presidencialismo poderia ajudar o governo a conter a crise política e a inflação que estava causando uma carestia dos alimentos e produtos em todo país. Por outro lado, as abstenções de votos no referendun poderiam ter sido menores, caso as dificuldades em torno da alocação dos transportes para os deslocamentos dos eleitores no interior e a falta de gasolina em todo o estado tivesse sido resolvida com antecedência da semana da consulta popular. Para Alzira Abreu (2006) a vitória do plebiscito “deu a Goulart e ao grupo que o apoiava uma falsa idéia de que a maioria no país era favorável à política das chamadas reformas de base, entre as quais se destacavam a agrária, tributária e educacional”¹¹³.

2.4 O Comício da Central do Brasil

O periódico *O Nordeste*, como representante da Arquidiocese de Fortaleza e defensor da tradição cristã, realiza sistemática divulgação das notícias acerca da realização do Comício da Central do Brasil. O fato do periódico promover a divulgação dessas notícias não traz nenhum indicativo de que os líderes religiosos da Arquidiocese de Fortaleza estavam favoráveis à realização do evento, e ainda mais, ao conteúdo que seria explicitado pelos oradores. Pelo contrário, os líderes religiosos estavam em clima de tensão e preocupação

¹¹¹ Jornal *O Nordeste*, 4 de janeiro de 1963.

¹¹² Jornal *O Nordeste*, 6 de janeiro de 1963.

¹¹³ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo João Goulart. FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006, p.116.

quanto aos desdobramentos desse acontecimento, uma vez que o programa reformista visava à transformação das estruturas e instituições brasileiras. Ainda mais, permeava uma insegurança na forma como a reforma agrária ocorreria se em moldes “revolucionários” com o uso da guerra e da anulação da constituição em vigor, ou se no modo pelo qual a Igreja Católica prescrevia. Bruna Marques Cabral (2014) afirma que a instituição católica se mobilizava no Brasil propondo um modelo pacífico de reforma agrária com a qual pudesse promover a justiça social sem, no entanto, alterar o *status quo*. A doutrina social cristã para solucionar os problemas do meio rural tinha como principal característica a tomada de referências no *Rerum Novarum*¹¹⁴, na *Quadragesimo Anno*¹¹⁵ e na *Mater et Magistra*¹¹⁶.

Acerca da realização desse comício, no dia 13 de março de 1964, poucas notícias foram difundidas, nos dias anteriores e posteriores a sua ocorrência, pelos jornais cearenses. Mas esse fato não diminuiu a sua intensidade no Ceará, sobretudo, porque muitos aguardavam com apreensão as repercussões, tanto as forças de direita quanto as de esquerda. Assim sendo, de forma bastante breve, o jornal *O Nordeste* levava ao conhecimento do público leitor algumas informações acerca das expectativas na realização do Comício das Reformas. A notícia tem como entrada uma manchete sem foto vindo imediatamente em primeira página, demonstrando, portanto, uma atenção significativa dada pelo jornal diante do que se poderia constituir este evento a ser realizado no Rio de Janeiro. O jornal *O Nordeste*, em primeira página, reproduzia informações vindas da agência do Rio de Janeiro, sobretudo, qual seria o posicionamento do governador do Rio diante do pronunciamento das reformas agrária e constitucional.

¹¹⁴ Encíclica papal, de autoria de Luiz XIII, 15 de maio de 1891. A carta servia como orientação aos bispos acerca das condições das classes trabalhadoras, do mesmo modo tratando a respeito das questões referentes ao processo de desenvolvimento industrial e as transformações sociais com o regime democrático no final do século XIX.

¹¹⁵ Carta encíclica do Papa Pio XI, 15 de maio de 1931, pregando a restauração e aperfeiçoamento da ordem social. Nela, prevalece uma profunda crítica ao comunismo.

¹¹⁶ Carta encíclica de autoria do Papa João XXIII, explicitando uma profunda preocupação com as questões sociais, baseada numa doutrina social cristã. Esta carta, publicada em 15 de maio de 1961, serviu como batiza para compreender a realidade vivida na conjuntura da Guerra Fria, servindo também como atualização das cartas anteriores.

Fig. 01: Comício da Central do Brasil.



Fonte: 13 de março de 1964, *O Nordeste*.

Na matéria de capa 13 de março de 1964, o jornal *O Nordeste* esclarece aos leitores que a grande concentração popular, além de poder contar com um surpreendente número de participantes (220 mil), terá como principal objetivo a promoção da reforma agrária e a reforma da constituição. Eram questões, portanto, que aumentavam ainda mais a preocupação da Igreja e dos políticos conservadores que passariam a pregar o argumento de que a Constituição era intocável e qualquer ação que previsse uma mudança dela, estaria automaticamente compreendida como inconstitucional. Essa mesma argumentação serviu, após a realização do comício, como pretexto para que os conspiradores pudessem depor João Goulart do poder, acusando-o de ditador, pretendendo instalar uma ditadura do proletariado.

Na página 5, *O Nordeste* informava novamente sobre o comício das reformas apontando o apoio de algumas entidades, a confirmação da presença de alguns oradores e delegações de outros estados brasileiros, citando que ainda era incerta a presença dos governadores Miguel Arrais e Leonel Brizola. Com relação ao primeiro, *O Nordeste*, informava que para comparecer ao comício ele exigia a presença de Leonel Brizola e que ele defendia a reforma agrária dentro do que estava previsto na Constituição de 1946. Já em

relação ao segundo, o jornal indicava que Leonel Brizola exigia que os trabalhadores buscassem através do comício uma forma de fazer pressão para conquistar seus ideais, e que o governador poderia comparecer ao referido ato com ou sem a autorização do presidente, servindo o mesmo no tocante ao uso de discurso direcionado aos trabalhadores presentes.

Durante o comício realizado no Rio de Janeiro, “os fundamentos da democracia liberal, instituídos pela Constituição de 1946, estavam sendo questionados pelas esquerdas”¹¹⁷ e naquela situação, os sinais estavam também sendo invertidos, e com essa oportunidade, grupos conservadores compostos por civis, militares, empresários e representantes de várias instituições passaram a argumentar “a defesa de legalidade e da democracia”¹¹⁸. Corroborando com esta ideia, Daniel Aarão Reis (2004) enfatiza que em 1964 as forças conservadoras apareciam numa posição “de defesa da *legalidade e da democracia*, justificando o golpe como um último recurso para *salvar* a democracia”. Ainda conforme o mesmo autor, no intervalo temporal entre 1961 a 1964 ocorreu uma espécie de mutação oposta, onde em 1961, as esquerdas se mobilizaram em torno da legalidade constitucional, vindo, posteriormente, em 1964 a demonstrar um posicionamento político ofensivo “desafiando abertamente a legalidade existente”. Já as direitas defendiam o golpe em 1961 passando para a defesa da legalidade e da ordem existente em 1964. O argumento da defesa da pátria, da constituição e da democracia, diante da tensão política e da forte pressão das esquerdas sobre o governo João Goulart, fez com que os conservadores saíssem vitoriosos na articulação que depôs o presidente e em seguida instituiu o regime militar. Por outro lado, como já dito anteriormente, a reforma agrária, pregada pela Igreja Católica, deveria acontecer desde que não promovesse conflitos entre as classes sociais, permanecendo as hierarquias e as instituições da maneira como existiam.

¹¹⁷ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 292.

¹¹⁸ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: São Paulo: Edusc, 2004, p. 39.

Fig. 02: Repercussão do Comício das Reformas.



Fonte: 15 de março de 1964, *O Nordeste*.

Segundo as interpretações de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014) as declarações dos oradores que participaram da concentração popular na capital carioca dividiram as opiniões, sobretudo, as afirmações do presidente João Goulart, no tocante à realização da reforma agrária com base nas desapropriações de terras e a outra dizia respeito à reformulação da Constituição que assustou as direitas dando para elas indícios de um suposto golpe. A partir desse ato, as direitas brasileiras interpretavam como sendo uma decisão de Goulart por fim à sua política de conciliação e optar por uma aliança com os comunistas e com as esquerdas representadas pela Frente de Mobilização Popular ao apresentar suas novas ações de governo. Eram, acima de tudo, motivos para aumentar ainda mais as incertezas quanto ao futuro do país, pois na visão dos conservadores a implantação das reformas seria um indicativo do processo de transição do capitalismo para o socialismo.

Poucos dias depois, o jornal *O Nordeste* divulgava informações acerca do posicionamento político de Virgílio Távora em torno da reforma agrária. Conforme publicava o periódico, as esquerdas cearenses pretendiam pressionar o governador, uma vez que o líder vinha demonstrando em pronunciamentos ser favor das reformas. A pressão era praticada por conta de “o cel. Virgílio Távora, cujas posições janguistas, há despreocupado o presidente da República, muito embora, cremos parta de um premissa falsa, cuja assessoria não se deteve na

apreciação dos fatos”¹¹⁹. Havia a desconfiança das esquerdas de que Virgílio estava se aproveitando da popularidade do tema e da aceitação popular, mantendo uma aproximação com João Goulart, como tentativa de prestígio a sombra do governo. Mas no final do mês de março, Virgílio Távora se desligará totalmente da aproximação com Jango, passando a articular as elites cearenses na defesa do golpe de 1964 e depois na estruturação e reconhecimento do novo governo militar no estado. Nesse intervalo também, às vésperas do golpe civil-militar, “dignas senhoras de Fortaleza” procuraram o líder religioso Dom José Delgado para obter esclarecimento acerca de sua nota publicada sobre o ocorrido em Belo Horizonte quando as mulheres da LIMDE impediram Leonel Brizola de discursar em um auditório. Delgado declarou para essas senhoras fortalezenses que “ficassem tranqüilas e agissem sem o menor receio”, parecia, portanto, ter sido esse o momento em que teria surgido o *Movimento Cívico da Mulher Cearense*. Este movimento será responsável por articular as elites da capital em prol da saudação ao golpe, ao líder da “Revolução” Castelo Branco e em especial, da promoção da grandiosa manifestação, Marcha da Vitória de Fortaleza.

2.5 A repercussão do Golpe no Ceará: mobilizações e definição política sobre o movimento militar

No Ceará, durante os primeiros dias após a consumação do golpe, a imprensa cearense publicou matérias tratando do comportamento de autoridades em relação à recepção do Golpe no estado ou, pelo menos, de como elas desempenharam ações favoráveis ao movimento militar na condução da ordem e da segurança pública, na tentativa de conter as manifestações e não serem prejudicados pelo movimento instaurado no país. Em 3 de abril de 1964, o jornal católico *O Nordeste* divulga a Nota Oficial do Governo Estadual, na qual expressava quais seriam as ações tomadas na consolidação do movimento militar no estado. Através da nota, percebemos uma demonstração do posicionamento político de Virgílio Távora diante do horizonte que se abria no país. Na função de governador, tomaria medidas compartilhadas com o poder militar com o objetivo de efetivar a consolidação do golpe civil-militar de 1964 no Ceará.

O Governador do Estado, retornando o País à calma, já estando empossado o Presidente Ranieri Mazzili, pelo Congresso Nacional, comunica a todos os cearenses que, juntamente com a Décima Região Militar, continua empenhado na manutenção da ordem, da paz e da tranqüilidade sociais. Acrescenta, outrossim, que não permitirá que os agentes da subversão, que só se sentem realizados na desordem, explorem o

¹¹⁹*O Nordeste*, 18 de março de 1964.

idealismo e o ardor próprios da mocidade estudantil para provocar tumultos na cidade. A fim de que não paire dúvidas a respeito, comunica o Governo do Estado que, juntos, o Poder civil e o Poder militar imbuídos dos mesmos propósitos de servir à Pátria comum, reprimirão, com serenidade mas energia, quaisquer manifestações tendentes a perturbar a ordem pública. O Governo apela para os senhores pais e mestres a fim de que evitem a participação dos filhos e discípulos nestas manifestações.

As ações do governador Virgílio Távora naquele momento objetivavam dar coerência ao movimento militar, uma vez que quando o golpe foi realmente efetivado, tentou-se implantar no país o consenso em torno dos militares como sendo os responsáveis por terem “salvado” o país do comunismo. Sobretudo, porque naquele momento era um posicionamento em consonância com o Comando da Revolução. Vários governadores tomaram medidas para conter “os agentes da subversão”, como por exemplo, no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais para que não promovessem articulações em resistência ao golpe e a saída do presidente Goulart. A decisão de Virgílio Távora em agir publicamente, em ação conjunta como comandante Aluísio Brígido Borba, o tornava integrante do movimento instaurado e principalmente quando buscava caminhos e medidas que objetivavam o processo de legitimação do movimento no Ceará. Ou pelo menos, deveria ter sido a intencionalidade da nota publicada que através da imprensa o governador buscava dar visibilidade para o seu alinhamento político com os militares.

Outra questão presente na nota oficial a ser notada é que após o golpe um conjunto de lideranças, pertencentes às classes produtoras, às instituições públicas, religiosas e políticas, resolveu colaborar com o regime militar, afirmando que estariam em permanente vigilância contra os comunistas. O empenho das autoridades citadas caracteriza-se como ajuda para institucionalizar o regime contendo qualquer manifestação de inclinação comunista no estado, era também uma medida constituída da ideia de serviço prestado à pátria. Ambos, em nota oficial, tentam justificar publicamente que as ações a serem exercidas, ações autoritárias, possuíam um propósito cívico, o de servir a nação. E pelo fato de ser “um bem maior a Pátria”, toda e qualquer medida repressiva deveria ser compreendida pelos pais e pela sociedade. Tal argumentação era um pretexto para desarticular qualquer resistência no Ceará, como também serviu como medida de consolidação do golpe pelas elites cearenses.

Na medida em que os fatos foram acontecendo, no ano de 1964, Virgílio Távora, por várias vezes, foi pressionado a tomar uma definição política diante da conjuntura política que o país estava enfrentando, estando João Goulart ainda no poder. A pressão sofrida por ele não ocorreu simplesmente após o golpe, mas anteriormente, antes e depois da realização do Comício da Central do Brasil (RJ).

Poucos dias após a realização do Comício das Reformas de Base, o governador esteve na cena do debate político entre as esquerdas cearenses e o jornal *O Nordeste*. A personalidade política do governador Virgílio Távora era percebida, por certos segmentos da sociedade, com desconfiança por causa de traços que não demonstravam quais eram suas convicções políticas e ideológicas. Virgílio Távora era compreendido como uma autoridade indefinida ideologicamente. Isso o assemelhava à mesma imagem do presidente João Goulart. E se devia ao fato de Virgílio manter relações políticas com João Goulart, porque havia recebido um ministério em 1961 e foi nele que ganhou projeção política para disputar as eleições de 1962 como candidato a governador. O editorial de *O Nordeste*, em 18 de março de 1964, ao tratar a personalidade política do governador Virgílio Távora, poucos dias após a realização do *Comício da Central do Brasil*, faz dele objeto de preocupação em torno das reformas de base – no tocante a forma como o chefe do executivo compreendia esse projeto, uma vez que naquele momento tal assunto possuía interpretações diferenciadas. O jornal afirma que Virgílio Távora enquanto governador não conseguia demonstrar publicamente quais seriam suas reais convicções ideológicas e políticas. Com esses traços, *O Nordeste* tenta informar que, até aquela altura, as esquerdas cearenses o viam como integrante do projeto reformista no Ceará e que qualquer mudança tomada por ele seria de fato uma forma de escape ou sobrevivência frente aos acontecimentos que levassem ao prejuízo ou a perda do prestígio.

No que pese a afirmação do governador Virgílio Távora, expressa na Mensagem que enviou à Assembléia, pelas reformas de base, que virão “dias mais dias menos, com ou contra nossa vontade”, as esquerdas cearenses estão manobrando no sentido de criar condições nas quais se envolva o chefe do Executivo, para forçá-lo a uma definição que acreditam não será aquela insinuada.

Partem do princípio de que o pronunciamento do cel. Virgílio Távora foi determinado por fatores, aos quais estão condicionados, a tranquilidade do Governo, - a “ilha de paz e tranquilidade” -, e as principais metas administrativas.

Na realidade, o Ceará foi colocado à margem das campanhas reformistas, que foram transformadas na bandeira esquerdistas. A razão é simples: o cel. Virgílio Távora, cujas posições o vêm identificando com as pregações janguistas, há despreocupado o presidente da República, muito embora, cremos parte de uma premissa falsa, o sr. João Goulart, cuja assessoria não se deteve na apreciação dos fatos.

O pronunciamento do governante cearense, contrário ao adiamento da Convenção udenista, colocou-o, aparentemente, contra a candidatura Carlos Lacerda, muito embora, em todos os lances venha sempre o sr. Virgílio Távora enfatizando que “obedecerá a decisão partidária”.

Ninguém de bom senso pode negar que a UDN haverá de homologar, sem maiores entraves, a candidatura do governador da Guanabara. O Diretório Regional, o do Ceará, já ofereceu suas inclinações puramente lacerdistas. Implica em dizer, portanto, que o cel. Virgílio Távora vai se incorporar futuramente, ao antijango.

Querem as esquerdas provocar essa definição, envolvendo o chefe do Executivo em movimentos que o levem a hostilizar as esquerdas cearenses, negando, portanto, o janguismo anunciado com tanta ênfase.

O episódio dos transportes coletivos foi o primeiro teste, dum plano já elaborado e em andamento, no qual foram delineadas duas premissas: a primeira com o coroamento numa explosão popular contra o aumento, sem dúvida alguma extorsivo e inoportuno e a posterior solicitação de providências ao Governo Federal, através do Ministério Aberlado Jurema, com o fim de levar ao conhecimento do País, a inexistência da “ilha de paz e tranqüilidade”. Ou, no caso de qualquer medida violenta por parte do Governo, mostrá-lo ao presidente da República, como o “antipovo, antijango”.

A segunda, ficará condicionada ao comício “em prol das reformas de base”. Pedem o comparecimento do presidente da República, para garantir motivação maior para a presença de Virgílio Távora no “meeting”. A ausência do Chefe do Executivo seria a definição.

EXPLOSÕES

Caso o presidente não possa vir, pretendem desencadear violentas manifestações reformistas, que, pelas reações, acreditam, levarão Virgílio Távora à definição.

ENTRAVE

Acham, por outro lado, os “esquerdistas” que elementos colocados em postos chaves junto às repartições federais estão conciliando com o Governo do Estado, fato que impede ainda mais a desenvoltura do plano para definir o cel. Virgílio Távora, cujas posições, a despeito de “progressistas”, consideram apenas uma manobra mistificadora.

A publicação acima se constituía em forma de alerta e manifesto, uma vez que a direção do jornal sob a coordenação de pessoas vinculadas ao mundo religioso possuía visões diferenciadas daquelas pessoas que acreditavam haver mudanças para o país através da realização das *Reformas de Base*. A preocupação consistia na definição do posicionamento político do governador Virgílio Távora frente aos acontecimentos, ou melhor, diante das pressões sofridas por seus oponentes. De acordo com a fonte, as mobilizações esquerdistas cearenses tentavam pressionar Virgílio Távora em situações que o levasse a se posicionar a favor ou contra as propostas estabelecidas pelo presidente João Goulart. Pois, até então, na perspectiva das esquerdas o governador tinha convicções janguistas, mas seguia um caminho ambíguo: ele agia politicamente entre os diferentes espaços sociais, tanto em função dos interesses dos grupos esquerdistas como dos conservadores. Mas, segundo *O Nordeste*, o pronunciamento de Virgílio Távora em defesa de uma reforma agrária, aparentemente o deslocaria para um posicionamento janguista, conforme gostaria as esquerdas cearenses. Mas mesmo assim, elas desconfiavam desse posicionamento, considerando que o governador estava sendo oportunista, uma vez que sua orientação ideológica tinha traços conservadores. Na lógica das esquerdas cearenses, a atitude tomada por Virgílio Távora correspondia um caminho contrário às suas convicções políticas e ideológicas. Como tentativa de encobri-las criava um clima de paz e tranqüilidade. Portanto, este caminho foi seguido por Virgílio Távora até o golpe civil-militar encontrar bases para a sua consumação e, posteriormente, as diversas autoridades e os civis tomarem medidas que viabilizassem a legitimidade da intervenção militar e a instalação do Regime Militar.

Quando o golpe foi, de fato, efetivado, algumas autoridades políticas e militares cearenses, como Virgílio Távora, Aluísio Borba, Themístocles de Castro e Silva, Murilo Borges e alguns deputados estaduais recorreram ao espaço da imprensa para lançar suas adesões ao intervencionismo militar. Virgílio Távora, imediatamente fez uso desse instrumento de comunicação para lançar publicamente seu apoio aos militares na tentativa de desconstruir sua imagem de simpatizante ou aliado ao projeto reformista de João Goulart. Na maior parte dos jornais cearenses, podiam ser encontradas algumas notas oficiais, comunicados e mensagens enviadas pelo governador no propósito de conceder apoio ao movimento “revolucionário” como também se disponibilizando a adotar medidas que permitissem a consolidação do movimento no Ceará.

Com esses traços o *Correio do Ceará* informou, em 2 de abril de 1964, as ações de Virgílio Távora com o intuito de conduzir “o movimento revolucionário” no estado. O modo como a informação foi publicada reforçava e dava sentido para as ações tanto da direção do periódico como do governador, quando ele afirmava que já conhecia qual era o seu posicionamento político frente à nova situação do país. Na informação, Virgílio Távora, preocupado com a crise nacional, passa a construir socialmente um caminho favorável aos militares, necessitando da imprensa cearense como suporte para transmitir sua definição, ou melhor, sua adesão ao processo de consolidação do movimento conspirador do golpe. Como demonstração e prova da sua definição ideológica e política, ele tomava medida, em ação conjunta com o Aluísio Brígido Borba – Comandante da 10ª Região Militar, representando o movimento militar no Ceará para combater “a subversão comunista” e ambos estariam de prontidão “em defesa da democracia”. Assim, através da imprensa, Virgílio Távora, em pleno ápice do golpe e de exaltação às Forças Armadas, tem sua imagem constituída de governador “cearense em favor da ordem democrática e contra as iniciativas do golpe comunista, sob a inspiração do Governo Federal”¹²⁰.

Revela-se, agora, que o Governador Virgílio Távora, em telegrama endereçado ao Governador Ildo Menegheti, do Rio Grande do Sul, antes do movimento das Forças Armadas que terminou com a deposição do Presidente João Goulart, ofereceu a sua solidariedade à manifestação dos Governadores democratas contra a indisciplina e a subversão das Forças Armadas.

Adianta-se que os jornais do Rio, em suas edições de ontem, publicaram, com destaque, a decisão do Chefe do Executivo cearense em favor da ordem democrática e contra as iniciativas do golpe comunista, sob a inspiração do Governo Federal.

REPERCUSSÃO

Essa notícia, como se vê, está fadada a ter repercussão, uma vez que somente agora é divulgada, mesmo se conhecendo, através de seus últimos pronunciamentos e de

¹²⁰ Jornal Correio do Ceará, 2 de abril de 1964.

medidas adotadas em consonância com IV Exército (10ª Região Militar), em defesa da democracia e contra a subversão comunista.

A divulgação da notícia, após o golpe, servia como instrumento legitimador das posições políticas tomadas pelo governador Virgílio Távora, favorável a intervenção militar. Do mesmo modo, caracterizava-se como meio de constituir uma opinião pública a respeito de como o governador deveria ser visto diante dos desdobramentos dos acontecimentos nacionais e seus reflexos no Ceará. Becker (2003) considera que a opinião pública é um fenômeno em que os homens se manifestam através das mentalidades frente aos acontecimentos vividos. Ele argumenta que a opinião pública possui papel essencial no processo histórico, a qual se torna uma via estratégica utilizada por determinados grupos na tentativa de conduzir os acontecimentos nas direções desejadas. Neste sentido, o *Correio do Ceará* constitui-se como um veículo que auxilia os grupos políticos cearenses na produção ou fabricação de uma ideia ou opinião acerca dos seus posicionamentos políticos adotados frente aos desdobramentos do golpe civil-militar de 1964 no Ceará.

Neste sentido, o acontecimento do golpe teve um papel preponderante na reorganização ou reagrupamentos de líderes civis e militares nos primeiros meses após o dia 31 de março de 1964. No caso de Virgílio Távora, temos uma demonstração do seu posicionamento político reagindo imediatamente após “um acontecimento preciso e num momento estritamente delimitado”¹²¹. É, portanto, uma ação que visava se transformar numa opinião pública sendo disseminada pela imprensa cearense.

A notícia servia também como uma estratégia que permitisse estabelecer uma coerência das ações e dos posicionamentos adotados pelo governador cearense. A coerência estava baseada na ideia de que as atitudes feitas por Virgílio Távora não se caracterizavam em decisões de última hora ou de alguns condicionamentos que o impeliram a tomar determinadas ações, mas em ações já traçadas antes mesmo da articulação militar e sua consolidação. Como evidência do posicionamento de Virgílio Távora, o *Correio do Ceará* afirmava que a postura adotada pelo governador cearense já era conhecida pelos governadores de outros estados brasileiros, certamente governadores que integravam o grupo conspiratório do golpe. Como visibilidade interna, ou seja, no Ceará, o governador a partir de agora agiria e tomaria medidas em favor do movimento militar.

Uma das primeiras medidas adotadas pelas autoridades políticas e militares no Ceará era conter as manifestações e realizações de comícios em defesa do ex-presidente João

¹²¹ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 191.

Goulart. Na ótica conservadora, tais manifestações se caracterizavam como sinalização do perigo comunista diante do movimento levantado no estado com intuito de garantir a ordem pública e a segurança. A aceitação das manifestações em apoio ao ex-presidente João Goulart tornaria uma evidência ou inclinação ideológica de Virgílio Távora aos comunistas. Entretanto, a medida encontrada por ele juntamente com o comandante Aluísio Brígido Borba, significava uma forma de retirar qualquer desconfiança quanto às posições políticas frente ao movimento militar instaurado. Era também uma demonstração da articulação em prol da legitimação do golpe pela elite cearense, que estava no poder, que possuía em sua maioria uma formação militar. O ato de conter a presença de manifestantes nos espaços públicos constituía uma forma de construção social da imagem pública das autoridades em alinhamento ao comando “revolucionário”. Em 1º de abril de 1964, o *Correio do Ceará* publicava uma notícia da ação conjunta entre civis e militares para garantir a “normalidade”.

Apesar da natural expectativa do povo face aos acontecimentos político-militares desenrolados no sul do País, a situação em Fortaleza se apresenta calma. As autoridades civis e militares adotaram várias providências, como medida de segurança, visando a manter o estado de tranqüilidade. Somente nos setores sindicais surgem alguns dos sintomas de inquietação, registrando-se apenas a paralisação, a partir das 22 horas de ontem, das atividades por iniciativa dos ferroviários. Nas ruas, alguns pelotões da Polícia Militar realizaram na Rede de Viação Cearense, a partir da manhã de hoje, trabalhos de vigilância, especialmente nas praças públicas.

Em nota oficial, “assinada pelo Governador Virgílio Távora e pelo Comandante da 10ª Região Militar”, as autoridades pretendiam constituir um estado de “normalidade” e segurança no “território cearense”. Portanto, descaracterizando a força política das mobilizações esquerdistas no estado e reforçando publicamente a imagem de que no Ceará, tanto as autoridades e quanto a população tinham identificações com o movimento militar. De fato, uma parcela das autoridades e líderes políticos vai neste novo momento buscar o alinhamento político favorável à consolidação do golpe. As autoridades em questão, portanto, estão desempenhando ações em obediência ao “Comando Revolucionário”. Havia uma preocupação em manter a ordem em sintonia com o prescrito pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN)¹²².

¹²² Bruno Bueno (2014) descreve que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi formulada durante o contexto da bipolaridade da Guerra Fria, quando o mundo estava dividido em dois blocos: os EUA como representante do capitalismo e a URSS do socialismo. A DSN adquiriu a formação de duas vertentes, a norte-americana e a francesa. Conforme indica Bruno Bueno, nos Estados Unidos, a *National War College* elaborou uma linha política para que este país atuasse junto aos demais, cooptando governos e forças armadas em todas as Américas. A DSN norte-americana possuía três aspectos fundamentais para sua concretização: o econômico – tendo em vista uma preocupação com a expansão do imperialismo pós-segunda Guerra Mundial; o político – voltada para o estabelecimento de relações entre os Estados nacionais, sobretudo, os da América Latina, que por suas

Analisando o Manual Básico da Escola Superior de Guerra ¹²³, que traça as bases da DSN, Maria Helena Alves (2005) afirma que dentro dele estava explicitado uma preocupação com a guerra revolucionária, compreendida como “subversão interna”, “vinculada à infiltração comunista e a iniciativas indiretas por parte do comunismo internacional, controlado pela União Soviética” ¹²⁴. Ainda de acordo com a autora, no contexto da Guerra Fria, no cenário latino-americano, a guerra revolucionária assumia formas psicológicas e indiretas e na tentativa de contê-las era necessário um aparato eficiente, baseado num método especial de propaganda psicológica e controle ideológico. Mas, para que isso pudesse surtir efeito, era necessário identificar o “*público alvo*” os quais eram definidos em dois grupos: primeiramente, o “*público interno*”, composto por “militares da ativa e da reserva ou civis que trabalham em Ministérios militares, como a Polícia Militar e outras forças paramilitares”. Em seguida, o “*público externo*”, identificados como “os estudantes, líderes sindicais, meios de comunicação impressos e eletrônicos, grupos sociais influentes, como os intelectuais, profissionais, artistas e membros de diferentes ordens religiosas” ¹²⁵. Com o objetivo de promover “a segurança nacional”, o Manual da ESG prescrevia algumas

características sociais e econômicas, tornar-se-iam mais suscetíveis à ideologia socialista; e a ideológica – como elemento fundamental para justificar e encontrar legitimidade para ações a serem desempenhadas, por mais repressivas ou autoritárias que fossem. Simões Fernandes (2009) enfatiza que o *National War College*, fundado em 1946, teve como principal objetivo desenvolver uma doutrina direcionada ao estudo e aperfeiçoamento da política externa norte-americana em torno da Guerra Fria. O *National War College* serviu de inspiração para a formulação das escolas militares na América Latina. No caso do Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG) foi formada tomando como embasamento e modelo o *National War College*. De acordo com Simões Fernandes, a ESG passou por dois momentos de criação: o primeiro, no ano de 1948, tendo como principal ação voltada para o curso Alto Comando, interessante aos generais, coronéis e oficiais das três armas. O segundo, em 1949, quando a instituição constituiu um projeto direcionado a Segurança Nacional. De acordo com as informações fornecidas por Simões Fernandes (2009, p.842), “entre 1950 e 1967, quase 50% dos graduados na escola militar eram civis. Após o golpe de Estado em 1964, vários alunos da Escola ocuparam cargos nas instituições políticas e econômicas”. Um elemento fundamental para a formação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), especialmente no Brasil, foi o debate em torno da questão geopolítica. A geopolítica para o Brasil consistia em três objetivos: “ocupação de um território imenso e praticamente vazio, a expansão na América do Sul em direção ao Pacífico e ao Atlântico Sul e a formação de uma potência mundial”. (Comblin, 1980, p.28 apud BUENO, 2014, p. 50).

¹²³ O Manual Básico era um documento oficial no qual expressava os principais valores, princípios e orientações pertencentes à Escola Superior de Guerra – ESG. O Manual Básico servia como um instrumento de doutrinação nos cursos de formação tanto para civis como militares, ingressados na ESG, uma vez que o mesmo continha as bases doutrinárias a respeito da segurança nacional. Deste modo, conforme afirma Crestani (2011, p.03) “a ESG funcionava como um pólo teorizador da” Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, “promovendo conferências, seminários, debates e cursos por todo o país, levando os princípios e doutrinas da ESG, dedicando-se exclusivamente à discussão da “doutrina de segurança interna”. Ainda segundo Crestani (2011, p.04) o objetivo principal da Política de Segurança Nacional era promover o “pleno controle do poder do Estado, centralizando no Executivo e situando em posições-chaves do governo os elementos à rede de informação e à programação da Política de Segurança Interna”. O principal idealizador da Doutrina Segurança Nacional no Brasil foi o general Goubery do Couto e Silva, formulando os principais elementos que construiriam as bases do estado autoritário brasileiro. O mesmo acreditava que o Brasil se tornaria uma potência econômica, aliada aos Estados Unidos, devido a posição geográfica e seu potencial, por ser um território rico em recursos naturais.

¹²⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil: 1964-184. Bauru: São Paulo, Edusc, 2005, p.45.

¹²⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil: 1964-184. Bauru: São Paulo, Edusc, 2005, p. 47.

estratégias, uma delas era a estratégia psicossocial que correspondia ao controle das “instituições da sociedade civil como: a família, escolas, universidades, os meios de comunicação de massas, sindicatos, a Igreja”¹²⁶ e etc.

No Ceará, não eram apenas as lideranças masculinas que executavam ações políticas, marchando na consolidação do golpe civil-militar de 1964. No novo cenário político, uma das entidades a se preocupar com essa questão também no pós-Golpe foi o *Movimento Cívico da Mulher Cearense*. A entidade passa a agir tomando a ideia de segurança nacional para auxiliar na consolidação do “movimento revolucionário” visando ações e medidas que contribuíssem para o estado da normalidade da situação política e econômica do país. A medida incentivada pela entidade visava conter as insatisfações da população e por esta razão, a ação fazia sentido no processo de saneamento do país e das instituições contra aquilo que elas consideravam ser o maior inimigo: o comunismo. O apelo da entidade ganhava o tom de exortação, vigilância e cobrança destinado aos “associados, industriais, agricultores e a todos os comerciantes”. O *Movimento Cívico da Mulher Cearense* afirmava claramente na imprensa que suas ações obedeciam a um objetivo geral naquele momento, “certas da oportunidade deste justo apelo que exige sacrifícios de todos quantos estão interessados em descomunizar o Brasil”¹²⁷.

Antes mesmo do *Movimento Cívico da Mulher Cearense* realizar o apelo às classes produtoras para a cooperação e colaboração aos militares, várias representações comerciais estiveram preenchendo alguns espaços na imprensa cearense demonstrando apoio ao movimento instaurado no dia 31 de março de 1964. Um claro exemplo é o caso da matéria divulgada pelo jornal *Correio do Ceará* em 2 de abril de 1964, quando as classes produtoras cearenses lançaram apoio e solidariedade ao governador Virgílio Távora e ao comandante Aluisio Brígido Borba, da 10 Região Militar, representando “o movimento revolucionário” no Ceará. De acordo com a matéria do *Correio do Ceará* o posicionamento dos produtores comerciais cearenses tinha duas medidas importantes a serem realizadas naquele momento: “solidarizar-se com o Governo do Estado e a guarnição Federal sediada em nosso Estado”, dando como referência para a situação vivida uma tentativa de rearranjo político como estratégia de sobrevivência as implicações do momento. O encontro realizado, nas páginas de jornais, entre as várias autoridades e lideranças constitui-se em forma de agregação de forças para conduzir a situação enfrentada através da elaboração de acordos traçados para garantir a sobrevivência na nova realidade. Tal preocupação será justificada por membros do grupo

¹²⁶ Ibidem, p. 53.

¹²⁷ Jornal *O Povo*, 10 de abril de 1964.

colaboradores e pela inteira disposição de ações favoráveis ao governador e ao comandante da 10ª Região Militar, sendo eles os principais articuladores da condução do grupo de adesão ao golpe. Importante salientar que as relações entre setores produtivos e as forças armadas era explícita. José Ramos Torres de Melo, presidente da Federação das Associações do Comércio e Indústria do Ceará, possuía formação militar, o seu irmão Torres de Melo era general do Exército e era um dos apoiadores do golpe no Ceará.

As Classes Produtoras representadas por todas as entidades da Indústria e Comércio cearenses estiveram em reunião permanente desde as primeiras horas da crise nacional, tendo como medida preliminar, decidido solidarizar-se com o Governo do Estado e a guarnição Federal sediada em nosso Estado. Ontem mesmo, através de uma comissão, os Presidentes de todas as entidades de classe compareceram à residência do Governador e ao Quartel da 10ª Região Militar, para comunicar a proclamação que lançaram através da Imprensa falada e escrita, e como também ficar a inteira disposição das autoridades para qualquer cooperação que fosse solicitada naquela emergência ¹²⁸.

Segundo notícia publicada, no *Correio do Ceará*, a reunião realizada no dia 1º de abril de 1964 contou com duas comissões: a comissão presente na casa do governador Virgílio Távora representada pelo líder Torres de Melo que além de empresário, era militar e representante do diretório municipal da UDN, partido que em nível nacional foi responsável também pela conspiração contra João Goulart; e uma comissão na residência do comandante Aluisio Brígido Borba ¹²⁹ ficou sob a responsabilidade do José Afonso Sancho ¹³⁰. No encontro entre as diversas autoridades e classes produtoras foram definidas algumas medidas de colaboração ao movimento militar. Primeiramente, os produtores lançam publicamente a adesão à intervenção militar, saudando as autoridades sediadas no Ceará. Por outro lado, a adesão demonstrada não se restringia apenas em discurso, mas tomava fôlego em ações que se somavam a tantas outras naquela nova realidade política brasileira. Como processo de construção social do novo regime instituído, as representações das classes produtoras deixaram claro no encontro realizado que estariam “a inteira disposição das autoridades para

¹²⁸ *Jornal Correio do Ceará*, 2 de abril de 1964.

¹²⁹ Aluísio Brígido Borba, era natural de Fortaleza, nasceu em 01 de junho de 1908. Foi estudante do Liceu do Ceará, depois prosseguiu os estudos no Colégio Militar do Ceará, possuindo formação de Engenheiro Agrimensor em 1928. No ano de 1959, Aluísio Brígido Borba foi empossado como Comandante da Polícia Militar do Ceará e em 1964, assume o comando da 10ª Região Militar de Fortaleza, assumindo o posto no lugar do general Almério de Castro Neves. Em 1966, Aluísio Brígido Borba recebe a Medalha da Ordem do Mérito Militar pelas mãos do presidente Humberto Castelo Branco.

¹³⁰ José Afonso Sancho era natural de Massapê, nasceu em 27 de abril de 1922. Ele era agropecuarista, “foi fundador e diretor, por várias vezes, da União das Classes Produtoras do Ceará, diretor da *Gazeta de Notícias*, sócio-proprietário do jornal *Tribuna do Ceará*, diretor do Banco Popular de Fortaleza e da Federação das Associações do Comércio e Indústria Agropecuária do Estado do Ceará”. Ele foi também senador da República entre 1987 a 1991. (Informações extraídas da monografia de Roberta Kelly Santos Maia – “O Dono do Terreiro”: o jornalista, político e professor Luiz Campos). Trabalho apresentado ao curso de Comunicação Social – UFC.

qualquer cooperação que fosse solicitada naquela emergência”. Aluísio Brígido Borba assume a função de comandante da 10ª Região Militar exatamente poucos dias após a consumação do golpe, ocupando a vaga que antes era ocupada pelo general Almério de Castro Neves que fora retirado por conta de suas funções por defender o governo Jango e assim, alguns militares em Fortaleza também foram presos por serem considerados “subversivos”. Aluísio Borba entra como peça fundamental na articulação do grupo em prol do movimento militar, passando a desempenhar ações autoritárias, e estas ações serão, portanto, posteriormente homenageadas pelo então presidente Humberto Castelo Branco que lhe entregará uma medalha de mérito.

Tanto civis e quanto militares necessitaram nesse momento de rapidez nas ações para sair das desconfianças de que não eram simpatizantes do governo João Goulart e nem defensores do projeto reformista-nacionalista. Era um momento também de demonstração de que as forças militares no Ceará não haviam aderido a indisciplina provocada pelo presidente Jango. Como Virgílio Távora carrega ainda uma imagem de político indefinido na perspectiva das esquerdas no Ceará, esse era um momento propício para que houvesse o auxílio de militares ao seu governo tornando-o visível como defensor da ordem, da disciplina e “dos princípios democráticos”, fato confirmado já anteriormente quando o governador recorreu à imprensa quando pretendia dar visibilidade a sua demonstração pública.

As autoridades presentes ao ato, políticas e militares, “agradeceram a pronta solidariedade dos homens da produção” em união “ao movimento contra o comunismo”. Elas garantiram aos líderes dos produtores cearenses que “os baderneiros seriam reprimidos à altura a exemplo do que tem ocorridos em outros momentos”¹³¹. Poucos dias após esse encontro, em 5 de abril de 1964, as aludidas lideranças e autoridades estiveram unidas em saudação religiosa à intervenção militar, na Catedral Metropolitana de Fortaleza – Igreja da Sé. Ao ato religioso estiveram presentes o governador Virgílio Távora e esposa, o deputado Mauro Benevides e esposa, o vice-governador Figueiredo Correia, o prefeito de Fortaleza Murilo Borges, o coronel Aluísio Brígido Borba, o capitão Audízio Pombo, o presidente da União das Classes Produtoras – José Afonso Sancho, o presidente da Federação do Comércio do Ceará – Clovis Arrais Maia e representações das Forças Armadas e do Corpo de Bombeiros no Ceará.

De acordo com o que foi publicado no jornal *Correio do Ceará*, em 06 de abril de 1964, a cerimônia religiosa, de cunho congratulatório, que pretendia obter receptividade e saudação popular ao ato intervencionista dos militares, na deposição de João Goulart da

¹³¹Jornal *Correio do Ceará*, 2 de abril de 1964.

presidência da República, teve a “iniciativa do Movimento Cívico da Mulher Cearense, tendo à frente a Primeira Dama do Estado, D. Luiza Távora”, sendo “celebrada às 17:30 horas de ontem, na Catedral da Sé em construção, Missa de Ação de Graças em homenagem às Forças Armadas”. De fato, enquanto as lideranças masculinas realizavam seus acordos e alianças quanto aos posicionamentos políticos na nova situação do país, as mulheres de classe média e alta tomavam iniciativas de mobilização da população cearense, levando-as ao reconhecimento das ações militares, efetivadas no dia 31 de março de 1964. A maior parte das decisões, de acordo com o narrado pelos jornais, foi firmada na residência do governador Virgílio Távora.

Como resposta aos apelos e as demandas das articulações do Movimento Cívico da Mulher Cearense, algumas notas oficiais de representações e instituições comerciais foram divulgadas pelos jornais cearenses. Nelas, as respostas dadas pelos representantes comerciais objetivam dar visibilidade às suas posições políticas e convicções ao momento vivido. Como também, eram uma tentativa de dar coerência as ações a serem desempenhadas no processo de legitimação e consolidação do “movimento revolucionário”.

2.6 O Golpe, as marchas e os rearranjos políticos na imprensa.

Num curto espaço de tempo (1961 – 1964) encontramos mudanças no comportamento da imprensa cearense, segundo a forma como os acontecimentos se desenrolavam e construía as movimentações que levaram ao Golpe de 1964. No tocante a renúncia do presidente Jânio Quadros e a posse do João Goulart uma parte dos jornais cearenses como *Gazeta de Notícias*, *Correio do Ceará* e *O Nordeste* se posicionaram em defesa “da legalidade”, “da constituição” e “dos princípios democráticos”. O apoio advindo da imprensa à posse de Jango à presidência da República não indica necessariamente uma afinidade com as posições políticas e ideológicas dele, mas este comportamento se deve a uma decisão política, rotulada como sendo favorável ao cumprimento “dos princípios democráticos”, como bem demonstra o jornal *Gazeta de Notícias*, onde certos setores da sociedade afirmavam ter a confiança no respeito aos “direitos constitucionais e legais”. Este aspecto, da ação política exercida pela imprensa como forma de demonstração pública em sintonia ao movimento “legalista”, como cumprimento da lei, da Constituição, reflete uma ideia bastante pertinente e característica de alguns grupos políticos que desempenhavam papéis, acreditando estar contribuindo para “o fortalecimento da democracia”. Portanto,

podemos compreender que determinados grupos políticos se utilizaram do termo democracia, adaptando-o conforme os seus pensamentos, crenças e valores.

Corroborando com este aspecto, Cordeiro (2009) afirma que o “autoritarismo aliado a um sentimento de repulsa ao comunismo, e uma definição de “legalismo” e democracia que somente fazem sentido em oposição ao comunismo” são traços característicos de uma cultura política compartilhada por expressivos segmentos da sociedade brasileira, a qual num tempo histórico específico construiu um caminho de apoio e sustentação do regime militar. Assim, podemos compreender que o termo democracia possuía significados diferenciados, dependendo de qual grupo político estava vinculado. Para as esquerdas brasileiras, segundo Toledo, até os anos 1960, a “democracia aparecia subordinada ou de importância secundária na reflexão teórica e na luta ideológica desses tempos”. Havia a crença de que a “democracia política apenas teria sentido e relevância para as grandes massas trabalhadoras a partir do momento em que as suas reivindicações básicas e imediatas fossem amplamente atendidas”¹³². A democracia política possibilitaria e seria necessária para que pudesse ser efetivada a democracia social e econômica.

Refletindo aspectos de como certos grupos compreendiam estar se posicionando de modo favorável a “democracia”, pode-se mencionar como exemplificação a divulgação do jornal *Gazeta de Notícias* que pretendia dar esclarecimento a respeito do momento vivido, ao afirmar que:

Entretanto, sejam quais forem os motivos verdadeiros da renúncia do sr. Jânio Quadros, não é tempo de perder a confiança na democracia brasileira. O Brasil, apesar dos percalços, é uma nação cada vez mais amadurecida, possuidor de uma economia em ascensão, com um povo que cresce em maturidade política. Não é mais o campo favorável a aventuras golpistas, típicas de republiquetas. Nossas forças armadas possuem uma tradição democrática e por mais de uma vez, já garantiram a nossa ordem política. Não é o momento de desesperar. Nosso país tem um papel definido na história e reação alguma o impedirá de cumprir o seu destino¹³³.

Como se observa acima surge no Brasil um movimento em “*Rede da Legalidade*”, objetivando a defesa da posse do vice-presidente João Goulart ao cargo de Presidente da República, lugar renunciado por Jânio Quadros. A “Rede da Legalidade” foi um movimento organizado por Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, em 27 de agosto de 1961, possuindo uma “influência decisiva na tomada de posição da população em favor da continuidade

¹³² TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? Disponível no site: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo285CM_1.3.pdf

¹³³ Jornal *Gazeta de Notícias*, 26 de agosto de 1961. Página 03.

democrática”¹³⁴. “A Rede da Legalidade contava com mais de 200 emissoras de rádio em todo o país” e através da sede do governo estadual gaúcho, eram transmitidas “marchas militares, conclamações, apelos e informações”¹³⁵ sobre os acordos políticos firmados entre os poderes: Congresso e militares. No Ceará, o movimento em prol da legalidade tinha seus ideais difundidos pela Rádio Dragão do Mar, situada em Fortaleza, pertencente ao empresário Moisés Pimentel¹³⁶. A programação era retransmitida no território cearense sob a coordenação do jornalista e deputado estadual Blanchard Girão¹³⁷. A solução encontrada pelos opositores deu-se através da aprovação de uma emenda constitucional que garantia a ocupação de Jango ao cargo de Presidente da República em detrimento da substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo, e assim, reduzia os poderes do chefe da nação brasileira.

Motta (2002) enfatiza que “a manobra parlamentarista teve o efeito de apaziguar a crise e evitar o confronto aberto, mas não desmobilizou os conservadores e anticomunistas”¹³⁸. Isso significava segundo ele, que em momentos posteriores de situações políticas com supostas inclinações ao comunismo os seus opositores se arregimentariam, e de fato, foi o que o país presenciou durante os dias seguidos após o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964. Cordeiro (2009) analisa que a decisão parlamentarista expressava “já uma vitória dos setores liberais conservadores, que embora não tivessem conseguido impedir a posse” de João Goulart, “também não cederam às reivindicações”¹³⁹ do movimento em torno da causa legalista e democrática.

Segundo Reis (2004), as forças políticas que compunham as esquerdas brasileiras, nesse momento, firmavam posições de defesa da legalidade, da democracia e da constituição, posicionamento que será metamorfoseado em ofensiva através da apresentação das reformas de base, em 1964. Após o Comício da Central do Brasil, as forças políticas opositoras a

¹³⁴ ABREU, Alzira Alves. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006, p. 113.

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ Moisés Santiago Pimentel nasceu em 1909, na cidade de Independência. Ele foi fundador presidente da União das Classes Produtoras do Estado do Ceará. Foi eleito pela primeira vez como deputado federal em 1962 pelo Partido do Trabalhismo Brasileiro – PTB e o seu retorno à vida política somente ocorrerá após o processo de redemocratização do Brasil, sendo deputado federal pela segunda em 1982 pelo PMDB.

¹³⁷ Blanchard Girão nasceu em Acaraú – CE, 1929. Ainda criança foi morar em Fortaleza pra realizar seus estudos e em 1954 formou-se em Letras Neo-Latinas pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará. No ano de 1958, Blanchard Girão graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Ainda em 1944, ele teve uma importante participação na imprensa escrita do Ceará, sendo redator-secretário dos periódicos, Gazeta de Notícias e Jornal da Manhã e editor-chefe do jornal O Povo. O mesmo também foi diretor da rádio Dragão do Mar.

¹³⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo, Perspectiva, FAPESP, 2002, p. 235.

¹³⁹ CORDEIRO, Janaina Martins. Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009, p. 58.

João Goulart passaram a ocupar a posição de “defesa da legalidade e da ordem democrática”, “justificando o golpe como um último recurso para *salvar* a democracia”¹⁴⁰. Enquanto isso, as forças conservadoras acusavam o governo João Goulart de tentar ferir a Carta Magna através das propostas reformistas.

A respeito da mobilização conservadora contra Jango, Reis (2004) afirma que “as direitas, amplamente derrotadas em agosto de 1961, cedo se rearticularam. De início de forma lenta, ainda confusas e desorientadas, pouco a pouco, ganhando ritmo e vigor”¹⁴¹. O que percebemos ao analisar a imprensa cearense é que nem todos os anti-Jango de 1964, por meio da adesão do golpe da colaboração ao novo governo e ao novo regime em torno da realização das “Marchas da Vitória” no Ceará, foram os opositores da posse de Jango e da manutenção do regime democrático em 1961, do retorno ao presidencialismo em 1963 e das reformas de base em 1964. Como veremos no decorrer do trabalho, uma ampla parcela da sociedade cearense que, em 1964, dizia-se a favor da intervenção militar, era em anos anteriores, como em 1961, a favor da posse de João Goulart como forma de respeito aos princípios democráticos, em 1963 no retorno ao presidencialismo através do plebiscito, ganhando característica de escolha popular e por lideranças políticas influentes que agora em 1964 ficaram conhecidos como “conservadores”.

Além desse problema, veremos que para muitos os fatos relacionados à posse de Jango não representaram uma derrota, como afirma Reis, mas a expressão de uma vitória em manutenção da democracia. Muitos do que estavam, em 1964, em acordo com Carlos Lacerda¹⁴², em 1961 o viam como o grande causador da crise política nacional três anos depois. Tais questões indicam que algumas lideranças, diretores de jornais e parte da sociedade se moviam em direção ao poder constituído em cada momento histórico, criando estratégias de sobrevivência em sua sombra, hipótese que se pretende discutir neste trabalho.

Seguindo os passos da grande imprensa nacional, posicionando-se a favor do movimento “Rede da Legalidade”, o jornal *Gazeta de Notícias* abre espaço para publicar

¹⁴⁰ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004). Bauru: São Paulo, Edusc, 2004, p. 39.

¹⁴¹ Ibidem, p. 37.

¹⁴² Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu no Rio de Janeiro, em 1914. Ele era filho de Maurício Paiva de Lacerda e de Olga Werneck de Lacerda. Iniciou sua vida profissional escrevendo artigos para o jornal Diários de Notícias. Foi membro da criação da Aliança Nacional Libertadora – ANL. Em 1947, Lacerda foi eleito vereador pela União Democrática Nacional – UDN, Distrito Federal e em 1959 articulou para a criação do jornal Tribuna da Imprensa, servindo como porta-voz do partido e como instrumento de combate aos seus opositores, em especial, os presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Em 1964 Carlos Lacerda participou da reunião, da qual o grupo de conspiradores do golpe decide apoiar a escolha do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência do Brasil, vindo depois a se distanciar do movimento militar por ter suas pretensões políticas interrompidas pelo regime militar.

algumas matérias sobre esse momento. Entre os dias 9 e 10 de setembro de 1961, a *Gazeta de Notícias* publica uma notícia favorável à posse de João Goulart e ao movimento intitulado “Rede da Legalidade”. Na edição do jornal de 10 de setembro de 1961 na página 3, com o título da matéria bastante eloquente “JOÃO GOULART SALVOU O BRASIL DA CATASTROFE”, de autoria de Jonas Carlos da Silva, percebemos que a abertura para a divulgação de informações em periódicos cearenses contendo esse tipo de abordagem representa o alinhamento de alguns jornais cearenses como *Gazeta de Notícias* e o *Correio do Ceará* em defesa de João Goulart e da legalidade constitucional. Na passagem abaixo encontraremos uma matéria destinada ao apoio à posse de João Goulart na presidência do Brasil, vinda de um jornalista que se identificava com as suas propostas. Isso representa que no Ceará boa parte das instituições, entidades, imprensa escrita e radiofônica havia pessoas que se posicionavam favoravelmente a posse de Jango. O fato da *Gazeta de Notícias* defender João Goulart representa que nesse espaço social os membros compartilhavam de interesses semelhantes.

Dentro da politicagem, não somos filiados a partido algum, mas, no sentido sadio da verdadeira política, embora houvesse surgido dúvidas sobre as ideologias do Presidente Nacional, pertencemos ao PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. A Justiça Divina tarda, mas não falta. Esta crise política, uma das mais perigosas que a história de nossa Pátria já registrou, originada da politiquice e do impatriotismo de alguns brasileiros veio demonstrar ao nosso povo que S. Excia., o Dr. João Goulart, é um verdadeiro patriota e não um adepto do comunismo, como foi injustamente taxado. Mercê da Providência e graças ao patriotismo e ao coração humanitário de S. Excia., o nosso sangue, não está sendo imbevido pela terra. Não fora a magnitude de seu coração, o seu alto patriotismo, o Brasil já estaria mergulhado na guerra civil. E somente Deus, com a sua divindade, poderia evitar a tomada do poder plena força. No entanto, S. Excia., o Dr. João Goulart, para não ver o sangue de seus irmãos correr pelo solo pátrio, adaptou-se a uma forma de governo que julgamos inconstitucional, arcaica e contrária a todos os nossos princípios democráticos. Francamente, quando vimos a arrojada Excia., Dr. Leonel Brizola, seu cunhado e Governador do Estado do Rio Grande do Sul, pensávamos que o Presidente de nosso Partido queira tomar o poder pela força para melhor aplicar a ideologia de julgavam ser ele possuidor. Verificando que o perigo era iminente, sem perda de tempo, apelamos para os Srs. Militares, através de uma mensagem para que eles, responsáveis pela manutenção da ordem nacional, salvassem o Brasil da catástrofe. Mas, infelizmente, no desenrolar dos acontecimentos, com muita tristeza, podemos observar que os nossos militares estavam divididos, e quem salvou o Brasil da calamidade foi o elevado patriotismo do Sr. Dr. João Goulart. Portanto, d’ora avante, Sua Excelência deve merecer toda confiança dos brasileiros bem intencionados, por este gesto de altíssima humanidade. Diante de uma demonstração insofismável do alto espírito de patriotismo do novo Presidente da República, cabe agora aos chefes das Forças Armadas e aos homens de bem do País, deixar a politicagem unir-se em torno do nome de S. Excia., Dr. João Goulart, porque, se ele sozinho, com certeza pensando nos destinos da Nação, salvou o Brasil da calamidade, poderá, também, ajudado pelos verdadeiros patriotas do nosso País, salvá-lo das garras dos dois mais perigosos imperialismos, que são o Americano e o Russo, levando por conseguinte, a nossa Pátria à alta determinação com seus próprios recursos. De nossa parte, se S. Excia., Dr. João Goulart, aceitar a nossa colaboração ao seu governo, independentemente de cargo ou posição, vamos

elaborar os planos que tínhamos oferecido aos Srs. Drs. Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros e passá-los-emos às vossas mãos. Asseguramos a todos os brasileiros que, se S. Excia, os aplicar, dentro de pouco tempo, tirará a Nação da fome e encaminhará o País ao seu rumo certo, proporcionando ao povo a sua maior aspiração, que é ver a nossa Pátria política, social e economicamente independente.

Um dia após a posse do presidente João Goulart, a *Gazeta de Notícias* abriu espaço para a divulgação de informações a favor do novo governo instituído, o que exatamente já vinha fazendo quando Jânio Quadros tinha deixado a presidência da república. No trecho citado encontramos definições do posicionamento político do jornal em apoio a Jango quando publicou em caixa alta no centro da página 3 o título “JOÃO GOULART SALVOU O BRASIL DA CATASTROFE”. O texto redigido apresenta ao público leitor do período a constituição do perfil político para João Goulart, sendo agora compreendido como um homem de “alto espírito de patriotismo” e que “salvou o Brasil da calamidade”. O perfil que agora é apresentado a todos a respeito de João Goulart representava uma demonstração do lado desconhecido sobre ele, ou seja, naquele momento suas atitudes e comportamentos não demonstravam nenhuma desconfiança da ligação com o comunismo. Jango ganha visibilidade como um homem patriótico, defensor da normalidade, da constituição e da democracia. Seus oponentes são concebidos como os causadores da crise político-nacional. Esse tipo de pensamento apresentado no trecho citado permitia desconstruir algumas concepções que se faziam ao novo presidente, quando era tido como simpatizante das ideologias contrárias aos “princípios democráticos”. As supostas concepções são momentaneamente desfeitas ao afirmar que agora ele “é um verdadeiro patriota e não um adepto do comunismo, como foi injustamente taxado”.

No Ceará, algumas lideranças importantes consideraram a instituição do parlamentarismo como uma vitória, ao contrário do que foi afirmado por Reis (2004), que para as direitas reinava um pensamento de derrota. O diretor do jornal *Gazeta de Notícias*, Dorian Sampaio, jornalista e deputado estadual eleito em outubro de 1962, afirmava na mesma página da edição de 10 de setembro de 1961 que o fato do país está agora vivendo no parlamentarismo “não é para lamentar”. Ao contrário, dever-se-ia “regozijar”, pois o impasse teria sido resolvido “sem derramar sangue” e o que realmente ocorreu foi uma “revolução”, “uma nova batalha de Itararé”. Entendendo a posse de João Goulart como uma vitória democrática, a *Gazeta de notícias*, de 09 de setembro de 1961, publica uma matéria da autoria de J. Arabá Matos que dizia o seguinte:

O maior movimento de opinião pública já registrado na história do Brasil acaba de marcar uma vitória consagrada, com o recuo dos golpistas, coroando-se, finalmente, com a posse na Presidência da República, do Sr. João Goulart, eleito

livremente pelo povo no último pleito. Aí está uma autêntica vitória da Constituição e das instituições do regime já tantas vezes mutiladas. Eis, pois, um sinal do revigoreamento da vontade popular. Temos demonstrado, com isso, se não um verdadeiro amadurecimento político, pelo menos alguns passos para a evolução de uma mentalidade que se confinava nos limites entre os interesses das cúpulas de mando e as inseqüências delas quarteladas. A resistência do espírito democrático, venceu, em toda linha, a reação contra a legalidade e a Constituição. Foi uma vitória patriótica.

Segundo as afirmações descritas acima, a posse de Jango ganha repercussão na imprensa como demonstração de um apelo popular, de respeito à Constituição de 1946 e da preservação dos “princípios democráticos”. “A resistência do espírito democrático”, como enfatiza a matéria publicada, “venceu, em toda linha, a reação contra a legalidade e a Constituição”. Esta mesma imprensa abre espaço para tratar também daqueles que estavam colocando em risco a Constituição, posicionando-se cada vez mais ao lado do governo de João Goulart. Ainda na edição do dia 10 de setembro de 1961, na capa do Jornal *Gazeta de Notícias*, encontramos uma matéria escrita com a seguinte manchete: ““REDE DA LEGALIDADE” DOS ESTUDANTES: A PASSEATA E ENTERRO DE LACERDA”. A divulgação tratava-se de um protesto a ser realizado em Fortaleza pelos estudantes contra a medida parlamentarista.

O protesto teve como ação objetiva “o enterro simbólico do governador do Estado da Guanabara, sr. Carlos Lacerda¹⁴³, considerado um dos grandes responsáveis pela crise”. Assim, no Ceará, a atuação política de Lacerda, para certos segmentos da sociedade, no caso a classe estudantil, teria gerado a crise na nação brasileira. Os estudantes fortalezenses o representavam como corvo, utilizando caricatura, de autoria de Jorge Brandão, conhecida desde 1955, para protestar contra as suas atitudes na condução da crise nacional. Quando a *Imprensa Popular* publicou a imagem de Lacerda tendo um corpo de um corvo, pretendia reforçar a ideia de que ele era uma pessoa “traidora”, “demolidora” e “agourenta”¹⁴⁴. Segundo Alberto Gawryszewski (2008) a figura de Carlos Lacerda “esteve presente em momentos difíceis de nossa história (suicídio de Getúlio Vargas, golpe contra a posse de Juscelino, golpe contra a posse e, posteriormente, ao governo Jango). Deste modo, no desfile organizado por eles, “o “corpo do Corvo” seria “conduzindo num caixão mortuário””, como tentativa de demonstrar a morte de Carlos Lacerda, o principal responsável pela renúncia de Jânio Quadros. Esta mesma alegoria fora utilizada por comerciantes da capital cearense ao dar depoimentos sobre o que pensavam sobre o parlamentarismo. O comerciante Hermes Sales ao

¹⁴³Jornal *Gazeta de Notícias*, 10 de setembro de 1961.

¹⁴⁴ GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. In: **Revista Domínios da Imagem**, Londrina, ano I, nº2, maio, 2008, p. 21.

depor para a *Gazeta de Notícias*, afirmava: “o que o povo brasileiro precisa saber é afastar definitivamente da vida pública brasileiros indesejáveis, como esse tal de Carlos Lacerda. O “corvo” pelo menos só come carniça e ele mata e ainda vai comer”¹⁴⁵.

Para Abreu (2006) “a imprensa foi um dos vetores da divulgação do “fantasma do comunismo”, e que esse fantasma foi utilizado como uma das principais justificativas para a derrubada do governo”¹⁴⁶ João Goulart no dia 31 de março. Torna-se significativo compreendermos o papel da imprensa cearense como agente de uma ação importante no processo de realização das “*Marchas da Vitória*” no Ceará, como integrante do conjunto de forças articuladoras no contexto de colaboração e legitimação do regime militar. O comportamento adotado pela maior parte imprensa cearense no período pós-golpe, como colaboração “para a ordem, para a legalidade e para o fortalecimento da democracia”, não significa que ela tenha demonstrado durante todo o governo João Goulart (1961 – 1964) um papel de oponente.

Segundo ela o direcionamento da maioria dos jornais “às posições político-ideológicas dominantes, ou seja, contra o comunismo, contra as mudanças na estrutura da sociedade, está referenciado a uma visão conservadora dos proprietários de jornais e de alguns jornalistas”¹⁴⁷. Conforme a autora, no “contexto político de grande exaltação contra o comunismo e contra a Revolução Cubana”¹⁴⁸, muitos jornais brasileiros mudaram de atitude ou de posicionamento com relação ao governo João Goulart. A mudança de atitude da imprensa, de modo geral, ganha uma visibilidade maior nos primeiros meses do ano de 1964, no modo como os acontecimentos foram sendo constituídos e atribuídos alguns sentidos.

A apresentação de determinado evento pela imprensa, a forma pela qual um evento ou acontecimento é transmitido ao público, a seleção das informações que irão constituir o todo e a importância atribuída a um aspecto da realidade em detrimento de outros determinam um tipo de apreensão da realidade pelo leitor. É por uma perspectiva elaborada pelos veículos de comunicação que muitas vezes o leitor é lavado a perceber a realidade e a se posicionar diante dos acontecimentos¹⁴⁹.

Uma questão relevante no processo de consolidação do Golpe é que a imprensa brasileira se movimenta ao lado dos militares, das autoridades políticas, religiosas e cívicas, integrada ao movimento de cooperação para a restauração da ordem e da democracia, movimento que foi caracterizado como “movimento revolucionário restaurador”. No Ceará,

¹⁴⁵ Jornal *Gazeta de Notícias*, 10 de setembro de 1961.

¹⁴⁶ ABREU, Alzira Alves. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006, p. 108.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 110.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 109.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 107.

após o golpe civil-militar de 1964, os jornais como *O Nordeste*, *Correio do Ceará*, *Unitário*, *Gazeta de Notícias* e *O Povo* aparecem como colaboradores e simpatizantes do “movimento revolucionário” dando cobertura às variadas notícias a respeito do desdobramento da intervenção militar, das ações do governador Virgílio Távora, do prefeito de Fortaleza - Murilo Borges de Melo, dos deputados estaduais na Assembleia Legislativa, do Comandante do Quartel General – 10ª Região Militar Aluísio Brígido Borba, do Reitor da Universidade do Ceará – Antônio Martins Filho e do Movimento Cívico da Mulher Cearense.

Enquanto os jornais se posicionam a favor da intervenção militar, publicando notícias em defesa do movimento em ação, as autoridades mencionadas acima se articularam promovendo medidas colaborativas para o processo de instalação do novo governo. Mas antes de determo-nos na compreensão das ações, nas quais os grupos se articularam como forma de adesão ao golpe como colaboração ao novo governo e ao processo de legitimação do regime militar, há a necessidade de situar um pouco mais sobre as mudanças de posições tomadas pela imprensa cearense nesse momento, uma vez que as autoridades arroladas aqui emitiram notas aos periódicos cearenses, para as divulgações de suas mobilizações. Vejamos o modo como o jornal *Gazeta de Notícias*, fundado em 10 de julho de 1927, por Antônio Drumond, que no início da década de 1960 passou para a direção de Dorian Sampaio, trata os acontecimentos ocorridos no cenário político nacional e como o mesmo se posiciona naquele momento.

A observação deste detalhe tem uma importância profunda, uma vez que este jornal, havia se posicionado a favor da posse de Jango, da legalidade, do retorno ao plebiscito, mas frente às incertezas do governo Goulart em se aproximar com as mobilizações das esquerdas brasileiras, a maior parte da imprensa brasileira, não somente veio a mudar de posição, mas passou a desempenhar um papel de criar um clima de instabilidade política, levando o presidente à renúncia do cargo.

Espera-se agora, após a série de acontecimentos que culminou com a renúncia do Presidente João Goulart, que os responsáveis pela Nação saibam respeitar o povo, evitando a instalação de um regime de força que seria – não resta a menor dúvida – a negação do espírito democrático que foi, e sempre será a sua tônica. A confiança popular, neste momento, está depositada em todas as reservas, nas Gloriosas Forças Armadas que saberão – essa é que é a verdade – dão ao povo o que ele merece: a certeza de que continuaremos indo às urnas para a escolha dos homens que poderão conduzir a nação por um caminho de paz social, progresso, disciplina e justiça. O momento, portanto, se é de expectativa, é também de certeza de que os direitos do povo continuarão sendo sagrados ¹⁵⁰.

¹⁵⁰ Jornal *Gazeta de Notícias*, abril de 1964.

Observando a passagem acima, identificamos o posicionamento do jornal *Gazeta de Notícias* a favor da intervenção militar no dia 31 de março de 1964. A intervenção militar apontada pela imprensa traz como característica fundamental um discurso em defesa da legalidade e da constituição brasileira. A tomada de decisões a favor dos militares se faz em oposição ao governo João Goulart, que agora era compreendido como um governo transitório para a “instalação de um regime de força”, o que representava para o pensamento anticomunista – “a negação do espírito democrático”. Há também, conforme se vê no jornal *Gazeta de Notícias*, uma ênfase de que haveria uma possível restauração da ordem democrática após sua repentina paralisação com a intervenção militar. Conforme Abreu (2006), “para muitos, particularmente para a imprensa, o objetivo, ao apoiar o golpe, não era a implantação de um regime autoritário, mas sim o restabelecimento da ordem, da hierarquia, e a eliminação do perigo comunista”¹⁵¹.

A *Gazeta de Notícias*¹⁵² como instrumento de comunicação de ideias e pensamentos vinculados a um homem político em exercício no período explicita na sua escrita em geral o pensamento adotado por Dorian Sampaio¹⁵³, que além de jornalista era também deputado estadual, e conhecia as preocupações que movimentavam a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará naquele contexto. A atitude da *Gazeta de Notícias*, na direção de Dorian Sampaio, como favorável à intervenção militar, não era uma ação exclusiva no Ceará, mas era uma ação compartilhada pela maioria dos diretores dos periódicos cearenses e em todo o país, uma vez que seus representantes mantinham vínculos sociais com outros grupos, sejam políticos, militares ou empresariais.

¹⁵¹ ABREU, Alzira Alves. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006, p.

¹⁵² O Jornal *Gazeta de Notícias* era um periódico matutino fundado em Fortaleza (10/07/1927) tendo como seu primeiro diretor Antônio Andrade. Após a morte de Antônio Andrade o matutino *Gazeta de Notícias* teve uma rotatividade de diretores a partir da década de 1930. Durante o Regime Militar brasileiro (1972), o jornal entra em estado de falência, passando então a pertencer ao Grupo de comunicação O Povo. (Informações extraídas do trabalho de monografia da Roberta Kelly Santos Maia (Comunicação Social). – Universidade Federal do Ceará – UFC, Título do trabalho “O dono do terreno”: o jornalista, o político e professor Luiz Campos.

¹⁵³ Dorian Sampaio era filho de José Sampaio Xavier e Isaura Barroso Tavares (os pais eram naturais da região do Cariri). Ele nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 12 de março de 1927 e formou-se em cirurgião-dentista através da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará 1950. Atuou como professor secundário no município de Fortaleza e foi chefe de gabinete da Secretaria de Educação de Fortaleza. Dorian Sampaio foi eleito vereador da cidade de Fortaleza (1954 a 1958) pelo Partido Social Democrático – PSD e chegou a ocupar a presidência da Casa. Nas eleições de 1962, pelo projeto político anticomunista cearense “União pelo Ceará” Dorian foi eleito Deputado Estadual, assumindo o cargo em 1963, permanecendo em suas funções de deputado até 1969, sendo após esse período cassado pelo regime militar. Além de político, Dorian Sampaio exerceu a função de jornalista, sendo bastante conhecido pela sua escrita nos principais jornais e pela direção de alguns deles. Ele havia se tornado diretor do periódico *Gazeta de Notícias*, também desempenhava o papel de comentarista sobre assuntos econômicos no jornal *Correio do Ceará*. Ele foi fundador da Rádio Dragão do Mar com o apoio de Armando Falcão (principal articulador da união conservadora dos partidos cearenses no projeto “União pelo Ceará”), rádio que foi fechada após as notícias de confirmação do golpe de 1964 no Ceará. Informações extraídas do site <http://www.al.ce.gov.br/index.php/malce-publicacoes?download=303:legislatura-de-1963&start=16>.

Com relação ao jornal *Correio do Ceará*, as suas posições em consideração ao momento vivido eram bastante similares. O *Correio do Ceará*¹⁵⁴ e o *Unitário*¹⁵⁵ eram jornais pertencentes a Assis Chateaubriand, sendo considerados como órgãos dos *Diários Associados* no Ceará. O jornal *Correio do Ceará* foi adquirido por Chateaubriand em 13 de maio de 1937 e poucos anos depois em 1940 o *Unitário* foi integrado ao grupo.

Segundo José Estevam Gava (2006, p. 33), a trajetória histórica de Francisco de Assis Chateaubriand de Melo Bandeira como homem, jornalista, empresário e político está atrelada aos vários fatos e acontecimentos ocorridos no Brasil ao longo do século XX. Alguns episódios marcantes explicitam um pouco do desempenho e da influência que Assis Chateaubriand exercia no momento, como por exemplo, seu apoio dado a Getúlio Vargas, em 1930, colocando os veículos de comunicação a serviço da Aliança Liberal. Em seguida, o apoio do empresário foi reafirmado alinhando-se ao Estado Novo, utilizando o sistema radiofônico, à disposição, para divulgar as ações do regime autoritário de Vargas. De acordo com Estevam Gava, Assis Chateaubriand já era bastante conhecido por ter um posicionamento anticomunista, transmitindo suas convicções ideológicas através da grande cadeia de comunicação a qual lhe pertencia. “Em 1930, ele já advertia sobre o perigo que rondava o “mundo livre” e as consequências econômicas de uma provável revolução comunista em terras brasileiras” (Estevam Gava 2006, p. 34). Assis Chateaubriand foi responsável por integrar todos os meios de comunicação que detinha através da criação de um grupo denominado de Diários Associados, uma espécie de oligopólio de comunicação: o grupo era composto na década de 1960 por 36 emissoras de rádios, 34 jornais, 18 canais de TV, 18 revistas e duas agências de notícias.

No contexto das mobilizações conservadoras, os grupos de comunicação e informação conferiram às elites brasileiras um espaço de visibilidade para as suas causas e interesses, sendo em boa medida, um lugar de desempenho de ações e de fazer política para

¹⁵⁴ Segundo Francisca Rafaela Parga (2011) os Jornais *Correio do Ceará* e *O Nordeste* foram fundados através da influência da Igreja Católica, na direção do líder religioso D. Manoel da Silva Gomes com “o objetivo era disseminar o pensamento da hierarquia eclesiástica e mobilizar a população para que esta, juntamente com o clero, assumisse uma postura de defesa do catolicismo” (Parga, 2011, p.6). O *Correio do Ceará* surge em 1915, através da união entre a Arquidiocese de Fortaleza e o jornalista Álvaro da Cunha Mendes. O jornal era vespertino, circulação diária e possuía um quadro de redatores intelectuais católicos. De propriedade do Álvaro Cunha Mendes, o mesmo “dono do Estabelecimento Gráfico A.C. Mendes, que além de funcionar como tipografia, executava serviços gráficos variados” (Parga, 2011, p.8). A partir da década de 1930, os jornais *Correio do Ceará* e *Unitário*, forma integrados ao Grupo *Diários Associados*, tendo como principal e importante diretor João de Medeiros Calmon, representante da cadeia de comunicação no Ceará. Os veículos de comunicação mencionados passaram a pertencer ao grande empresário e político Assis Chateaubriand.

¹⁵⁵ O jornal *Unitário* foi fundado em 1903 por João Brígido dos Santos. O periódico recebeu este título porque reforçava a ideia de que era um dos poucos jornais existentes no período no desempenho ao combate a oligarquia aciolina.

classes médias e altas, alinhadas e aparelhadas pelo complexo IPES-IBAD. Para a concretização dessas ações era necessária uma aproximação com os diretores dos jornais ou membros, de forma direta ou indireta. Os grupos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, neste processo de mobilização anticomunista e desgaste político do governo Jango, abriram espaço para que os grupos políticos de diferentes regiões do país se mobilizassem a favor dos seus interesses e na pregação do perigo do comunismo no país. O jornal *Folha de São Paulo*, por exemplo, tinha como gestor, Octávio Frias, e era membro associado do instituto IPES; O jornal *O Globo*, pertencente à família Marinho, que, além do jornal, colocou à disposição o auditório da emissora como espaço de reunião das mobilizações anticomunistas da CAMDE; o Jornal do Brasil e a Tribuna da Imprensa, sob a direção de Carlos Lacerda, também passaram a defender o golpe, atacando por meio dos periódicos, o presidente João Goulart.

Os jornais, *Correio do Ceará* e *Unitário*, defenderam interesses e preocupações políticas de acordo com os grupos aos quais eles pertenciam e dialogavam. O *Correio do Ceará*, ao abrir espaços para divulgar as mobilizações de algumas autoridades em favor da intervenção militar, disseminava suas opiniões. Quando o *Correio do Ceará* divulgava a notícia de uma missa realizada em Fortaleza em ação de graças pela intervenção militar, dirigia-a ao público leitor com os seguintes traços: “MILHARES DE PESSOA EM MISSA EM AÇÃO DE GRAÇA PELA VITÓRIA DA DEMOCRACIA”. A referida missa celebrada na Catedral Metropolitana, por iniciativa do *Movimento Cívico da mulher Cearense – MCMC* é compreendida pelo jornal como um ato que objetivava a comemoração “pela vitória do movimento revolucionário democrático, que aniquilou definitivamente o perigo comunista de nossa Pátria”. Entre consenso e legitimação do processo intervencionista o *Correio do Ceará* publicava na primeira página do dia 2 de abril de 1964 que, “a rapidez, com que se processou a queda do Presidente da República, mostra como o repúdio do povo à infiltração comunista, que se processava às escâncaras no país, vinha das raízes da alma”.

Em definição semelhante a esta, o jornal *O Nordeste*¹⁵⁶, ao destacar a realização do ato litúrgico pelo Dom Delgado, Bispo da Arquidiocese de Fortaleza, afirma que o religioso “proferiu oportuno e bem lançado sermão alusivo ao momento grave que vive a nacionalidade, exortando às forças armadas ao exato e justo cumprimento do dever, como

¹⁵⁶ Em traços semelhantes ao periódico *Correio do Ceará*, o jornal *O Nordeste* transmitia nas suas páginas a força de uma Igreja Católica em torno de um engajamento político no intuito de influenciar determinados segmentos da sociedade. Ele era utilizado como instrumento da Igreja reproduzindo falas, cartas, discursos de autoridades, líderes, leigos ou não, todos pertencentes à instituição católica. A primeira edição de *O Nordeste* foi em 29 de junho de 1922 e sua divulgação e leitura ocorriam nas paróquias, ganhando uma ampliação de assinaturas e leitores do periódico. De acordo Francisca Rafaela Parga (2011) “a direção de redação da folha cabia a Manuel Antônio de Andrade Furtado, bacharel em Direito, professor, jornalista e um dos intelectuais mais atuantes da cidade, com passagem por várias organizações católicas de Fortaleza”.

salvaguarda que são da unidade e grandeza da Pátria”. Dom José de Medeiros Delgado havia sido eleito Arcebispo Metropolitano em 1963, exercendo sua função pastoral até 1973. A Igreja torna fiel ao projeto militar instituído no país, inclusive saudando a implantação do regime através de uma missa congratulatória às Forças Armadas. Embora ela tenha apoiado desde o primeiro momento o golpe civil-militar de 1964, não significa que na direção do Arcebispo Dom José Delgado tenha tido sempre esse comportamento durante todo o período de vigência do regime militar. *O Nordeste* como meio de comunicação social, expressando o pensamento da Igreja Católica contra o comunismo, deixava claro quais seriam suas posições políticas frente aos eventos ocorridos no país.

A notícia publicada em *O Nordeste* explicita seu posicionamento quando afirmava que “foi, sem dúvidas, um dos mais comoventes espetáculos ao mesmo tempo de civismo e de fé cristã o que viveu a Sé em construção, cuja imensa área coberta foi pequena para comportar os milhares de fieis”. Ainda em relação aos posicionamentos tomados pelos diretores e membros dos jornais cearenses, vemos que eles acompanhavam o movimento das mudanças no cenário político. Uma parte dessas mudanças era refletida no comportamento da imprensa. O que dizer a respeito dos grupos que representavam a imprensa cearense, quando após o Golpe apresentavam-se como favoráveis e como colaboradores ao movimento ligado a intervenção militar, traços que anteriormente não poderiam ser encontrados como forma de oposição ao João Goulart? Isso indica que uma parcela enorme de diretores e jornalistas da imprensa cearense mudava de posição à medida que o cenário político se alterava.

A mudança no comportamento da imprensa cearense significa um artifício utilizado como estratégia de sobrevivência e manutenção na vida política. Segundo Alzira Alves de Abreu, “os anos 1960 conheceu o apogeu do jornalismo político, que acompanhavam reivindicações e contestações político-ideológicas”¹⁵⁷.

¹⁵⁷ ABREU, Alzira Alves. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006, p. 108.

3 “A MARCHA EM MARCHA”: A CONSTRUÇÃO DAS MARCHAS DA VITÓRIA NOS E PELOS JORNAIS CEARENSES.

No cenário pós-golpe de 1964, uma grande mobilização ocorreu por parte das principais lideranças políticas, militares e religiosas nos estados e municípios brasileiros, contando também com a participação dos dirigentes das classes produtoras, de instituições públicas e da imprensa. Portanto, era um momento de alinhamento e de adequação. O país era agora dirigido por militares e muitos acreditavam que estavam vivendo um momento de “restauração da democracia” e da conservação dos valores morais e religiosos. Neste capítulo, encontraremos lideranças masculinas desempenhando ações colaborativas aos militares, em boa medida, estabelecendo relações com a entidade feminina Movimento Cívico da mulher Cearense, a qual foi responsável por agregar as principais forças políticas diversas em torno da celebração do golpe na Catedral Metropolitana e posteriormente na participação e demonstração pública de apoio ao regime militar na Marcha da Vitória de Fortaleza. No tocante as marchas do interior, perceberemos que a composição dos seus organizadores eram lideranças masculinas que executavam papéis de enorme influência nas suas cidades.

O anticomunismo foi instrumentalizado por variados grupos de oposição ao governo João Goulart contendo variados significados para a ação política, especialmente pelas organizações femininas, pertencentes às classes médias e altas. A presença das mulheres é configurada em torno da figura materna, possuindo um apelo comovente e simbólico na utilização da representação do lar, da dona-de-casa e da família para a ação política (MOTTA 2006). Desse modo, a oposição ao governo de João Goulart ficou marcada pelo surgimento de inúmeras entidades e grupos femininos que se mobilizaram em torno da desarticulação política do presidente com o objetivo em conter o suposto avanço da ameaça comunista. De 1962 a 1964, várias entidades femininas foram criadas nos principais estados brasileiros em que o conservadorismo fora muito forte e onde também o projeto golpista contra o presidente João Goulart ganhava enraizamento. Neste período surgiram as entidades femininas: Campanha da Mulher pela Democracia – Camde, Guanabara; União Cívica Feminina – UCF, São Paulo; Liga da Mulher Democrática – Limde, Minas Gerais; Ação Democrática Feminina Gaúcha – ADFG, Rio Grande do Sul; Cruzada Democrática Feminina – CDF, Pernambuco e Movimento Cívico da Mulher Cearense – MCMC, Fortaleza.

Conforme Motta (2006), a conjuntura política nacional, entre os anos de 1961 a 1964, ficou surpreendentemente marcada pela participação feminina, integrada ao movimento

anticomunista, “tendo importância central nas mobilizações que levaram ao golpe militar”¹⁵⁸ de 1964. A novidade para o período se concentrava na presença feminina e no seu poder de arregimentação, o que não era constatado em relação às propostas defendidas por elas, concernente aos aspectos relacionados à família e à religião que já eram bastante utilizados por algumas das entidades citadas anteriormente. Segundo Motta, “a força simbólica” da presença de mulheres no cenário político em prol da causa anticomunista conferiu um poder surpreendente na mobilização das camadas sociais, principalmente da classe média, aterrorizada com a possível mudança dos padrões e tradições.

As entidades femininas que surgiram durante o período (1961 – 1964) no governo João Goulart tiveram o objetivo de mobilizar a opinião pública em defesa dos princípios “cristãos e democráticos”, quando da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e, no segundo momento, em 1964, “a ação dos grupos femininos e, neste caso especificamente, a Camde teve papel central nas manifestações de apoio a intervenção militar que então se efetivava”¹⁵⁹, manifestações que ficaram conhecidas como Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

A Camde surge a partir de uma reunião na casa de Amélia Molina Bastos (professora primária aposentada) moradora do bairro Ipanema. Presentes à reunião ocorrida no dia 12 de junho de 1962 estavam o general Antonio de Mendonça Molina, o engenheiro Glycon de Paiva, frei Leovigildo Balestieri e algumas famílias vizinhas. Os homens citados eram membros do Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais (Ipes). Segundo Cordeiro (2009), eles eram descritos pelo histórico da Camde, “como integrantes de um movimento de âmbito nacional em prol da democracia”¹⁶⁰. Amélia Molina Bastos passou a liderar no dia seguinte “um grupo de cerca de 30 senhoras”. Elas passaram a promover campanhas de protesto na imprensa e em palestras ou manifestações contra o governo João Goulart e o suposto estreitamento dele com os comunistas. Deste modo “a Camde já surgia, portanto, engajada na luta contra o governo Goulart e uma suposta ameaça comunista”¹⁶¹. A União Cívica Feminina – UCF em São Paulo foi a primeira entidade feminina a se arregimentar em torno da causa anticomunista, vindo logo após o surgimento da Camde. Ambas passaram a coordenar e gerenciar as entidades que foram sendo formadas nos demais estados brasileiros. Igualmente, ambas foram também organizadoras das Marchas da Família com Deus pela Liberdade nas

¹⁵⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2006, p. 133.

¹⁵⁹ CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em Movimento: Campanha da Mulher pela Democracia – Camde e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2009, p. 45.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 46.

¹⁶¹ Ibidem, p. 48.

suas cidades sedes e como cooperadoras às entidades femininas que também realizaram esse tipo de manifestação nas demais cidades brasileiras.

A União Cívica Feminina – UCF teve ponto de organização inicial a SEI – Sociedade de Estudos Interamericanos. Uma reunião realizada no mês de fevereiro de 1962 contou com a presença de algumas mulheres. As mulheres que compunham a entidade e desempenharam papéis significativos na preparação do golpe “eram esposas de empresários e militares ligados ao complexo IPES/IBAD”¹⁶² e pertenciam à classe média, embora segundo a autora, a mobilização do período não estivesse ligada a “uma atuação de classe, e sim uma instrumentalização de alguns de seus interesses”¹⁶³.

Algumas das mulheres cidadãs acima “se tornaram parte da direção da UCF em diferentes gestões”¹⁶⁴. Simões afirma que muitas outras entidades femininas só foram reconhecidas e tiveram o êxito esperado no ano de 1964, nos meses próximos ao acontecimento do Comício na Central do Brasil, em 13 de março do mesmo ano e também nos dias que antecederam ao dia 31 de março, marco do golpe civil-militar de 1964. Este foi o caso da entidade mineira, Liga Mulher Democrática – LIMDE, em Minas Gerais, fundada no dia 22 de janeiro de 1964 e da entidade Cruzada Democrática Feminina – CDF, Recife, fundada no dia 9 de março do mesmo ano, “nas vésperas da eclosão do movimento militar”¹⁶⁵.

Após a consumação do golpe civil-militar de 1964, as entidades femininas brasileiras partiram para outro tipo de embate: “preservar e consolidar o regime”¹⁶⁶ recém-instituído. Neste contexto de consolidação da “ação revolucionária” surge a entidade feminina fortalezense, o *Movimento Cívico da Mulher Cearense* – MCMC. Essa entidade teve como principal razão de existência, algumas ações políticas que para o período pós-golpe foi muito comum aos grupos femininos de vários estados brasileiros: como por exemplo, “colaborar para a institucionalização do regime, levando seu apoio a determinadas medidas do governo”¹⁶⁷ e se “colocar em *posição de vigilância* pela continuidade da *ação revolucionária*”¹⁶⁸.

¹⁶² OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. **Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento na área mineira do nordeste**. Maceió: EDUFAL, 2000, p. 121.

¹⁶³ Idem, p. 121.

¹⁶⁴ SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 28.

¹⁶⁵ P. 35.

¹⁶⁶ CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em Movimento: Campanha da Mulher pela Democracia – Camde**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2009, p.

¹⁶⁷ CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em Movimento: Campanha da Mulher pela Democracia – Camde**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2009, p.71

¹⁶⁸ Ibidem, p. 71-72.

Na sexta-feira, do dia 10 de abril de 1964, o jornal *O Povo* publica uma nota oficial da recente entidade feminina, fundada na cidade de Fortaleza, a qual trazia o seguinte título: “Apelo das mulheres cearenses aos novos administradores do País”. Por meio dela, a entidade realizava um apelo emocional às autoridades para que colaborassem com a “consolidação da vitória neste momento de transição e reajuste”¹⁶⁹. O apelo realizado pelo *Movimento Cívico da Mulher Cearense*, e publicado pelo *O Povo* na página 05, veio logo abaixo da notificação do Ato Institucional nº 1, lei decretada no dia anterior pelo comando da “Revolução”, “representada pelos comandos das três armas, que respondem no momento pela realização dos objetivos revolucionários”¹⁷⁰. Neste momento, *O Povo* passa a dar cobertura às realizações da entidade fortalezense, ajudando-a conquistar visibilidade e reconhecimento. Vejamos o modo como o *Movimento Cívico da Mulher Cearense* é apresentado no jornal *O Povo* e que tipo de ação desempenharia no processo de consolidação do movimento liderado pelos militares.

O Movimento Cívico da Mulher Cearense, entidade recém criada, que tem por objetivo a defesa da Pátria, da Família, da Liberdade e do sistema Democrático e, como o próprio nome indica, é de caráter cívico, aconfessional e apolítico, debaixo ainda de um profundo sentimento de gratidão às Forças Armadas vem, de público exortar a todos quantos estão estruturando o novo Governo que o procurem fazer com uma administração honesta, criteriosa e realizadora.

A Mulher Cearense, sabedora das dificuldades naturais a consolidação da vitória neste momento de transição e reajuste, apela para o Governo do Estado, para a Assembléia Legislativa, para o Governo do Município, para a Câmara Municipal de Fortaleza, para as corporações militares aqui sediadas, para os sindicatos dos operários, para os diretórios estudantis, enfim, para todos os autênticos democratas que afastem das suas fileiras todos aqueles que serviam ao poder a soldo do comunismo e do negocismo.

A hora não é de ensarilhar armas. A hora é de luta e união. A apatia, o espírito apaziguador, não concorrerão para que o sistema político-econômico que adotamos volte a tranqüilidade. As características do novo Governo que se pretende instalar são de autoridades, moralidade, austeridade, eficiência e isenção partidária.

Outrossim, apela para os dirigentes das Classes Produtoras do Estado do Ceará que emitam exortações aos seus associados, industriais, agricultores e a todos os comerciantes em geral, para que se abstenham de aumentar escandalosamente o preço de seus produtos, concorrendo assim para o aumento dos conflitos, tumultos e intranqüilidade existentes, a fim de que sejam superadas todas as dificuldades naturais do momento.

Certas da oportunidade deste justo apelo que exige sacrifícios de todos quantos estão interessados em descomunizar o Brasil, o Movimento Cívico da Mulher Cearense repete aqui os seus agradecimentos, conclamando todas as mulheres cearenses para a luta em prol de um Brasil melhor.

A apresentação do *Movimento Cívico da Mulher Cearense* na imprensa segue a mesma definição das entidades femininas paulista e carioca, fundadas no período que antecede o golpe civil-militar de 1964, entidades idealizadas como sendo “de caráter cívico,

¹⁶⁹ Ibidem.

¹⁷⁰ Ibidem.

aconfessional e apolítico” e que tiveram como preocupação fundamental “a defesa da Pátria, da Família, da Liberdade e do sistema Democrático”. Esse tipo de apresentação em tom anticomunista após a efetivação do golpe ganhava uma maior propagação de aceitação, uma vez que no pós-golpe o principal inimigo, o comunismo, era caracterizado como “seita do mal e diabólica” e vencido pelas “Forças do Bem”. Em um contexto de celebração do golpe tal apresentação do *Movimento Cívico da Mulher Cearense* ganha notoriedade e principalmente pela forma como realiza seus apelos emocionais, utilizando o argumento da defesa da família, da religião e da pátria. A principal particularidade do *Movimento Cívico da Mulher Cearense* em relação à Camde e UCF corresponde ao período de seu surgimento, logo após o golpe de 31 de março de 1964, inserida no processo de mobilização para se consolidar a “Revolução”. Deste modo, compreendemos que as ações da entidade fortalezense seguem os mesmos passos da Camde no pós-golpe, onde as suas funções tinham como características “de “colaboradoras”, para que *os rumos da Revolução* não fosse desvirtualizados”¹⁷¹.

O apelo acima, realizado pelo *Movimento Cívico da Mulher Cearense*– MCMC, demonstra publicamente qual seria o tipo de colaboração da entidade para a consolidação do Golpe no Ceará. A referida entidade passaria nesse momento a desempenhar ações de mobilização, cobrança e vigilância para que o regime instituído fosse legitimado. Como sinal de cobrança das autoridades diversas, o *Movimento Cívico da Mulher Cearense* exige delas para “que afastem das suas fileiras todos aqueles que serviam ao poder a soldo do comunismo e do negocismo”¹⁷². Portanto, na visão dos grupos femininos em todo o país, em especial a do *Movimento Cívico da Mulher Cearense*, era necessário realizar um processo de *saneamento das instituições*, retirando de circulação todos aqueles considerados como perigosos a *segurança nacional*.

As medidas cobradas pelos grupos femininos, como punição e cassação dos políticos supostamente comunistas, expressa um tipo de ação autoritária presente neles. “(...) O autoritarismo, aliado a um sentimento de repulsa ao comunismo, e uma definição de “legalismo” e democracia [...] somente fazem sentido em oposição ao comunismo”¹⁷³. Composto uma medida autoritária para a instalação do novo governo, a entidade fortalezense apela ao “Governo do Estado, para a Assembleia Legislativa, para o Governo do Município, para a Câmara Municipal de Fortaleza, para as corporações militares aqui sediadas, para os

¹⁷¹ CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em Movimento: Campanha da Mulher pela Democracia – Camde e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2009, p. 72.

¹⁷² Jornal O Povo, 10 de abril de 1964.

¹⁷³ CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em Movimento: Campanha da Mulher pela Democracia – Camde e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2009, p. 80.

sindicatos dos operários, para os diretórios estudantis”, para que todos afastassem os supostos comunistas dos seus postos de trabalhos. Esta foi uma medida de caráter nacional, “para que a sociedade colaborasse com o governo e *vigiante* para que a “ameaça comunista” fosse, de fato, afastada”¹⁷⁴. A concepção de governo adotado pelos grupos femininos no pós-golpe teve como referência o militarismo e o autoritarismo exacerbado, o que podemos visualizar no apelo da entidade fortalezense, quando o *Movimento Cívico da Mulher Cearense* afirma que “as características do novo Governo que se pretende instalar são de autoridade, moralidade, austeridade, eficiência e isenção partidária”¹⁷⁵. Isso significa que na visão da entidade feminina de fortaleza, o novo governo deveria ser constituído por valores como “autoridade”, reforçando a incorporação de valores familiares tradicionais à política, sobretudo em termos de estabelecimento ou reforço de autoridade e hierarquia; outra questão apontada pelo grupo como aspecto fundamental do novo governo era a “moralidade” baseada na conduta e “isenção partidária”, sem vínculo a partidos políticos, reforçando assim, uma direção ao movimento militar como sendo favorável a condução do país.

Outra medida adotada pelos grupos femininos após o golpe e que pode ser notada no *Movimento Cívico da Mulher Cearense*, foi o empenho das entidades “em campanhas pelo controle dos preços”¹⁷⁶. O *Movimento Cívico da Mulher Cearense*, enquanto entidade colaboradora do novo governo, que em poucos dias ainda do mês de abril seria instituído, exortava as autoridades do Estado do Ceará no intuito de mobilizar uma campanha que visava à restauração da economia estadual, que refletiria e reorganizaria a situação econômica do país. A entidade feminina fortalezense, seguindo os passos da campanha nacional promovida pela Camde, com o objetivo de restauração da economia do país, apela para os empresários, para as classes produtoras, para os comerciários, “para que se abstenham de aumentar escandalosamente o preço de seus produtos, concorrendo assim para o aumento dos conflitos, tumultos e intranquilidade existentes, a fim de que sejam superadas todas as dificuldades naturais do momento”¹⁷⁷. A mulher brasileira, responsável pelos cuidados com a casa e a família, ganha destaque como conhecedora dos problemas enfrentados em relação à sobrevivência econômica, principalmente no Ceará, por conta dos problemas ligados ao clima e a vegetação. Para o *Movimento Cívico da Mulher Cearense* os problemas gerados pela cobrança abusiva dos preços de produtos comerciais, industriais e alimentícios também

¹⁷⁴ Ibidem, p.79.

¹⁷⁵ Jornal *O Povo*, 10 de abril de 1964.

¹⁷⁶ CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em Movimento: Campanha da Mulher pela Democracia – Camde e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2009, p.72.

¹⁷⁷ Jornal *O Povo*, 10 de abril de 1964.

causavam a insatisfação da população e tal situação poderia ser revertida em conflitos e lutas entre classes sociais, o que no pensamento anticomunista poderia ser um indicativo para novas ameaças.

Em todo o país, enquanto, os líderes políticos, civis e militares construía alianças, ligações e definiam-se politicamente favoráveis ao movimento da intervenção militar, surgia de maneira integrada a este conjunto aglutinador de forças, algumas mobilizações femininas em prol da saudação e celebração do golpe *civil*-militar de 1964, pelas quais se pretendiam atingir o reconhecimento popular, saudando as Forças Armadas, legitimando este grupo como sendo protagonista responsável por todo o processo articulado para depor o presidente João Goulart.

Recém-criado e de caráter efêmero, o *Movimento Cívico da Mulher Cearense* desempenha um conjunto de ações as quais, podem ser destacadas duas, tanto por sua importância para o tempo em curso e quanto pelo sentido que configurava aos acontecimentos. A primeira a ser destacada é a realização de um ato litúrgico na Catedral Metropolitana de Fortaleza, datado no dia 5 de abril de 1964, com a pretensão de reunir as autoridades e a população em geral para prestar gratidão as Forças Armadas pela intervenção militar e a segunda, poucos dias depois, houve a surpreendente ação política de mulheres elitistas na organização da *Marcha da Vitória*, que recebeu apoio e o comparecimento de diversas lideranças políticas, militares, religiosas, estudantis e entre outras, movimento cívico-religioso e político capaz de reunir um número surpreendente entre 50 a 70 mil manifestantes, para agradecer aos militares e saudar o novo governo, tendo à frente um militar cearense.

As ações empreendidas pelo *Movimento Cívico da Mulher Cearense* ocorreram durante o mês de abril, período de construção e legitimação do regime militar, mês que foi instituído o governo militar sob a liderança do cearense marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, a decretação do Ato Institucional nº 01 e o cerceamento da liberdade e perseguição aos que se opunham ao regime.

A Doutrina de Segurança Nacional foi “utilizada para justificar a imposição de um sistema de controle e dominação”¹⁷⁸. Por sua vez, esta ideologia foi utilizada também como pretexto de defender “a nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica””¹⁷⁹ como medida para promover o desenvolvimento econômico do país. Num contexto de Guerra Fria, conforme as bases da ideologia de segurança nacional contida no

¹⁷⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru – São Paulo: Edusc, 2005, p. 31.

¹⁷⁹ Ibidem.

Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG), o Brasil presenciava o surgimento de uma *guerra revolucionária*, a qual era promovida secretamente por forças externas do comunismo internacional, recrutando combatentes do “país-alvo”.

A primeira aparição pública do *Movimento Cívico da Mulher Cearense*, como uma entidade ou grupo constituído, ocorreu através do lançamento de um convite na imprensa cearense, cuja finalidade explícita era a promoção de uma “missa em Ação de Graças e homenagem às Forças Armadas Brasileiras representadas pela guarnição local, por sua patriótica atuação e, prol da preservação das instituições e liberdades democráticas”¹⁸⁰. O convite veio publicado em diferentes jornais cearenses como *Correio do Ceará*, *O Nordeste*, *O Povo* e *Gazeta de Notícias*, tendo como formato uma caixa de texto, que trazia pequenos dizeres convidando a população cearense para participar do referido ato religioso. O mesmo foi divulgado durante vários dias e até em mais de uma página no mesmo jornal e edição, em diferentes espaços das publicações. Vejamos o convite lançado pelo *Movimento Cívico da mulher Cearense* – MCMC, exposto pelo jornal *O Nordeste*, no qual encontraremos uma definição da ação política da entidade na conjuntura pós-golpe e o tipo de apelo utilizado para concretizar sua atuação:

“O Movimento Cívico da mulher Cearense” fará celebrar, hoje, dia 5, às 17h30m na Catedral em construção, missa em Ação de Graças e homenagem às Forças Armadas Brasileiras representadas pela guarnição local, por sua patriótica atuação em prol da preservação das instituições e liberdades democráticas. Será oficiante s. excia. d. José de Medeiros Delgado, Arcebispo Metropolitano de Fortaleza. Pelo presente convidamos às autoridades, estudantes, operários e ao povo em geral para o referido ato¹⁸¹.

Compreende-se a importância que a imprensa escrita possuía, neste momento, fazendo a abertura para a publicação de informações acerca da entidade feminina de Fortaleza, corresponde as providências a serem tomadas diante da nova realidade política no Ceará. A colaboração do jornal *O Nordeste* para publicar o convite do *Movimento Cívico da Mulher Cearense* consistia em um processo de construção de visibilidade. A missa a ser realizada em 5 de abril, às 17h30, se constituía numa ação dupla pois, se por um lado, pretendia dar um reconhecimento popular ao golpe, por outro lado, legitimava a intervenção militar e as medidas de estabelecimento de ordem e segurança adotadas por Virgílio Távora e Aluísio Brígido Borba nas primeiras horas após o 31 de março.

A relação da entidade fortalezense que foi sendo estabelecida com vários jornais cearenses tornou esses últimos como porta-vozes dos ideais defendidos pelos primeiros.

¹⁸⁰ *O Nordeste* 5 de abril de 1964.

¹⁸¹ *O Nordeste* 5 de abril de 1964.

Muito além do ato de informar ou noticiar, os jornais se tornaram lugares de visibilidade para a entidade feminina e por algumas lideranças que promoveram ações favoráveis politicamente ao movimento militar. Os jornais foram essenciais na construção dos acontecimentos, no caso, a Missa Congratulatória às Forças Armadas e à Marcha da Vitória, auxiliando no processo de mobilização, no estabelecimento da adesão do público ao acontecimento programado. A relação seria estabelecida através de um ato religioso e o seu sentido teria como configuração as homenagens em agradecimento às Forças Armadas por terem salvado a nação “das garras do comunismo”. Ou seja, o sentido atribuído à celebração religiosa era de comemoração “da vitória da democracia” contra “o comunismo”, envolvendo aspectos simbólicos e emocionais.

No dia 6 de abril, *O Nordeste* divulgou na primeira página (Capa), uma matéria sob o título “*Povo Agradeceu às Forças Armadas*”, que tratava da missa realizada na Catedral Metropolitana de Fortaleza. *O Nordeste* enquanto veículo de comunicação e de disseminação de ideias difundia uma visão acerca do acontecimento ocorrido na Catedral de Fortaleza, reconstituindo-o, atribuindo a ele o sentido do reconhecimento popular, em forma de gratidão e celebração pela ação intervencionista das Forças Armadas que promoveu a deposição de João Goulart da presidência. A expressividade de reconhecimento aos militares foi feita mediante o ato religioso, celebrado pelo arcebispo Dom José de Medeiros Delgado.

Embora a proposta de reconhecimento e saudação aos militares brasileiros tenha partido do MCMC, o jornal *O Nordeste* teve papel preponderante para a arregimentação das autoridades diversas e do povo em geral durante a semana em que ocorreria o ato litúrgico. Compreende-se que não se pode entender a dimensão do ato litúrgico como proposta de um movimento que celebra a vitória do golpe sem percebermos a relação que ele mantém com os “seus suportes de produção e difusão”¹⁸². A imprensa escrita, neste caso, auxilia na construção de sentidos atribuídos ao acontecimento após sua ocorrência. A construção do acontecimento, caracterizado como um ato cívico-religioso pela imprensa e grupos políticos, possibilita compreender um modo de se posicionar ou de agir frente aos imperativos da realidade vivida. Não somente as lideranças políticas, militares e classes produtoras estavam marchando em direção a legitimação do golpe no Ceará, mas a imprensa também, sem sombra de dúvida, era parte interessada na construção do caminho que levasse a um consenso, consentimento e legitimação do “movimento revolucionário militar”.

¹⁸² DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador – entre Esfinge e Fênix**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 260.

O ato litúrgico foi organizado “por iniciativa do Movimento Cívico da Mulher Cearense, tendo à frente a Primeira Dama do Estado, D. Luiza Távora”¹⁸³. A primeira dama do Estado, de profunda confissão católica e promotora de ações assistencialistas aos bairros periféricos de Fortaleza, encontra, nesta ocasião, a oportunidade de uma maior projeção na imprensa cearense, sobretudo, porque o seu esposo Virgílio Távora tinha apenas um ano ainda de gestão no governo estadual. A missa celebrada em favor da vitória do golpe veio a se tornar o carro-chefe para que Luiza Távora atingisse um maior prestígio, vindo posteriormente a desempenhar ação política como diretora da Marcha da Vitória de Fortaleza. O “Movimento Cívico da Mulher Cearense” ganha notoriedade na e pela imprensa e aceitação da população.

Fig. 03: Missa em homenagem às Forças Armadas.



Fonte: Jornal *O Nordeste*, 6 de abril de 1964 (Capa).

De acordo com a coluna social assinada por *Célia*¹⁸⁴, no jornal *O Nordeste*, de 6 de abril de 1964, “à hora da elevação e no fim da Missa o Hino Nacional Brasileiro foi entoado pelos presentes e, muitos deles, comovidos, não puderam conter as lágrimas”. Chama-nos a atenção o modo como a coluna descreve o momento vivido na Catedral Metropolitana de Fortaleza, dando ao leitor a impressão de estar participando dele. Assim, a imprensa cumpre o papel de aproximar e de estabelecer elos entre o acontecimento com o

¹⁸³ *Correio do Ceará*, 6 de abril de 1964.

¹⁸⁴ A coluna social *Célia*, em boa medida, era publicada na página 02, abaixo do editorial, na lateralidade esquerda do jornal, tendo uma cercadura. Os assuntos tratados na coluna eram diversos como: assuntos políticos, os quais tratavam das principais personalidades políticas do Ceará como Virgílio Távora, Paulo Sarasate, Armando Facão; militares, Aluísio Brígido Borba, Castelo Branco, etc.; sobre a vida de alguns empresários e classes produtoras cearenses; a respeito de casamentos, festas e velórios realizadas por pessoas vinculadas a classe média e alta.

público. Naquele momento, queriam o reconhecimento popular do golpe em forma de celebração religiosa, uma vez que o comunismo era o principal inimigo da Igreja. Na batalha “espiritual” travada entre a Igreja e o comunismo, a Igreja havia vencido, segundo os organizadores, “as forças do Mal”. Quanto ao público presente, o jornal *Correio do Ceará* divulga algumas fotografias mostrando a presença das variadas lideranças e autoridades, dentre elas, destaca-se, Luisa Távora – “coordenadora do Movimento Cívico da Mulher Cearense”, o governador Virgílio Távora, o vice-governador Figueiredo Correia, o prefeito Murilo Borges e sua esposa e outros como mostra a imagem abaixo.

Fig. 04: Virgílio Távora e D. Luiza Távora na missa.



1 – Luiza Távora 2 – Virgílio Távora

As autoridades presentes ao ato religioso estiveram realizando ações e tomando medidas promotoras na consolidação do golpe no Ceará, a presença delas no ato litúrgico organizado pelo *Movimento Cívico da Mulher Cearense* permite o reconhecimento de defensores da ordem e da legalidade, como bem afirmava em primeira página, que o evento era a expressão de gratidão às Forças Armadas e ao “governo de estado pela preservação da democracia”. As ações empenhadas tanto pela entidade feminina quanto pelas lideranças masculinas constituem um conjunto de forças que pretendem legitimar a ação dos militares. São, portanto, esforços e ações políticas que viabilizavam um caminho de adequação a nova

ordem política e o reconhecimento e apoio da população para sua implantação. A presença feminina como organizadora de mobilizações políticas e públicas, como a do ato religioso e posteriormente da “*Marcha da Vitória*” utiliza-se de apelo emocional, expressando aspectos religiosos compatíveis ao pensamento anticomunista. Observemos o destaque atribuído pelo jornal *Correio do Ceará*, ao destacar um conjunto de informações a respeito da “*Missa Congratulatória*” aos militares logo na primeira página. A fotografia acima veio destacada juntamente com outras na capa. Tânia Regina de Luca (2005) alerta-nos afirmando que devemos atentar para as motivações e o destaque que a imprensa dá à abordagem de um acontecimento. Segundo ela, o registro de um acontecimento em primeira página configura um enorme peso, sobrepondo sua importância em relação às demais informações no periódico que foi distribuída entre outras páginas. Desse modo, podemos analisar que a participação de alguns jornais cearenses na cobertura da cerimônia que celebrava o golpe ia muito além da construção desse acontecimento e da sua difusão, mas também participava plenamente da própria natureza do acontecimento que transmitia. Assim, este mecanismo de tornar o acontecimento conhecido servia como forma de demonstração de posições no momento vivido, no qual todos buscavam mostrar reconhecimento à intervenção militar.

Ainda no ato religioso, o comandante da Décima Região Militar de Fortaleza, Aluísio Brígido Borba, emitiu uma nota de agradecimento pela referida homenagens aludidas às representações militares locais. Nela, o comando da 10ª R. M. expressava o seguinte:

Na ocasião do agradecimento, lembra ao Movimento Cívico da Mulher Cearense que nossas instituições e liberdades democráticas terão que ser mantidas também com o valoroso apoio da mulher cearense, que ao promover tão comovente espetáculo de fé cristã, simbolizou o apoio que cotidianamente dela recebemos em nossos lares¹⁸⁵.

Compreendemos a partir do trecho citado, que para as lideranças masculinas, sejam civis ou militares, o quanto era importante a existência e a presença da entidade feminina em Fortaleza diante do contexto de legitimação e colaboração do regime militar. Como vimos acima, as lideranças masculinas reforçavam o emotivo discurso da entidade feminina ao tratar da presença delas no espaço público como “mulheres maternas, cuidadosas e orientadoras”. As ações delas são transferidas para a ação política em roupagem de uma mãe atenta aos perigos que ameaçavam uma imensa família: a nação. A transferência da sua condição de mulher, pautada pelos padrões da época para a cena pública, parece-nos um caminho de mão dupla, pois indica uma forma de não serem vistas por suas ações de decisão política, mas por outro lado, reforçavam o pensamento anticomunista dos grupos femininos

¹⁸⁵ *O Nordeste*, 6 de abril de 1964, página 7.

do período. Isso significa que independente da não percepção dos interesses políticos vinculados aos grupos femininos, o temor ao comunismo era bastante estimulado entre a população. Tão presente que os discursos e manifestações de caráter anticomunistas foram capazes de mobilizar uma ampla parcela da população cearense.

O momento vivido na Catedral de Fortaleza veio a se tornar em espécie de embrião ou de ensaio, uma vez que as ações políticas desempenhadas pelo *Movimento Cívico da Mulher Cearense* e com o apoio e colaboração de diversas autoridades em prol da homenagem às Forças Armadas terão como desdobramentos a promoção da *Marcha da Vitória*. Além da extensão das ações como processo de legitimação e consolidação do golpe no Ceará pela entidade feminina, tais ações consolidavam a ação de outros grupos como a do comandante Aluísio Brígido Borba, representando a força do movimento militar no estado. Na verdade, a expressividade do apoio aos militares pelas lideranças políticas de Fortaleza advém também de suas formações: o governador Virgílio Távora - tinha formação militar no Rio de Janeiro, o vice-governador, Figueiredo Correia e o prefeito de Fortaleza, Murilo Borges, ambos possuíam formação militares. Não necessariamente a formação militar os colocariam como apoiadores imediatos do golpe civil-militar, tendo em vista que muitos militares resistiram ao Golpe, mas, sobretudo, as incertezas quanto ao futuro do país, ainda mais com a quebra da legalidade constitucional como medida de “salvar a democracia brasileira”, fez com que diversas lideranças políticas e militares desempenhassem ações favoráveis ao movimento golpista, como medida de sobrevivência diante da crise política nacional.

3.1 Os jornais convidam

O *Movimento Cívico da Mulher Cearense*, percebendo o poder de atuação e arregimentação ao ato religioso, passou para uma nova etapa: a organização da “*Marcha da Vitória*” em Fortaleza. Entre os dias 13 e 16 de abril de 1964, a imprensa cearense passou divulgar os convites promovidos pelo *Movimento* em prol da realização da “*Marcha da Vitória*” em Fortaleza. O mesmo se fará com os convites enviados dos municípios interioranos que também realizarão suas marchas. Abaixo temos um dos primeiros convites, a circular na imprensa, feito a respeito da marcha de Fortaleza (a 2ª ser realizada no Ceará)¹⁸⁶, conforme mostra o jornal *O Nordeste*:

¹⁸⁶ A primeira marcha realizada no Ceará ocorreu em Juazeiro do Norte, infelizmente não encontramos nenhum convite feito na imprensa antes da sua realização, apenas uma matéria posterior a realização dela, informando as

“Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”, Quinta-feira, em Fortaleza”

A exemplo de outras cidades deverá realizar-se, na próxima quinta-feira, em Fortaleza a “MARCHA DA FAMÍLIA, COM DEUS, PELA LIBERDADE”, em prol da preservação da Democracia.

Em Fortaleza, este movimento cívico, vem sendo organizado por um grupo de senhoras da sociedade fortalezense, sob, o comando da primeira DAMA DO ESTADO, sra. Luiza Távora.

ROTEIRO

Segundo informações ao O Nordeste, a marcha deverá sair da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, obedecendo o seguinte itinerário: Sena Madureira, Conde D’eu, Praça da Sé (onde será cantado o TE DEUM, rumando logo após para o quartel General da 10ª. R.M., local da grande concentração cívica.

A divulgação da manifestação em Fortaleza pretendia mobilizar a população cearense mais uma vez com o objetivo de comemorar o golpe civil-militar, ato promovido pelas Forças Armadas e com ampla participação de setores da sociedade brasileira. O tempo de rompimento do regime democrático, ou seja, o período pós-golpe era interpretado tanto pela imprensa como pelos líderes e autoridades como um momento de “fortalecimento e preservação da Democracia”. Na verdade, as ações empenhadas constituíam-se em bases e adequações para a legitimação do regime militar. Foi uma forma de adaptação e de reconhecimento ao novo governo, um governo militar que seria instituído um dia antes da realização da marcha de Fortaleza. As entidades femininas do Brasil, neste momento, estavam preocupadas em “preservar e consolidar o regime, preferindo os militares no governo aos políticos tradicionais, mesmo os de direita”¹⁸⁷.

Segundo o jornal, a autoria da marcha de Fortaleza era do *Movimento Cívico da Mulher Cearense* – M.C.M.C., cuja diretora era a Luiza Távora, sendo destacada pelos principais jornais cearenses como “a primeira dama do estado”, representando a mobilização anticomunista das classes médias e altas na arregimentação da população cearense em geral. O destaque de “primeira DAMA DO ESTADO” surge nos convites enviados e publicados aos jornais como um legitimador, sobretudo, como elemento de identidade que a mesma carregava, como sendo esposa do governador Virgílio Távora. A participação da Luiza Távora na vida política do esposo, o governador Virgílio Távora, carregava forte sentido, pois ela mantinha vínculos com diversas pessoas em todo o estado, intermediando na solução de problemas enfrentados pela população como cartas solicitando emprego, ajuda, auxílio e etc.

entidades promotoras e sua programação. O que pode ser extraído da informação divulgada é que a marcha realizada na cidade de Juazeiro do Norte teria ocorrido antes do dia 11 de abril de 1964, bem antes da marcha de Fortaleza. Quanto da participação de pessoas do interior na marcha de Fortaleza, alguns jornais informaram a participação de representantes de Juazeiro do Norte, o que poder um indicativo de ajuda na preparação na manifestação da capital cearense.

¹⁸⁷ CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 75.

A atuação de Luiza Távora na marcha de Fortaleza será, mais a frente, analisada com maiores detalhes.

No jornal *Unitário*, o *Movimento Cívico da Mulher Cearense* envia um convite para ser divulgado, contendo informações similares. O convite apresenta o sentido da manifestação, marcada para acontecer em Fortaleza, o perfil da entidade diante da nova conjuntura política brasileira.

CONVITE AO POVO

Tratando-se de uma manifestação pública, sem colorido político-partidário, O MOVIMENTO CÍVICO DA MULHER CEARENSE convoca todos os cearenses a que compareçam a Praça Coração de Jesus, a partir das 14 horas, destacando-se que o comércio e a indústria, no dia 16, fecharão suas portas, na parte da tarde, possibilitando assim o comparecimento geral. Vários oradores far-se-ão ouvir, inclusive a senhora Luiza Távora. Aviões no curso da passeata, jogarão boletins alusivos ao movimento que libertou o país da ameaça vermelha. O Movimento, pela sua direção, sugere aos proprietários de residências situadas no percurso a ser feito pela passeata cívica no sentido de que soltem papeis picados a passagem dos manifestantes para dar maior brilho ao acontecimento. Recomendam ainda os dirigentes da manifestação que sejam evitados faixas e cartazes que possam ser julgados ofensivos, somente sendo de desejar frases que digam da satisfação que domina a alma dos cearenses pela volta do país ao regime da ordem e [parte não decifrável por conta de um recorte]¹⁸⁸.

De fato, o perfil construído pela imprensa sobre o *Movimento Cívico da Mulher Cearense* se assemelha ao das entidades femininas espalhadas pelo país no contexto de luta anticomunista. Nele, a entidade de Fortaleza e a “*Marcha da Vitória*” caracteriza-se em traço “apolítico e sem colorido político-partidário”. Portanto, há uma tentativa de encobrir as motivações e descaracterizar suas ações e medidas tomadas como “apolíticas”. O objetivo da manifestação, segundo a entidade e agora compartilhada e difundida pela imprensa, era prestar uma “significativa homenagem às Forças Armadas, pelo grande serviço prestado a nacionalidade”¹⁸⁹. A participação da imprensa na divulgação dos convites lançados pelo *Movimento Cívico da Mulher Cearense* reflete um aspecto sumariamente importante que é o efeito de facilitar a tomada de conhecimento do acontecimento. Os jornais cumprem o papel de acelerar o processo de difusão da manifestação a ser realizado na capital cearense, cujo cunho político era o alinhamento ao movimento intervencionista militar.

Para François Dosse (2013) os meios de comunicação auxiliam na apreensão que as pessoas terão em função de um acontecimento, ocorrendo também do mesmo modo, na produção de sentidos. No convite lançado, alguns traços reforçam a identificação e o posicionamento político da entidade para a consolidação do regime militar, na medida em que

¹⁸⁸*Unitário*, 14 de abril de 1964.

¹⁸⁹*Unitário*, 14 de abril de 1964.

a direção da entidade solicitava a soltura de papéis picados no trajeto do desfile, sob a argumentação de que deveria fazer se alusão “ao movimento que libertou o país da ameaça vermelha” e aos cartazes confeccionados “que digam da satisfação que domina a alma dos cearenses pela volta do país da ordem”. São, portanto, referências ao movimento militar, que executaram a intervenção no cenário brasileiro, que agora por meio de desfile em celebração visa o reforço ao pensamento anticomunista.

Os locais escolhidos que representavam os poderes locais também faziam referência ao anticomunismo, que nesse momento era demonstrado em estado ou espírito de comemoração, de vitória. Os convites referentes à marcha de fortaleza tornaram-se uma das primeiras providências a serem executadas ou postas em plano, uma vez que a entidade organizadora – o *Movimento Cívico da Mulher Cearense* necessitava ainda de maior reconhecimento público através da divulgação pelos jornais cearenses.

Na busca do reconhecimento popular de suas ações como colaboradoras do movimento “revolucionário”, a entidade feminina de Fortaleza fez circular os convites da marcha fortalezense em notas publicadas nas páginas dos principais jornais cearenses, como por exemplos, *O Nordeste*, *Gazeta de Notícias*, *Unitário* e *Correio do Ceará*. Em razão da profundidade das ações empenhadas pela entidade, pelos desdobramentos da conjuntura política brasileira, que resultou na interrupção do processo democrático, muitos ainda aguardavam apreensivos a nova realidade brasileira. Os posicionamentos efetuados por alguns jornais cearenses foram favoráveis à implantação do governo militar Castelo Branco, porque alguns segmentos da sociedade brasileira acreditavam que o rompimento constitucional com o golpe de 1964 seria temporário, retornando posteriormente com novas eleições.

Embora os convites que circularam nesses jornais possuíssem semelhanças, eles tiveram algumas especificidades na medida em que o tempo transcorria e se aproximava da data de realização da marcha. À medida que o tempo se aproximava da realização, novas e urgentes providências apareciam. Quando lemos o convite da marcha publicado no jornal *Correio do Ceará*, em 13 de abril de 1964, encontramos detalhes significativos que o tornam mais específico em relação ao convite veiculado no jornal *O Nordeste*.

A exemplo do que ocorreu nas grandes capitais como São Paulo, Guanabara, Belo horizonte e Recife, também em Fortaleza as associações femininas democráticas promoverão, na próxima quinta-feira, dia 16, às 16 horas, a “Marcha da Família, Com Deus Pela Liberdade”, extraordinário movimento de afirmação democrática que na capital paulista deu impulso à grande reação nacional contra a comunização do país acelerada pelo Governo Goulart e que na Guanabara teve o sabor de comemoração da grande vitória contra os totalitários, assim como em Belo horizonte e na capital Pernambucana.

CONVOCAÇÃO

Dezenas de entidades democráticas estudantis, operárias e familiares estão convocando o povo cearense para participar da grande manifestação, que partirá da Praça Coração de Jesus, defronte à Igreja do mesmo nome, seguirá pela rua Sena Madureira até a Sé, onde será oficiado um “Te Deum”¹⁹⁰ em homenagem à vitória”.

HOMENAGEM ÀS FORÇAS ARMADAS

Após o ofício religioso, os manifestantes se dirigirão até o Quartel General da 10ª Região Militar onde será prestada uma homenagem às forças Armadas em virtude da atuação firme em defesa dos postulados da democracia e contra a comunização do país¹⁹¹.

O conteúdo explicitado no convite deixava claro que a atuação da entidade feminina de Fortaleza se encontrava em uma nova realidade de mobilização de combate aos comunistas, se diferenciando das entidades paulistas, cariocas e mineiras. As mobilizações femininas anteriores desempenharam ações políticas com o intuito de destituir o governo Jango, por esta razão o surgimento da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, na capital paulista, se tornou numa espécie de ensaio, petição pública para que os militares executassem a intervenção, posteriormente, elas serviram como base daquilo que surgiria em todo o país após a paralisação democrática, manifestações de cunho religioso e cívico em homenagem às Forças Armadas, objetivando agora o reconhecimento popular do golpe civil-militar, como um acontecimento de ruptura necessária para a manutenção dos valores, da ordem e da segurança nacional. Em atribuição a esse tipo de entendimento, as marchas no período pós-golpe, ganharam o sentido de “sabor de comemoração da grande vitória contra os totalitários”.

Conforme Dosse (2013) o acontecimento torna-se “perspectiva de expectativa”¹⁹², pois a sociedade se comunica, através das mídias, com os acontecimentos. Com relação à Marcha da Vitória de Fortaleza, embora ela houvesse de ocorrer ainda, sua difusão na imprensa em forma de convites e matérias, suscitava expectativas. Embora seu sentido fosse a comemoração do golpe, é possível pensar que a ampla cobertura da divulgação da marcha possa ter servido como espaço de reagrupamento político e alinhamento em relação às ordens superiores do “comando revolucionário”. Outra questão relevante no convite publicado pelo *Correio do Ceará* diz respeito ao caráter dado para o acontecimento e daquilo que ele se opõe, ou seja, a marcha passa ser vista como um fenômeno que rompe com a norma e ao mesmo instante, significando aquilo que emerge da ruptura. O sentido atribuído à marcha diz respeito a algo extraordinário que inaugura um tempo novo e alegre: “a vitória democrática contra os totalitários”. Em razão disso, a marcha provocaria, enquanto

¹⁹⁰ O *Te Deum* tem como principal característica representativa, hinário ou cântico religioso, utilizado em eventos solenes de ações de graças, tradicionalmente atribuído a autorias de Santo Ambrósio e Santo Agostinho.

¹⁹¹ *Correio do Ceará*, 13 de abril de 1964.

¹⁹² DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador – entre Esfinge e Fênix**. São Paulo: Unesp, 2013, p. 262.

acontecimento, o afloramento de expectativas, afetos, sentimentos e emoções de modo indissociáveis e em função daquilo que se esperaria dela como também em razão do que seria sentido e visualizado no instante da ocorrência. Como podemos notar a marcha não possui sentido e significado limitados em função do modo como ela foi produzida pelos jornais, mas estando aberto para um devir.

Alves (2005) argumenta que na conjuntura política do país, nos anos 1960, estava ocorrendo uma guerra específica que estava sendo travada, tendo como definições os tipos de inimigos *internos* (associados aos próprios militares) e *externos* (atribuído a sociedade, a família, a Igreja, sindicatos, meios de comunicação, etc.) e as formas e estratégias de combate na defesa da segurança nacional e da organização interna brasileira. Para ela, os latino-americanos tiveram uma forma diferenciada em compreender os problemas relacionados ao desenvolvimento e a segurança como possíveis vetores para uma guerra subversiva ou revolucionária, diferente da guerra total¹⁹³, durante o contexto internacional da Guerra Fria. Segundo a autora:

Os latino-americanos, preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária. Além disso, a ideologia latino-americana de segurança nacional, especialmente em sua variante brasileira, volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa¹⁹⁴.

Na visão da autora, após um longo período de estudo sobre o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, o tipo de guerra existente no Brasil, durante o contexto, era de uma “guerra não-declarada” e de “agressão indireta”. Tinha essas características porque dizia respeito aos conflitos e as tensões, que estavam ocorrendo no interior do país, resultando na modificação das estratégias de combate para inibir o inimigo interno, já que elas não se enquadravam como uma guerra convencional, sobretudo, porque elas estariam recebendo formas de auxílios no exterior. De acordo com a ideologia de Segurança Nacional, nesse momento estava ocorrendo uma guerra revolucionária comunista. A autora explica o porquê de uma guerra revolucionária na conjuntura política brasileira.

Desse modo, a guerra revolucionária assume formas psicológicas e indiretas, de maneira a evitar o confronto armado, tentando conquistar “as mentes do povo” e lentamente disseminar as sementes da rebelião até encontrar-se em posição de incitar a população contra as autoridades constituídas. Como a guerra revolucionária não é declarada e é promovida secretamente por forças externas do comunismo

193 Maria Helena Moreira Alves (2005) afirma que a guerra total possui como principal característica a mobilização da capacidade produtiva e da população, em torno da luta contra a agressão de outro país. “Até a Segunda Guerra Mundial, era esta a forma mais comum de guerra. É ela, por definição, uma guerra de ataque e defesa, mas de uma população unida contra um inimigo externo definido”. (MOREIRA, 2005, p. 44).

194 ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 39-40.

internacional, ela recruta seus combatentes entre a população do “país-alvo”. Por definição, portanto, torna-se suspeita toda a população, constituída de “inimigos internos” potenciais que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados. (ALVES, 2005, p. 45).

Observando as colocações de Maria Helena, elas demonstram a forma como certos grupos e autoridades agiam contra a presença comunista e o medo na condução política brasileira com o governo Jango. Ligada à guerra revolucionária estava a ideia do “inimigo interno”, agente inserido no seio social, responsável por imobilizar o progresso e o desenvolvimento da nação. Maria Helena afirma que:

Saliente-se também que a teoria do “inimigo interno” induz o governo ao desenvolvimento de dois tipos de estruturas defensivas. Primeiro, o Estado deve criar um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os “inimigos”, aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista “indireta”. (ALVES, 2005, p. 48).

Agindo por meio da teoria do inimigo interno, as autoridades brasileiras que permaneceram em suas administrações após o golpe, implantaram sistemas e quadros repressivos como forma de conter e eliminar sua influência na sociedade. Dessa maneira, os usos da ideologia de Segurança Nacional continuaram presente nos discursos proferidos em cada marcha da vitória.

Um dado relevante nos convites e nos discursos dos oradores nas marchas realizadas no caso específico do Ceará é a recorrente atribuição do papel da instituição militar como medida preventiva ou intervencionista nos quadros políticos do país. Esta ênfase ganha um contorno consistente quando observamos que os desfechos ou os encerramentos das marchas tiveram como ação principal prestar gratidão de homenagem às Forças Armadas brasileiras por ter deposto João Goulart do poder. Na marcha de Acopiara, município cearense, o jornal *O Correio do Ceará*, do dia 28 de abril de 1964, publica uma notícia sobre o acontecimento na cidade, tratando da relação que os militares tinham com a realização da marcha.

As Forças Armadas, porém, sentinelas indormidas da nacionalidade com energia e coragem agiram com a devida precisão, estabelecendo, desde logo, um “status” compatível com as nossas necessidades e condições de gente verdadeiramente ordeira, democrática e cristã. Como resultado imediato deste ato heróico e de transcendental importância para a atualidade brasileira, respira-se, hoje, em todos os recantos pátrios, o oxigênio puro da liberdade e dos direitos inalienáveis da pessoa humana. O povo acopiarense vem há dias, comemorando festivamente essa esplêndida vitória.

Esta passagem demonstra por meio dos discursos dos organizadores qual era o objetivo do evento: a glorificação das Forças Armadas. Mais o que se percebe é uma

revelação do pensamento que os civis tinham a respeito das funções e papéis dos militares diante dos acontecimentos na conjuntura política brasileira no ano de 1964. Sempre apontando para uma autonomia política dos militares, cujo papel era analisar o meio social para que nos momentos mais cruciais intervissem “com a devida precisão”. A passagem citada procura demonstrar que os interesses militares eram semelhantes aos dos civis, caracterizando que o processo de ação fora sobremaneira efetivado em conjunto. Isso nos leva a entender que os grupos que organizaram as marchas antes e após o golpe conheciam o projeto de conspiração que levou a intervenção militar no dia 31 de março de 1964, além disso, alguns eram até mesmo participantes do projeto conspiratório.

Soares (2006)¹⁹⁵ constrói um pensamento que analisa o processo de configuração da autonomia militar diante do sistema político brasileiro e suas relações com as outras instituições públicas que formam o Estado. Embora o autor trabalhe com uma década depois do golpe de 1964, suas construções analíticas tem importância para o problema levantado acima. Ao tratar da relação existente dos militares com determinados grupos e classes ele afirma:

A origem social dos oficiais pode constituir-se em um fator condicionante para relações entre a oficialidade e determinados grupos. Também a segmentação da sociedade e o corporativismo fazem com que grupos distintos busquem o apoio militar em situações em que a expectativa de perda de influencia gere o temor de uma perda de poder mais acentuada. Além disso, distintas conjunturas políticas aproximam projetos políticos de grupos e mesmo classes sociais a determinadas perspectivas do aparelho militar. (SOARES, 2006, p. 26).

Três fatores teriam facilitado a aproximação entre militares e civis em postos de governo, naquele momento: em primeiro lugar, as experiências anteriores dos civis, pois muitas das autoridades políticas, antes de exercerem seus cargos, já tinham passado pelas escolas militares como é o caso do governador cearense Virgílio Távora e do deputado estadual e federal Armando Falcão. Em segundo lugar, certos segmentos pertencentes à sociedade compartilham dos mesmos valores e projeto de mundo, os quais são cultivados pelos militares. E por último, em situações de crise política que podem afetar profundamente os interesses tanto de civis como de militares, os mesmos constituem uma espécie de união, no intuito de combater os seus inimigos. Esta união não se baseia na ideia de ambos possuírem visões de mundo de forma igualitária, mas uma ação necessária como medida de resistências e combate contra os seus oponentes.

¹⁹⁵Para um estudo aprofundado sobre o tema ver a obra Samuel Alves Soares - *Controles e autonomias: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)*.

Os três elementos podem fornecer um caminho a ser trilhado na busca de respostas que venham a confirmar que uma parte dos grupos envolvidos com as *Marchas da Vitória do Ceará* podem ter instrumentalizado tais questões para sobreviver politicamente ao novo regime. Soares sintetiza essa questão dizendo que “enquanto as instituições políticas padecem de uma fraqueza estrutural, a sociedade é intensamente politizada, de modo que diversos atores buscam apoio dos militares com intuito de aumentar o seu próprio poder”. Do outro lado, deixando uma característica própria dos militares “o papel de intervenção para “sanar a ordem e manter a hierarquia social””.

Nas marchas que antecedem o golpe, os militares aparecem nos discursos dos organizadores como sendo os únicos agentes responsáveis por salvar o país do comunismo. As marchas do pré-golpe têm como principal característica, a demonstração pública de uma parcela da sociedade em mobilização conservadora, que por meio de uma petição pública, que pretendia alertar as Forças Armadas quanto ao perigo comunista, e por sua vez, para que as mesmas realizassem uma intervenção militar diante da situação política do país.

3.2 A “primeira dama” convida

A presença da primeira-dama do Estado Luiza Távora na organização das marchas era enfatizada pelos jornais que anunciaram o evento. Sua figura já era reconhecida pelo trabalho assistencial com famílias carentes.

Em 1963, Luiza Távora torna-se presidente da LBA¹⁹⁶. Segundo Sibéria (2012), a mesma permaneceu no cargo até 1966, “concluindo o ciclo de sucessão de primeiras-damas na presidência da LBA¹⁹⁷ – Ceará”¹⁹⁸. No caso de Luiza Távora, sua atuação não se restringiu apenas a esta entidade. Quando Virgílio retoma a política com o seu segundo

¹⁹⁶ A Legião Brasileira de Assistência – LBA foi fundada no Brasil, em 28 de agosto de 1942, pela primeira dama Darcy Vargas, com o intuito de auxiliar as famílias dos soldados enviados para a Segunda Guerra Mundial. A LBA passou a ser implantado em todo o país, se espalhando nos estados e municípios brasileiros, tendo a cooperação significativa da Igreja Católica nas atividades de caridade e assistencialistas. Na LBA, houve a predominância da atuação das primeiras damas de estado, promovendo ajuda e trabalhos assistencialistas em regiões pobres e periféricas, o que servia como auxílio na gestão dos seus esposos. Devemos, portanto, lembrar que estas primeiras damas, não compreendiam o espaço da política a ser exercido de modo igualitário as condições dos homens, mas enfrentavam o espaço público como a extensão do lar, onde suas funções eram compreendidas como sendo as mesmas.

¹⁹⁷ Do momento que foi implantado a LBA no Ceará até a posse de Luiza Távora, várias mulheres ocuparam este cargo, sendo elas a primeira dama do estado: Brígida Holanda Pimentel (1942-1944), Branca de Carvalho (1945-1946), Inah Araripe Barbosa (1951-1955), Albaniza Rocha Sarasate (1955-1959), Olga Barroso (1959-1963) e Luíza de Moraes Correia Távora (1963-1966).

¹⁹⁸ MEDEIROS, Moíza Sibéria Silva de. Primeiro - damismo no Ceará: Luiza Távora na gestão do social. Dissertação do Mestrado em História pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2012, p. 83.

mandato, ela passou a “coordenar as ações da pasta da assistência social do Estado”¹⁹⁹. Sibéria afirma que “as ações da LBA, sob o comando de Luiza, foram planejadas a partir de um processo anterior de diagnóstico da realidade, buscando apreender quais áreas necessitavam de ações mais urgentes, contando com uma equipe de técnicos qualificados”²⁰⁰. Do mesmo modo, na direção da LBA, Luiza procurou articular sua ação com o Plano de Governo de Virgílio Távora, o PLAMEG I – o Plano de Metas Governamentais, cujo objetivo era promover melhorias da vida do cearense, pautado na ideia de modernização-conservadora, sem, portanto, modificar as relações de poder que as elites exerciam sobre a população.

Em 1964, especialmente, em torno da *Marcha da Vitória* de Fortaleza, Luiza Távora passa a exercer uma função de interlocutora entre os diversos grupos e classes sociais, apresentando a iniciativa de promover uma manifestação pública de reconhecimento à medida de intervenção dos militares. Ela passa a ocupar o espaço público, principalmente a imprensa cearense, enviando notícias e convites acerca da organização, programação e das medidas necessárias da direção do desfile. Luiza vem ao público por meio de alguns dos jornais representando a mulher cearense, mãe de família, católica, reforçando alguns traços ou funções da mulher brasileira dentro dos padrões conservadores, mas por outro lado, sua presença nesse espaço tem um papel bem específico, pois a ela era uma mulher influente e vinculada ao âmbito político, tendo seu carro chefe a menção de “*Primeira Dama*”, ou ainda de “a esposa do governador Virgílio Távora”.

Os jornais cearenses omitiram o nome de outras mulheres, integrantes da entidade, permanecendo as demais no anonimato, com exceção da esposa do comandante Aluísio Brígido Borba, Imenes Borba, que inclusive será uma das oradoras da marcha. A “*primeira dama*” foi um elemento social que marcou profundamente toda a movimentação e concretização em torno das marchas brasileiras, nos períodos *pré* e *pós-golpe de 1964* (SESTINI, 2008, p.89). Luiza Távora, representava para o momento o modelo de mulher cearense “adequado aos setores conservadores das camadas médias e altas”²⁰¹. Ela representava uma mulher que zelava pela pátria, pelo povo, transformando o espaço público em extensão do seu lar.

Percorrendo o espaço público, Luiza Távora como diretora do *Movimento Cívico da Mulher Cearense*, juntamente com as demais mulheres da entidade, passará a dialogar ou se comunicar com determinados setores da sociedade com o objetivo de promover o

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ Ibidem, p. 91.

²⁰¹ SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. **A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964**. Dissertação, São Paulo, 2008, p. 89.

andamento da organização do desfile; entre as necessidades que surgirão estão: 1 - o encerramento do comércio a partir das 16 horas da tarde para que os funcionários e consumidores pudessem se deslocar até o ponto de referência para o início da marcha; 2 – integrado ao objetivo anterior, o governo estadual tornou ponto facultativo uma parte do dia 15 de abril, data de realização da posse do presidente Castelo Branco, contando com a presença do governador Virgílio Távora e do deputado Paulo Sarasate; 3 – o lançamento de convites e encontros com diretores das repartições públicas, pretendendo mobilizar a participação de seus públicos na manifestação cívica; 4 – as locações de transportes coletivos para serem enviados aos municípios interioranos com o intuito de trazê-los até a capital para participarem da manifestação. Estas foram algumas das articulações da entidade *Movimento Cívico da Mulher Cearense* para o bom funcionamento e efetivação da *Marcha da Vitória* em Fortaleza, que foram registradas pelos jornais *Correio do Ceará*, *O Nordeste*, *Gazeta de Notícias* e *Unitário*.

À medida que se aproximava o dia de realização da marcha de Fortaleza alguns auxílios externos foram sendo visíveis. A demanda que encontrou maior repercussão ou notoriedade entre os quatro principais jornais de Fortaleza (*Correio do Ceará*, *O Nordeste*, *Gazeta de Notícias* e *Unitário*) foi a decisão dos presidentes das classes produtoras cearense em apoio a entidade em fechar as portas poucas horas antes do horário programado para o início da marcha na Praça Sagrado Coração de Jesus. Vejamos alguns deles abaixo:

Fig. 05: Comércio apoia a marcha de Fortaleza.



Fonte: Jornal *Correio do Ceará*, 14 de abril de 1964, página 06.

Fig. 06: Convite à marcha de Fortaleza.



Fonte: Jornal *Gazeta de Notícias*, 14 de abril de 1964 (Capa)

Conforme relatamos anteriormente, o fechamento dos estabelecimentos comerciais próximos ao ato inicial da marcha serviria como dispositivo agregador do público que seria deslocado para a Praça Sagrado Coração de Jesus. A estratégia foi adotada por Clovis Arrais Maia, presidente da Federação do Comércio do Ceará para atender as demandas do MCMC. A medida sinaliza, de fato, que as classes produtoras compartilhavam dos mesmos interesses, ou defendiam-nos conforme as situações surgiam. Quando Clovis Arrais Maia comunica à imprensa escrita, como mostra a notícia abaixo, ele instrumentaliza esse espaço para se integrar ou unir à entidade promotora da marcha da Fortaleza.

O Sr. Clovis Arrais Maia, Presidente da Federal do Comércio do Ceará, está fazendo um apelo aos comerciantes de Fortaleza no sentido de que cerrem as portas de seus estabelecimentos na próxima quinta-feira, a partir das 16 horas, a fim de que todos os comerciários e o povo em geral possa acompanhar a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” promovida pelo Movimento Cívico da Mulher Cearense²⁰².

A decisão embora consistisse em apelo ou em ato de colaboração ao fluxo da Marcha da Vitória de Fortaleza, representava por outro lado, uma demonstração de apoio à celebração do golpe, ao movimento militar. Determinados grupos ou setores da sociedade constituíam em espécie de apoio integrado, compartilhando os mesmos valores e referências simbólicas, formando uma “união de forças” em reconhecimento à legitimidade do acontecimento. No tocante a pretensão da decisão advinda por Clovis Arrais Maia, o *Correio do Ceará* explicitava que o mesmo realizou a seguinte justificativa: “no Rio, São Paulo, Belo

²⁰²*Correio do Ceará*, 14 de abril de 1964.

Horizonte e Recife, onde já foram realizadas essas passeatas, o comércio fechou mais cedo, a fim de permitir a presença de maior número possível de pessoas nesse grande movimento cívico”.

No processo de organização da “Marcha da Vitória” de Fortaleza, algumas lideranças que representava as classes produtoras tomaram medidas como contribuição e auxílio ao engajamento político das mulheres que compunham a entidade feminina fortalezense. O *Correio do Ceará* informava, no dia 14 de abril de 1964, que o presidente da Federação do Comércio do Ceará, Clovis Arrais Maia, “está fazendo um apelo aos comerciantes de Fortaleza no sentido de que cerrem as portas de seus estabelecimentos na próxima quinta-feira, a partir das 16 horas”. Era uma atitude que pretendia “que todos os comerciários e o povo em geral” pudessem “acompanhar a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, promovida pelo Movimento Cívico da Mulher Cearense”. A medida foi adotada também pelo então presidente do Clube de Diretores Lojistas de Fortaleza – Clovis Rolim²⁰³

A percepção da modificação de sentidos era um dado visível aos organizadores das marchas promovidas na nova conjuntura política. A comprovação de que os organizadores e a imprensa compreendiam as diferenciações de sentidos entre as duas manifestações podem ser visualizados na notícia divulgada pelo jornal *Correio do Ceará* quando afirmava que:

A exemplo do que ocorreu nas grandes capitais como São Paulo, Guanabara, Belo Horizonte e Recife, também em Fortaleza as associações femininas democráticas promoverão, na próxima quinta-feira, dia 16, às 16 horas, a “Marcha da Família, Com Deus Pela Liberdade”, extraordinário movimento de afirmação democrática que na capital paulista deu impulso à grande reação nacional contra a comunização do país acelerada pelo Governo Goulart e que na Guanabara teve o sabor de comemoração da grande vitória contra os totalitários, assim como em Belo Horizonte e na capital pernambucana²⁰⁴.

As marchas passariam a demonstrar “o sabor de comemoração da grande vitória” contra os comunistas, sabor promovido na lógica conservadora pelo ato militar. A organização da “Marcha da Vitória” em Fortaleza, apresentada pelo jornal *Correio do Ceará*, tem como ênfase a vitória contra os comunistas e como uma manifestação integrada a um processo de luta anticomunista promovida por mulheres organizadas em entidades, tendo como início dessas mobilizações as mulheres paulistas, cariocas e mineiras. Assim, entende-se que as promoções das marchas cearenses estavam inseridas dentro de um contexto de luta contra o comunismo e pautadas pelo projeto de permanente vigilância contra ele. Então,

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Jornal *Correio do Ceará*, 13 de abril de 1964.

entendemos que o papel destinado às marchas e que as ações empenhadas por seus idealizadores não eram isoladas, mesmo contendo as especificidades constituídas pelos organizadores e pelos lugares em que elas ocorreram.

As medidas promovidas para o desenrolar da marcha de Fortaleza se apropriavam de modos de realização de outras marchas já realizada no país. O jornal *Correio do Ceará* enfatiza que esse detalhe, o encerramento do comércio, permitiu uma melhor fluidez das manifestações ocorridas em São Paulo e Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, segundo Janaina Cordeiro (2009), o expediente comercial da capital carioca encerrou às 14h30min, “a idéia era facilitar o acesso dos moradores dos subúrbios da cidade à Igreja da Candelária, no Centro, de onde saiu a marcha”²⁰⁵. A marcha carioca contou com o apoio de várias entidades e repartições públicas. Tal detalhe também será repetido nas diversas marchas promovidas no Ceará. Ainda de acordo com as informações prestadas pelo jornal *Correio do Ceará*, em 14 de abril de 1964, podemos encontrar outros elementos atrelados à marcha de Fortaleza, que de certo modo, foi reproduzida das demais em outros estados.

A MARCHA

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” será iniciada às 16 horas, na Praça do Coração de Jesus e se encerrará defronte ao Quartel General da 10ª Região Militar onde será prestada significativa homenagem às Forças Armadas. Antes, os participantes da Marcha passarão pela Catedral onde será cantado o “Te Deum”.

Conforme está explícito acima, os locais a serem transformados em púlpitos de orações, rezas e cânticos tinham atribuições de sentidos religiosos e cívicos, ou de algum modo traziam algum tipo de representação ou temática relacionada à Igreja Católica. Por outro lado, os convites e boletins informativos pretendiam de certo modo remeter a temáticas vinculadas aos valores familiares, religioso e morais. Do mesmo modo, os convites e programações vinculadas na imprensa cearense transmitiam a ideia de marcha em dois sentidos: em uma visão triunfalista, manifestação sem precedentes em prol da comemoração da vitória militar contras os “subversivos” e de movimento em marcha, que “pode adquirir, nesse momento, um significado muito próximo de “estar em romaria”, que remete a um sentido de devoção, de graça e penitência”²⁰⁶.

No dia 15 de abril, alguns jornais trarão em suas páginas, outras novas demandas para a condução da marcha de Fortaleza. Em momento de véspera da Marcha da Vitória de

²⁰⁵ CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2009, p. 66.

²⁰⁶ PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (Orgs). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 87.

Fortaleza os esforços cresceram no intuito de igualar em tamanha dimensão as outras capitais brasileiras, tendo como referência as marchas realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife. Nos principais jornais, dava-se ênfase de que a manifestação a ser realizada na capital cearense seria, usando a seguinte manchete: “nada ficará a dever às de outras capitais do Brasil” ²⁰⁷. Como artifício de grandiosidade, o mesmo reforça que na referida manifestação “o Ceará lá estará representado por todas as classes” ²⁰⁸.

A marcha fortalezense carregava não apenas o sentido de um evento triunfal, jubiloso, mas retratava também de forma adicional ao sentido anterior, a ideia de disputa, de não ficar para trás, contendo uma responsabilidade naquele momento de realização de um desfile que mostrasse a capacidade dos cearenses, principalmente naquela ocasião quando se tinha um novo presidente que era cearense: o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Retornando as ações desempenhadas no dia 15 de abril de 1964, o jornal *Correio do Ceará* publica a nota oficial enviada pelo governo estadual, decretando ponto facultativo para o dia 15 e o fim do expediente às 15 horas para as repartições públicas como estratégia de mobilização para dois momentos significativos na nova realidade política brasileira:

Art. 1º - É considerado ponto facultativo para as repartições estaduais o dia 15 de abril de 1964, data em que se empossa como Presidente da República, o eminente cearense General do Exército Humberto Castelo Branco.

Art. 2º - O expediente das repartições estaduais no dia 16 de abril de 1964 encerrar-se-á às 15 horas, a fim de os servidores públicos possam participar das homenagens que a Mulher Cearense prestará às Classes Armadas, através da Marcha Com Deus Pela Liberdade Restaurada.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A ressalva apontada pelo *Correio do Ceará* transmite um tom de expectativa a respeito de dois momentos importantes para a história do Ceará: a Marcha da Vitória de Fortaleza e a posse de Castelo Branco. A marcha na capital cearense promovia a comemoração dupla, a celebração religiosa ou triunfalista da intervenção militar e a receptividade do governo militar, tendo a frente dele um cearense, de íntima relação com as lideranças e autoridades desse estado. Esses detalhes foram explicitados, quando no dia seguinte, em 16 de abril de 1964, a *Gazeta de Notícias* informava que exatamente naquele momento:

O Ceará ocupa posição de inegável destaque no Governo ontem constituído e empossado, cerceado das esperanças e da plena confiança de todo o Brasil. Na Presidência da República está o Marechal Humberto Castelo Branco. No Ministério da Viação outro ilustre cearense o Marechal Juarez Távora. E no Ministério de

²⁰⁷ *Correio do Ceará*, 15 de abril de 1964, p. 02.

²⁰⁸ *Ibidem*.

Minas e Energia outro distinguido filho de nossa terra, Juracy Magalhães. O Ceará pode, portanto olhar com redobradas esperanças o futuro, no que se relaciona com a solução dos seus mais presentes problemas.

De certo modo, vemos que a posse de Castelo Branco na presidência do Brasil foi também alvo de atenção da imprensa cearense, que além de ser instrumento de ampliação de propagação das ações do Movimento Cívico da Mulher Cearense e demais apoiadores do Golpe, também corroborou para a construção social do novo governo, demonstrando suas expectativas quanto ao líder cearense e a importância deste para a transformação das condições vividas pela população ou das próprias elites. Além disso, as expectativas se faziam mais pelo fato da equipe ministerial do presidente Castelo Branco integrar outros conterrâneos: Juarez Távora e Juracy Magalhães.

As vésperas de realização da Marcha da Vitória de Fortaleza, o Movimento Cívico da Mulher Cearense precisava providenciar os últimos ajustes para que a manifestação atendesse à tamanha expectativa gerada por todos os envolvidos direta ou indiretamente. Para tanto, ainda era necessário que a entidade realizasse novas articulações que colocavam o trabalho ainda mais em evidência. No mesmo sentido, as articulações com outros grupos e meios de comunicação fortaleciam a aparição pública das articuladoras da marcha de Fortaleza. As ações da entidade constituíam forma de fazer política, na qual condicionava a legitimidade do movimento, inserido no processo de instituição do regime militar. As integrantes do Movimento Cívico da Mulher Cearense realizaram um encontro alguns dias antes da realização da marcha de Fortaleza, no qual, a diretoria fazia apelo aos membros da Universidade do Ceará para participarem da manifestação. A publicação dessa ação exercida pelo grupo de mulheres, ocorreu no dia da posse do presidente Castelo Branco, através do jornal *Gazeta de Notícias*.

Comissão de senhoras dirigentes do Movimento Cívico da Mulher Cearense esteve na Reitoria da Universidade do Ceará, ante-ontem, à tarde, com a finalidade de transmitir convite a UC para participar, através de seus funcionários e professores, da Marcha com Deus pela Liberdade, que será realizada amanhã. O ato começará às 16 horas. O Vice-Reitor Renato Braga tomou conhecimento do convite e estendeu o mesmo aos corpos docentes e discentes e técnicos-administrativo da Universidade do Ceará. A comissão de senhoras do Movimento Cívico da Mulher Cearense foi recebida, ainda, pelo Chefe de Gabinete da Reitoria, prof. Carlos D'alge, e Secretário-Geral da UC, prof. Milton Dias²⁰⁹.

O Movimento dialogava com outros setores interessados em defender seus propósitos. A presença constante da primeira dama do estado, na condução do movimento,

²⁰⁹*Gazeta de Notícias*, 15 de abril de 1964.

tomando iniciativa de articulação, favorecia o crescimento de visibilidade de uma elite com base católica, liberal e anticomunista. São, portanto, elaborações de imagens públicas de certas personalidades que representam “a manutenção da ordem social no que diz respeito à religião, à propriedade e à proteção contra o perigo comunista”²¹⁰. As representações vinculadas às personalidades levaram a uma projeção política maior no estado e no país durante o regime militar.

O Movimento Cívico da Mulher Cearense também promoveu nos jornais mobilizações na véspera da marcha: nesse dia, Castelo Branco havia sido empossado como presidente na condução do país. O Movimento teve como estratégia o envio de um presente à Castelo Branco, demonstrando apoio e cooperação ao novo governo. Exatamente no dia da realização da marcha em Fortaleza, a *Gazeta de Notícias*, em 16 de abril de 1964, noticia para os leitores do periódico, ainda pela manhã, o presente enviado pelo *Movimento Cívico da Mulher Cearense*– MCMC ao presidente Castelo Branco:

O Governador Virgílio Távora, que foi portador da caneta de ouro enviada pela primeira dama do Estado, senhora Luiza Moraes Correia Távora, ao presidente Humberto Castelo Branco, como Lembrança do MOVIMENTO CÍVICO DA MULHER CEARENSE, para que o ilustre conterrâneo assinasse, ontem, o seu termo de posse, enviou à sua esposa o seguinte despacho:

“Conforme seu cabograma, acabo de desincumbir-me da missão honrosa, entregando em mãos do presidente Castelo Branco a caneta de ouro, com S. Excia. assinará o termo de posse.

Pedi-me o Presidente ser o intérprete dos seus melhores agradecimentos pela sugestiva oferta e da garantia de que todos os seus atos de chefe de governo serão assinados com aquela caneta. Estiveram presentes ao ato de entrega o deputado Paulo Sarasate e esposa. Abs., Virgílio.

A ação política, exercida por esta entidade feminina cearense, possui como preocupação demonstrar publicamente que a MCMC mantinha uma estreita relação política entre o governador estadual Virgílio Távora e o novo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. A menção do ato pelo periódico no dia do desfile em Fortaleza reforça a demonstração pública por parte das lideranças e sendo utilizada como símbolo de comoção e arregimentação para a mesma. Assim, a realização da marcha expande-se e permite a atribuição de novos sentidos a serem comemorados.

²¹⁰ SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. Um ato de fé numa hora de trevas: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade” In: **A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964**. São Paulo, 2008, p. 90. (Dissertação de Mestrado).

Os laços de identidades do presidente Castelo Branco e de alguns ministros escolhidos para compor o seu governo reforçavam ainda mais, nos jornais, a tentativa de mobilização dos cearenses em torno das marchas. Os laços construídos a partir da identificação dos conterrâneos cearenses se movimentavam em sentidos múltiplos, entre a ideia de promover avanço para o Estado por suas condições sociais e climáticas e pela representação histórica de uma presidente cearense, que por sinal, era considerado agora o líder da “Revolução de 1964”.

As manifestações carregavam sentidos de expectativas e apreensão quanto aos desdobramentos dos acontecimentos vindouros, fazendo com que certas lideranças políticas adotassem a medida de adesão ao golpe, agindo em torno de uma “zona cinzenta”, que em uma situação difícil, algumas personalidades e autoridades “procuraram se adaptar a ela e conviver do modo considerado possível com a realidade de seu tempo”²¹¹.

O dia 16 de abril de 1964 chegou, era uma quinta-feira, quando a “Marcha da Vitória” de Fortaleza daria início a realização de sua programação, às 16 horas da tarde, na Praça Sagrado Coração de Jesus, ao lado da Igreja Coração de Jesus, contendo uma enorme multidão no marco inicial.

3.3 O acontecimento nas capas dos jornais.

Em razão da marcha ter ocorrido, em Fortaleza, durante o período da tarde, durando algumas horas, as informações sobre o momento vivido neste acontecimento serão encontradas na manhã do dia seguinte. A manifestação contou com a participação de vários oradores, direcionando para a multidão algumas palavras carregadas de emoção pela “grande vitória da democracia”²¹² contra os comunistas e também alguns cânticos religiosos, ritualizando a celebração do golpe de 1964. É fundamental atentarmos para o modo como a marcha de Fortaleza foi abordada pelos principais jornais cearenses, inclusive pela forma como este acontecimento foi construído, reunindo um conjunto de detalhes com o objetivo de engrandecê-la através da abordagem da marcha em primeira página, do uso de fotografias que registram o momento da manifestação cívico-religiosa, da menção do número de participantes e do olhar dos jornais sobre a multidão.

²¹¹ CORDEIRO, Janaina Martins. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p. 201.

²¹² Jornal *Correio do Ceará*, 17 de abril de 1964.

As matérias publicadas a respeito da *Marcha da Vitória* de Fortaleza somente foram divulgadas no dia 17 de abril de 1964. Os três periódicos enfatizaram a realização da marcha de Fortaleza, apontando detalhes, embora com suas especificidades. De todo modo, alguns procedimentos adotados pelos três jornais tornaram-se comuns, como a publicação de capa trazendo a manifestação com dizeres expressando a sua “grandiosidade”.

Devemos, de certo modo, atentarmos para o destaque que os jornais realizam ao colocar determinadas informações e fotografias, imediatamente na primeira página: esse tipo de comportamento adotado pelos periódicos demonstra a preocupação ao se tratar de dar visibilidade a temas sociais. O acontecimento da marcha, mesmo após sua ocorrência, estava em processo de abertura para novos sentidos e transformações. Este momento pós-marcha torna-se significativo para compreendermos de que modo ela foi sendo construída pelos principais jornais cearenses após ser realizada na cidade de Fortaleza.

Quanto ao destaque dado à notícia pelos jornais como *Correio do Ceará*, *O Nordeste* e *O Povo*, podemos perceber que eles reservaram um lugar significativo para a Marcha da Vitória, vindo em primeira página. Isto revela o grau de importância que os jornais atribuíram ao acontecimento, principalmente porque ele estava profundamente relacionado com a nova realidade política do país.

Cervi e Antonelli (2007) enfatizam que a importância dada pelos jornais ao tema tratado, depende inteiramente da sua entrada na primeira página. Ambos também classificam a importância que o acontecimento possui nos jornais, destacando alguns traços como: “manchete com foto, manchete sem foto, chamada com foto, chamada sem foto, foto-legenda e chamada-título”²¹³. De acordo com estas informações, a importância ou o grau de atenção que recai sobre um assunto tem como medida os traços levantados acima. Ao tomarmos como base as informações levantadas pelos autores, podemos descrever um pouco da relevância que o tema da *Marcha da Vitória* de Fortaleza adquiriu ao ser destacada pelos principais jornais como o *Correio do Ceará*, *O Nordeste* e *O Povo*, que podem ser visualizados logo abaixo:

²¹³ CERVI, Emerson Urizzi e ANTONELLI, Diego. Primeira página e visibilidade de temas sociais: uma análise comparativa entre jornais diários de abrangência local em dois pólos regionais do Paraná. *Revista Política e Sociedade*, nº 11, outubro de 2007, p. 244.

Fig. 07: Marcha da Vitória em Fortaleza.



Fonte: jornal *Correio do Ceará*, 17 de abril de 1964.

De acordo com os autores Ermerson Cervi e Diego Antonelli (2007) o grau de importância que uma notícia ou um acontecimento possui ao ser destacado na capa de um jornal depende da sua entrada na primeira página, da dobra que ocupa e da temática abordada. Estes elementos são fundamentais para pensarmos como a *Marcha da Vitória* enquanto acontecimento foi configurado nas páginas dos periódicos cearenses. Sendo assim, podemos começar, tratando do jornal acima, *Correio do Ceará*, o que noticiou a marcha no dia 17 de abril de 1964, com o título “POVO REPUDIOU NAS RUAS CREDO COMUNISTA – A “Marcha” Foi Um Espetáculo Soberbo de Fé Democrática”. A *Marcha da Vitória* de Fortaleza teve entrada na primeira página do *Correio do Ceará* configurado numa manchete com foto, uma vez que ela é a foto principal e relaciona-se ao tema do título de maior destaque. Sobre este aspecto, a marcha torna-se a notícia principal do jornal, contendo imagens e informações espalhadas por outras páginas desta mesma publicação.

Quanto ao aspecto da dobra, que se torna outro elemento de visibilidade da marcha na primeira página do *Correio do Ceará* e que representa o lugar que ela ocupava ou onde estava localizada no periódico, torna-se significativo afirmarmos que a *Marcha da Vitória* de Fortaleza ocupava a primeira dobra, isto é, “o espaço do topo da página até a sua

metade, incluindo necessariamente o logotipo do nome do jornal”²¹⁴. Devido a esta localização, a marcha estava suscetível a ganhar mais importância, principalmente por conta do formato que este espaço continha na parte superior da primeira página, diferenciando em muito da parte inferior da mesma (chamada de segunda dobra).

No tocante as temáticas tratadas na manchete com foto, há referência à participação ampla de diversos setores da sociedade, que realizaram “a maior concentração popular já registrada em Fortaleza em todos os tempos”²¹⁵; o político, diz respeito a ação desempenhada num posicionamento favorável a intervenção militar e conseqüentemente, para a implantação e legitimação do governo militar. Em boa medida, o momento da marcha serviu como palanque ou altar para a pregação de um discurso que visava “a restauração da democracia brasileira”. Sobre o aspecto religioso, a marcha ganhou traços de romaria, se apropriando de elementos profundamente religiosos como cânticos, rezas e participação de líderes da Igreja Católica, no caso, da Igreja Metropolitana de Fortaleza, o Arcebispo Raimundo de Castro Costa e Silva.

Dúnya Azevedo (2009) menciona que durante a passagem dos anos 1950 para 1960, os jornais brasileiros passaram por uma profunda transformação, que teve como principal motivação os investimentos do governo Juscelino Kubitschek. Entre as renovações, pelas quais passaram os jornais brasileiros, estiveram: “o aumento do número de jornais, tiragens cada vez maiores com a introdução de novos métodos de composição e impressão, os contatos com agências de notícias e de publicidade [e] a implementação de uma rede de pontos de venda”²¹⁶. A autora aponta também outro elemento bastante significativo para o processo de aceleração do ritmo dos jornais: a fotografia. De acordo com ela, “a fotografia torna-se elemento essencial na construção da informação e ganha espaço maior na página”²¹⁷ dos jornais. Corroborando com essa ideia, Freire (2009) enfatiza que “com o desenvolvimento da fotografia, o jornal passa por uma revolução visual que vai influenciar em muito o modo de fazer e de ler jornais”²¹⁸. E para além dessa nova postura reservada aos jornais, o desenvolvimento da tipografia “fez com que o texto verbal passasse a conviver com os

²¹⁴ CERVI, Emerson Urizzi e ANTONELLI, Diego. Primeira página e visibilidade de temas sociais: uma análise comparativa entre jornais diários de abrangência local em dois pólos regionais do Paraná. *Revista Política e Sociedade*, nº 11, outubro de 2007, p. 245.

²¹⁵ Jornal *Correio do Ceará*, 17 de abril de 1964 (Capa).

²¹⁶ AZEVEDO, Dúnya. A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. *Revista Mediação*, Belo Horizonte, v. 9, nº 9, jul./dez. de 2009, p. 94.

²¹⁷ Ibidem.

²¹⁸ FREIRE, Eduardo Nunes. O design no jornal impresso diário. Do tipógrafo ao digital. *Revista Galáxia*, São Paulo, nº 18, dez. de 2009, p. 299.

elementos não-verbais e a demandar uma nova forma de organização dos conteúdos”²¹⁹. Como mediação, “o design vai aparecendo como elemento integrador destas duas instancias”²²⁰.

Torna-se fundamental conhecermos e percebermos o uso das técnicas produtivas pertencentes ao jornalismo no momento que os jornais cearenses deram visibilidade a *Marcha da Vitória* de Fortaleza, como também em relação às demais marchas realizadas nos municípios do interior do Ceará. No caso do jornal *Correio do Ceará*, a fotografia acima entra como parte fundamental do *design*, possuindo uma articulação com a temática abordada. A fotografia ganha uma objetividade e busca reforçar a ideia focada: o reconhecimento e a saudação popular aos militares brasileiros. Para enfatizar essa lógica, a fotografia registra a imensa “concentração popular”, destacando a multidão que se aglomerava ao lado da Igreja Sagrado Coração de Jesus, na praça com o mesmo nome. Do mesmo modo, a visibilidade da fotografia constitui um sentido para a marcha, o sentido de um acontecimento grandioso, de grande proporção, tendo a participação e aprovação da população. Conforme o próprio jornal estima-se “que pelo menos 70 mil pessoas participaram da marcha”²²¹.

É importante atentarmos para os números de participantes levantados por cada jornal, pois cada um deles apontará quantidades diferenciadas, mas buscando reforçar a marcha como uma manifestação grandiosa. Por outro lado, essas diferenças podem se constituir numa forma de disputa entre os veículos para dar ampla cobertura à marcha, construindo a manifestação como “sem precedentes”. Assim, os números estimados pelos jornais apontando a quantidade de pessoas que compareceu à marcha de Fortaleza, possui não apenas a função numérica, mas, sobretudo, um aspecto simbólico de grandeza que se pretende dar a visibilidade do apoio popular ao golpe e a recepção do governo Castelo Branco. Do mesmo modo, o uso da imagem da multidão, torna-se um elemento simbólico, apontando para uma identidade social e política - os que comemoram “a vitória da democracia”, abordado como elemento de pertencimento coletivo.

A marcha de Fortaleza recebe como atribuição dos jornais cearenses o sentido de um acontecimento singular que se afasta da norma rompendo toda a rotina da cidade e de modo inigualável. Reforçando esse pensamento, François Dosse (2013) justifica que o acontecimento ao ser colocado num plano de referência, recebe o sentido de aquilo “que se

²¹⁹ Ibidem.

²²⁰ Ibidem.

²²¹ Jornal *Correio do Ceará*, 17 de abril de 1964.

afasta da norma, o que é improvável, singular, acidental”²²². O acontecimento, “não faz parte da norma, o que, aliás, expressa bem o tratamento da imprensa que “seleciona como acontecimentos o que se afasta da norma”²²³.

Fig. 08: O povo cearense na Marcha da Vitória.



Fonte: jornal *O Nordeste*, 17 de abril de 1964.

Com relação ao jornal *O Nordeste*, de cunho religioso, dirigido pela Arquidiocese de Fortaleza, o tratamento do acontecimento da marcha terá sua importância e visibilidade, mas trazendo uma forma diferenciada de constituir o assunto na primeira e nas demais páginas. A fotografia registrada acima teve uma configuração diferente no design do periódico. O assunto da marcha teve como entrada uma chamada com foto e não uma manchete com foto. Embora o tema da manifestação fosse bastante significativo e contivesse a participação da instituição católica, sua atenção neste momento estava dividida entre “a manifestação cívico-religiosa”²²⁴ e a divulgação de informações acerca dos açudes que estavam sagrando no estado, causando inundações, isolamentos das cidades e desabrigando a

²²² DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador – entre Esfinge e Fênix**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 264.

²²³ Ibidem.

²²⁴ Expressão localizada no texto abaixo da fotografia. Jornal *O Nordeste*, 17 de abril de 1964.

população, como também as informações relacionadas às constantes chuvas que caíam e causavam inúmeros transtornos as populações dos diversos municípios do interior do Ceará.

O enfrentamento da chuva também foi um aspecto marcante nas narrativas das realizações das *Marchas da Vitória* no Ceará. Na marcha de Fortaleza, durante o desfile, “um forte aguaceiro” caiu sobre a cidade. Mesmo assim, “o povo permaneceu firme na sua manifestação cívica, abrindo os seus guarda-chuvas, prosseguindo, inalterada, a passeata”²²⁵. Em relação à marcha de Pentecoste, ela teve que ser adiada para o dia primeiro de maio devido aos problemas gerados na cidade por conta das fortes chuvas que caíam, impedindo assim uma melhor organização e preparação para a manifestação cívico-religiosa. Somente após a passagem das chuvas é que as mobilizações para a marcha de Pentecoste foram retornadas. Dias depois, o jornal *O Nordeste* publicava uma nota do correspondente local, informando que “após uma total paralisação das chuvas que caíram fortemente há vários dias nesta cidade, provocando desabrigo a centenas de famílias e desabamento de casas, a população agora volta suas atenções para a” *Marcha da Vitória* que será realizada no dia 1º de maio.

A respeito da chuva ainda, ela foi um elemento registrado pelo jornal *Unitário* na ocorrência da manifestação na cidade de Pacoti, por meio do qual o correspondente²²⁶ local noticiava “que o povo em geral que, mesmo com a forte chuva caída momentos antes, deslocou-se de todos os pontos do município para participar da “Marcha” e render seu preito de fé em Deus e nos destinos do País”²²⁷, agora era conduzido pelos militares. Na cidade de Limoeiro do Norte também a chuva causava preocupação a população. Aliás, as populações jaguaribanas estavam apreensivas com as notícias transmitidas pelas rádios locais e pelos jornais da capital a respeito das ameaças de inundações na região do Vale do Jaguaribe, devido o sangramento do açude Orós. A marcha de Limoeiro do Norte teve o momento inicial da marcha interrompida devido à forte chuva que abateu a cidade, tendo que ser reiniciada algumas horas depois. Notemos que durante os meses de abril e maio, quando as diversas cidades cearenses pretendiam mobilizar suas populações e grupos diversos para saudar o golpe e aderindo ao novo governo militar instituído, estas mesmas populações, principalmente as do interior do estado, passavam por dificuldades sociais e climáticas.

A fotografia da marcha de Fortaleza no jornal *O Nordeste* foi posicionada na segunda dobra da primeira página, ou seja, “da metade da página até a sua extremidade

²²⁵ Jornal *O Nordeste*, 17 de abril de 1964, página 02.

²²⁶ O jornal *Unitário* não informa o nome do correspondente de Pacoti, mas trazendo os termos iniciais da nota enviada ao periódico: “DO CORRESPONDENTE LOCAL”.

²²⁷ Jornal *Unitário*, 5 de maio de 1964.

inferior”²²⁸. Emerson Cervi e Diego Antonelli (2009) afirmam que as “chamadas na primeira dobra tendem a ganhar mais importância que as na segunda”, mas de todo modo, tratando-se do periódico *O Nordeste*, sua atenção é dupla, os dois temas, no caso, as chuvas e a marcha de Fortaleza recebem atenção cuidadosa ou dividida. O fato da cobertura da marcha estar posicionada na dobra inferior do periódico não destituiu o acontecimento da sua importância, sentido e magnitude pelos quais o constituíam. Aliás, o jornal *O Nordeste* teve um papel fundamental neste momento de cobertura da marcha: conseguiu publicar na íntegra a fala da diretora e líder Luiza Távora, a qual realizou um discurso marcado pelo anticomunismo e de demonstração de sua plena adesão aos militares.

Na página 11 do jornal, compreendemos mais uma vez a atenção dividida entre a notícia sobre o sangramento do açude Orós e a cobertura feita sobre a realização da marcha de Fortaleza. A construção espacial da matéria jornalística a respeito das duas temáticas mencionadas foi destacada na margem superior, tendo o mesmo ordenamento de conteúdo e valor-notícia. Eduardo Freire (2009) argumenta que o valor-notícia atribuído pelos jornais ocorre “pela área que a matéria ocupa, pelo lugar na página e pelo tratamento tipográfico”²²⁹. Esta organização tipográfica, segundo ele, torna-se fundamental ser observada, uma vez que “isso serve também para identificar o posicionamento discursivo do periódico”²³⁰.

A temática, presente na chamada com foto, teve como centralidade a demonstração da imensa quantidade de pessoas que compareceram a manifestação: 50 mil pessoas, sob o acréscimo do termo “Com Deus”. Os três principais jornais, *Unitário*, *O Nordeste* e *O Povo* focaram imediatamente na primeira página a atribuição de grandiosidade da marcha na capital cearense e o reconhecimento popular. *O Nordeste* deixa bastante visível o seu olhar sobre a marcha dentro de uma perspectiva religiosa, atrelada aos aspectos cívicos e políticos. Como dito anteriormente, essa tríade aparece nos jornais de modo semelhante e inseparável. Embora cada periódico tenha uma maneira específica de se apropriar desse acontecimento com base numa organização tipológica, os sentidos constituídos à marcha durante o processo de elaboração ou construção na imprensa permanecem como sendo os mesmos.

²²⁸ CERVI, Emerson Urizzi e ANTONELLI, Diego. Primeira página e visibilidade de temas sociais: uma análise comparativa entre jornais diários de abrangência local em dois pólos regionais do Paraná. *Revista Política e Sociedade*, nº 11, outubro de 2007, p. 245.

²²⁹ FREIRE, Eduardo Nunes. O design no jornal impresso diário. Do tipógrafo ao digital. Revista *Galáxia*, São Paulo, nº 18, dez. de 2009, p. 294.

²³⁰ FREIRE, Eduardo Nunes. O design no jornal impresso diário. Do tipógrafo ao digital. Revista *Galáxia*, São Paulo, nº 18, dez. de 2009, p. 294.

A entrada da *Marcha da Vitória* de Fortaleza, na capa do jornal *O Povo*, contou com traços semelhantes na do *O Nordeste*: uma chamada com foto e um pequeno texto descritivo abaixo da fotografia. Já no tocante a dobra, a marcha foi estruturada na primeira margem da página dividindo sua importância com o tema das cheias e o sangramento do açude de Orós. O grande diferencial desse jornal foi a forma como a marcha foi destacada, ganhando o sentido de uma “manifestação sem precedentes”. Tal sentido tornou-se bem mais explícito na sua primeira página do que nos demais jornais. Esta expressão atribuída pelo *O Povo* reforça a ideia de um “acontecimento “fora do comum”, que rompeu a uniformidade cotidiana em um espaço-temporal bem circunscrito”²³¹. No mesmo instante, esse pensamento se baseia na ideia de que o acontecimento da marcha atingiu essa concepção por conta da proporção de sua arregimentação, quantidade de participantes e o conjunto de lideranças presentes. O jornal *O Povo* através da fotografia abaixo pretendia disseminar tal sentido, cuja dimensão da marcha atingiu um impacto espacial, social e simbólico: momento reservado para a “demonstração de civismo, dos sentimentos religiosos e patrióticos”.

²³¹ DOSSE, François. O renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador – entre esfinge e fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 233.

Fig. 09: grande concentração de pessoas na marcha de Fortaleza.



Fonte: jornal O Povo, 17 de abril de 1964.

3.4 O acontecimento por dentro dos jornais

3.4.1 Jornal O Nordeste

Em 17 de abril, de 1964, o jornal *O Nordeste* publica a notícia a respeito da “Marcha da Vitória” de Fortaleza, manifestação realizada no dia anterior, trazendo como título “50 Mil Pessoas, Com Deus, Na Maior Manifestação de Civismo”. O jornal enfatiza que a “manifestação cívico-religiosa” atingiu uma dimensão numerosa de participantes, sendo “a maior dos últimos tempos”. A marcha ganha características por esse e outros periódicos como um evento sem precedentes, algo novo e ao mesmo tempo grandioso. Por outro lado, o

acontecimento da marcha é atribuído pela imprensa como uma ação espontânea, cívica, em prol da restauração da “democracia”.

O Nordeste traz um elemento diferente entre os demais que foi a publicação da fala da diretora do *Movimento Cívico da Mulher Cearense*, Luiza Correia Távora, na íntegra. Naquele momento, ela representava o modelo de mulher religiosa, preocupada com a segurança da família capaz de estender o lar para o espaço da rua na defesa de seus valores. Este aspecto é visível quando a mesma afirma que ali participando do ato comemorativo aos militares “em nome dessa mulher cearense, amante dos filhos, temente a Deus e em Deus permanentemente fortalecida”²³².

Defender os ideais de mulher conservadora era também defender a igreja. *O Nordeste*, no período *pós-realização* da marcha, quando explicita a fala de Luiza Távora em uma das suas páginas, representa um exercício duplo de fala: os ideais e valores da instituição católica são intermediados na voz da primeira-dama.

POVO CEARENSE!

Na verdade, em momento como este, de tão grande significação, qualquer outra voz feminina, que não a nossa, bem melhor poderia expressar os sentimentos de alegria e íntima satisfação que invadem a alma da coletividade do Ceará, por sentirmos todos que já está afastada do horizonte da Pátria a terrível ameaça que ensombrecia os nossos corações, até bem pouco tempo.

Aceitamos porem, nesta hora tão grata, a delegação que nos foi dada, de dirigir algumas palavras, em nome da mulher cearense, agora jubilosa e tranqüila, para uma homenagem mais do que justa e oportuna às classes armadas, que construíram a vitória final das forças do Bem contra as ameaçadoras forças da desordem.

A Pátria estava a correr um grande perigo. Disto se apercebeu, desde longa data, a mulher brasileira, ela que tem o recesso do lar como miniatura da Pátria, que se quer uma e indissociável, tal como a família.

Agora, quando Exército, Marinha e Aeronáutica, unidos num só pensamento e numa mesma ação, afastaram para bem longe, enérgica e lealmente, os desleais e solertes inimigos do Brasil, da família e dos mais sagrados sentimentos de patriotismo do nosso povo, exulta a alma da mulher cearense, essa mulher intemorata que tem lições aprendidas na História da sua Terra, através dos exemplos de Bárbara de Alencar e de Elvira Pinho.

Em nome dessa mulher cearense, amante dos filhos, temente a Deus e em Deus permanentemente fortalecida que, nesta hora, levantamos a nossa voz, pedindo a esse Deus, cujo amor ensinamos aos nossos descendente e que é bondade mas também é Justiça, inspiração e força para os que libertaram o Brasil da desordem e da escravidão – soldados, marujos e aeronautas – irmanados sempre às reservas sadias da nacionalidade, ergam bem alto a bandeira auri-verde, até colocá-la, como símbolo legítimo da terra que tanto amamos, no lugar sobranceiro que merece, entre as bandeiras das maiores e mais respeitadas nações do mundo!

Às Forças Armadas do Brasil, o nosso coração ufano e agradecido da Mulher Cearense!²³³

Percebemos na fala de Luiza Távora a demonstração de um discurso anticomunista, ao afirmar “que já está afastada do horizonte da Pátria a terrível ameaça”

²³² Jornal *O Nordeste*, 17 de abril de 1964.

²³³ Jornal *O Nordeste*, 17 de abril de 1964.

comunista. A mesma também reflete um discurso em prol da intervenção militar, destinando a ação dos militares como medida salvadora do país. Devemos informar que a participação de Luiza Távora, a primeira-dama do estado, não era um caso específico, muitas marchas espalhadas por todo o país, contou com a participação das primeiras-damas, inclusive algumas delas foram oradoras nos desfile. O projeto “de mulher brasileira” entra nas marchas como elemento simbólico fundamental para a arregimentação da sociedade para atos comemorativos ao golpe civil-militar de 1964.

O discurso proferido pela Luiza Correia Távora apresenta-nos algumas questões pertinentes para o entendimento de como foram sendo processadas algumas estratégias de mobilizações anticomunistas no país, durante a conjuntura política brasileira (1961-1964). A fala da diretora do *Movimento Cívico da Mulher Cearense* toma como principal agente articulador, a participação feminina em engajamento político contra o “suposto perigo comunista” que “rondava a Nação”. Entretanto, a participação feminina no cenário público em ações políticas representava um elemento novo para o período, mas continha algumas especificidades, sobretudo, no tocante, as articulações da classe média brasileira preocupada com o nacional-populismo. Portanto, embora o discurso de Luiza Távora tomasse o nome da coletividade, englobando todas as mulheres, ela representava nessa comemoração do golpe civil-militar de 1964 a defesa de ideais e interesses vinculados a um grupo social e político. De acordo com Heloisa Starling (1986) “a participação nas Marchas foi respondido com intensidade pelas classes dominantes, e com particular entusiasmo por amplos setores das camadas médias”²³⁴.

Quando as mulheres de classe média e alta entram em ação contra o comunismo, elas se mobilizam em defesa da: Pátria, Religião e Família. Numa perspectiva anticomunista, o avanço do comunismo “teria necessariamente de destruir os pilares de sustentação dessa sociedade”. A pátria estaria submetida ao “império russo”, os valores espirituais seriam trocados pelos bens materiais e a família seria regida pelo estado comunista.

Como as demais lideranças femininas em outros estados, o discurso de Luiza Távora na “Marcha da Vitória” de Fortaleza traz as representações de “pátria” e de “nação” vinculado às imagens de “mãe” e “família”. O momento da fala reforça a ação iniciada alguns anos anteriores quando “os grupos femininos de pressão” iam para o espaço público “como

²³⁴ STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis – Rio de Janeiro: editora Vozes, 1986, p. 187.

legítimos defensores da Nação “ameaçada””²³⁵. Essa argumentação foi bastante comum, quando determinadas autoridades, poucos dias após o golpe, apareceram nas páginas dos jornais explicitando suas saudações ao movimento intervencionista dos militares, recorrendo a uma explicação conjuntural (1961-1964) e abertura do governo em dialogar com os grupos “subversivos”, em especial o momento de realização do Comício da Central do Brasil, que ganhou argumentações para que amplos setores conservadores se mobilizassem em defesa de seus valores e interesses.

Os jornais cearenses acabaram concebendo a ocorrência da marcha como um acontecimento que rompeu a ordem e provocou uma ruptura institucional necessária em prol da preservação dos seus valores, e mais estritamente, em função do “fortalecimento da democracia” tendo como “bases sólidas”, “a ordem e o progresso” sob o controle de um governo militar. Atrelada a esta concepção a marcha se constituía numa perspectiva de que sua ocorrência realizou o desfecho de um momento ruim e indesejado pelas elites brasileiras. Ainda mais, a marcha tornava-se simultaneamente, a abertura de um novo horizonte para o Brasil, estabelecendo novas esperanças e expectativas. Por esta razão, não somente a fala da líder, mas também os próprios olhares da imprensa sobre o acontecimento reforçavam três elementos que constituíam a marcha em acontecimento sem precedente: sua intensidade, sua relação imediata com público e seu caráter carregado de sentidos.

Para que a marcha atingisse o aspecto de grandiosidade, “sem ficar nada a dever as outras capitais brasileiras”, foi necessária a participação da imprensa na construção do acontecimento, divulgando as notas enviadas pelo Movimento Cívico da Mulher Cearense, que também recorria aos meios de comunicação, lançando convites à população e tratando de medidas necessárias para que todos pudessem colaborar com o processo de “consolidação do movimento revolucionário”. A recepção pública da marcha através da imprensa representa um processo de socialização do acontecimento. Isto significa que os jornais exerciam não apenas o papel de informar e dar cobertura ao acontecimento ocorrido na capital cearense, mas, sobretudo, era participante, e seus interesses e visões acerca da realidade também estavam em xeque.

Para François Dosse (2013) as mídias são particularmente interessadas na natureza dos acontecimentos, tendo como exemplo três elementos fundamentais: “a descrição, a narrativa e a normatização”. De acordo com ele, a primeira etapa – a descrição do acontecimento trata exatamente do interesse da imprensa em querer responder o que

²³⁵ STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis – Rio de Janeiro: editora Vozes, 1986, p. 177.

aconteceu reunindo “um monte heterogêneo de informações em um esquema individualizante e coerente”²³⁶. Neste caso, quando os jornais cearenses se mobilizaram para descreverem a ocorrência da marcha de Fortaleza, eles estão participando de um processo de interpretação do acontecimento, ou seja, configurando, dando forma ao acontecimento e ao mesmo atribuindo sentidos. Isso reflete uma questão significativa: antes mesmo que os leitores, dos jornais aqui trabalhados, estabelecessem qualquer tipo de relação, experiência ou identificação com o acontecimento ocorrido, tais elementos já eram individualizados e socializados pelos grupos que compunham tais periódicos.

No momento em que o jornal *O Nordeste* destaca o discurso de Luiza Távora, proferido no encerramento do desfile no Quartel General da 10ª Região Militar, em Fortaleza, ele desempenha a função de individualizar o acontecimento através dos seus escritos. Dosse afirma que a individualização do acontecimento ocorre através da sua descrição, sendo responsável por fazer com que o acontecimento narrado seja sentido, provoque um tipo de ação ou reação, afete ou diga algo a alguém. Desta maneira, a presença da marcha nos jornais cearenses buscava garantir a receptividade popular da marcha, reconhecendo dentro de uma a necessidade da intervenção militar e a construção das bases que levassem a população à identificação com o novo governo.

É importante lembrarmos que “o acontecimento também é configurado em função da perspectiva de expectativa em que ele acontece”²³⁷. Conforme a argumentação de Dosse, o modo como o acontecimento será observado dependerá de toda uma rede de crenças, de um conjunto de referências e padrões. Sendo assim, as marchas ocorridas no Ceará são construídas pela narrativa jornalística tomando como referência um passado bem recente, compreendido como um momento de incertezas, como enfatizou Luiza Távora em seu discurso: “A Pátria estava a correr um grande perigo”²³⁸; o presente é visto ou configurado “como a vitória final das forças do Bem contra as ameaçadoras forças da desordem”²³⁹. As marchas que celebraram a vitória golpista carregavam o sentido de inauguração de um novo tempo, cujos significados diversos eram delineados por sensações, sentimentos, alegrias, júbilo, tranquilidade, paz, ordem e progresso. Não podemos esquecer que este tempo presente vivido nas marchas foi utilizado para se projetar o tipo de futuro a ser vivido quando Luiza Távora afirmava que “já esta afastada do horizonte da Pátria a terrível ameaça que

²³⁶ DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador – entre Esfinge e Fênix**. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 267.

²³⁷ Ibidem.

²³⁸ Jornal *O Nordeste*, 17 de abril de 1964.

²³⁹ Ibidem.

ensombrecia nossos corações”²⁴⁰. O horizonte desejado era um país controlado por um governo militar, com “ações enérgicas” e sem a presença dos “inimigos vermelhos”.

3.4.2 Jornal *O Povo*

No jornal *O Povo*, o acontecimento da marcha realizada em Fortaleza ganha uma narrativa mais descritiva e menos emotiva que os demais jornais. Nem por isso, significa que este periódico tenha uma contribuição menor que o anterior. Ao contrário, a riqueza de seus detalhes descrição o torna fonte importante para identificarmos os grupos sociais presentes no ato celebrado em homenagem a vitória militar. Além disso, o mesmo fornece uma descrição da trajetória, do percurso realizado pelos participantes da manifestação cívico-religiosa, mencionando os nomes das principais ruas e locais de paralisações para atos de falas, orações e cânticos. Presot (2010) alerta-nos para problematizar a “pluralidade de significados contida em tais manifestações, que pode ser observada a partir da análise de elementos presentes nas culturas políticas das regiões onde as Marchas se realizaram”²⁴¹. Esta questão direciona o nosso olhar para as escolhas dos locais inseridos no percurso do desfile, os usos de símbolos e expressões locais e entre outros elementos presentes.

A direção do *Movimento Cívico da Mulher Cearense* – MCMC selecionou como ponto de partida para aglomeração da multidão, a Igreja Sagrado Coração de Jesus, tendo em sua lateralidade uma praça do mesmo nome que também serviu como espaço inicial das primeiras ações contidas na programação do desfile. A igreja havia sido reinaugurada em 1961, após o teto ter sofrido um desabamento. Boa parte da população central de Fortaleza, semanalmente frequentava as missas e os filhos participavam dos cursos de catequese. “A concentração realizou-se a partir das 15 horas, na Praça Coração de Jesus, que se tornou pequena para a enorme multidão que se deslocou para aquele logradouro”.

O segundo conjunto de elementos presentes na “Marcha da Vitória” de Fortaleza, apontado pelo jornal *O Povo*, diz respeito aos grupos e lideranças presentes ao ato, que participaram de formas variadas, umas apenas marchando, outras, além disso, se manifestando publicamente. No momento em que a concentração caminhava em direção a principal rua que

²⁴⁰ Jornal *O Nordeste*, 17 de abril de 1964.

²⁴¹PRE SOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e sentimento no século XX – (Brasil e América Latina)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 86.

dava acesso aos outros pontos referenciais para atos religiosos e cívicos, *O Povo*, enfatiza que estava “à frente o vice-governador Figueiredo Correia e seu secretariado, a Primeira Dama do Estado, outras autoridades civis e militares, representantes de entidades sindicais e estudantis, delegações de colégios públicos e particulares”²⁴². As autoridades e lideranças representavam um conjunto de forças unificadas em prol da celebração do golpe e da homenagem às forças Armadas. Do mesmo modo, elas representavam as classes médias e altas da capital cearense, unidas em defesa de seus interesses diante dos desdobramentos da conjuntura política brasileira. Deste grupo, a personalidade que ganhou destaque, foi Luiza Távora, a primeira dama do estado.

À medida que o jornal *O Povo* discorre a respeito da ocorrência da “Marcha da Vitória” de Fortaleza novos elementos vão aparecendo na narrativa e refletem um pouco do universo simbólico compartilhado pelos organizadores da marcha. Como exemplo disso, temos a seleção do percurso, do trajeto da manifestação que representava os elementos que constituíam os objetivos de homenagem aos militares. Do ponto inicial, a Praça Sagrado Coração de Jesus até o local final da marcha, o Quartel General da 10ª Região Militar, “a compacta massa seguiu pelas ruas Sena Madureira e Conde D’Eu, portando cartazes e faixas alusivos à defesa das instituições e de exaltação às Forças Armadas e ao novo Presidente da República”²⁴³: Humberto de Alencar Castelo Branco.

Sena Madureira e Conde D’Eu representam duas personalidades importantes para a história militar e política do país. Antônio de Sena Madureira, nascido em Recife em 1841, era militar brasileiro, participou do confronto na Guerra do Paraguai e se tornou ainda mais conhecido como autor do livro *Guerra do Paraguai*. Luís Felipe Gastão de Orléans – Conde D’Eu, de nacionalidade francesa, neto de Luís Filipe I, rei da França, passou a fazer parte da família imperial brasileira, quando se casou com Isabel Cristina Leopoldina de Bragança. Sua atuação no Exército Brasileiro, liderando as forças militares na guerra do Paraguai lhe trouxe grande prestígio e reconhecimento nacional. O que na verdade surgia nesse momento eram práticas inovadoras através da atuação das forças militares brasileiras: a prática de intervenções e o interesse pelo aspecto político. Por outro lado, inaugurava uma diferenciação de grupos dentro do poder militar: uma elite militar interessada na condução do país nos

²⁴² Jornal *O Povo*, 17 de abril de 1964.

²⁴³ *O Povo*, 17 de abril de 1964.

diversos aspectos e a outra formada por pracinhas²⁴⁴ que desejavam melhores condições de trabalho e de vida.

É interessante pensar que a marcha fortalezense, como forma de exaltar o que se concebia como “movimento revolucionário”, em 1964, tenha escolhido percorrer logradouros que fazem referência a esses militares transformados em heróis pátrios. Seria esse um esforço para fortalecer a imagem do militar brasileiro, em especial, no momento em que no Brasil inteiro estavam sendo organizadas e realizadas manifestações de cunho cívico-religioso em homenagem ao golpe militar de 1964? É possível pensar que sim.

Percorrendo a narrativa da “Marcha da Vitória” de Fortaleza, através do jornal *O Povo*, encontramos questões alusivas de valorização da personalidade do militar como principal protagonista da ação intervencionista comemorada nos dois principais pontos referenciais de exposição de ritos, gestos e ações: Igreja Catedral Metropolitana e o Quartel General. Esses foram os locais escolhidos para que os organizadores e lideranças políticas, militares e eclesiásticas convidados, pudessem realizar ou dirigir suas falas em saudação aos militares brasileiros, celebrando a intervenção através de uma ritualização que incorporava elementos religiosos, cívicos e militares. Com relação às ações desempenhadas no primeiro local de paralisação *O Povo* informa que “ao chegar à praça da Catedral, os participantes da concentração assistiram, na Catedral Metropolitana a um emocionante “Te Deum”, oficiado por Dom Raimundo de Castro e Silva”²⁴⁵. A utilização do “Te Deum”, como parte da cerimônia em celebração ao golpe estabelecia um vínculo com os participantes, levando-os a prestar agradecimentos a Deus e ações de graças aos militares pela intervenção no país.

A Vós, ó Deus, louvamos e por Senhor nosso Vos confessamos.
 A Vós, ó Eterno Pai, reverencia e adora toda a Terra.
 A Vós, todos os Anjos, a Vós, os Céus e todas as Potestades;
 A Vós, os Querubins e Serafins com incessantes vozes proclamam:
 Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus dos Exércitos!
 Os Céus e a Terra estão cheios da vossa glória e majestade.

A Vós, o glorioso coro dos Apóstolos,
 A Vós, a respeitável assembléia dos Profetas,
 A Vós, o brilhante exército dos mártires engrandece com louvores!
 A Vós, Eterno Pai, Deus de imensa majestade,

Ao Vosso verdadeiro e único Filho, digno objecto das nossa a adorações,
 Do mesmo modo ao Espírito Santo, nosso consolador e advogado.

Vós sois o Rei da Glória, ó meu Senhor Jesus Cristo!
 Vós sois Filho sempiterno do vosso Pai Omnipotente!

²⁴⁴Dentro da composição das Forças Armadas brasileiras era a categoria mais baixa e quando esses soldados eram enviados a guerra, eles se posicionavam na linha de frente.

²⁴⁵*O Povo*, 17 de abril de 1964.

Vós, para vos unirdes ao homem e o resgatares
 Não Vos dignastes de entrar no casto seio duma Virgem!

Vós, vencedor do estímulo da morte,
 Abristes aos fiéis o Reino dos Céus,
 Vós estais sentado à direita de Deus,
 No glorioso trono do vosso Pai!
 Nós cremos e confessamos firmemente
 Que de lá haveis de vir a julgar no fim do mundo.

A Vós portanto rogamos que socorraís os vossos servos
 A quem remistes com o Vosso preciosíssimo Sangue.
 Fazei que sejamos contados na eterna glória,
 Entre o número dos Vossos Santos.

Salvai, Senhor, o vosso povo e abençoai a vossa herança,
 E regei-os e exaltai-os eternamente para maior glória vossa.
 Todos os dias Vos bendizemos
 E esperamos glorificar o vosso nome agora e por todos os séculos.
 Dignai-Vos, Senhor, conservar-nos neste dia e sempre sem pecado.
 Tende compaixão de nós, Senhor,
 Compadecei-Vos de nós, miseráveis.
 Derramai sobre nós, Senhor, a vossa misericórdia,
 Pois em Vós colocamos toda a nossa esperança.
 Em Vós, Senhor, esperei, não serei confundido²⁴⁶.

Exatamente, no momento do ato religioso “uma forte neblina” caiu sobre os participantes da marcha, o que segundo a visão do periódico, “em nada afetou a quantos ali se encontravam dando graças ao Altíssimo pela vitória alcançada”²⁴⁷. Além de narrar o acontecimento da marcha através da escrita, o jornal explicita na construção da notícia a sua posição em relação à mobilização.

Como ponto final de concentração da marcha, os jornais cearenses apontaram na constituição do trajeto, o Quartel General da 10ª Região Militar, lugar onde se prestaram homenagens às Forças Armadas. Assim, o Quartel General e as autoridades ali ocupadas, simbolicamente, se transformaram em representantes das homenagens feitas pelo *Movimento Cívico da Mulher Cearense*. Sobre a concentração no QG da 10ª R. M., o jornal *O Povo* afirma o seguinte:

Terminando o ofício religioso, as autoridades se dirigiram para o QG, que estava todo engalanado e onde já se encontravam reunidos todos os porta-estandartes. Houve, então, no pátio interno, uma manifestação às tropas aquarteladas em Fortaleza (do Exército, Marinha e Aeronáutica), através das palavras dos estudantes

²⁴⁶ O Te Deum era um cântico litúrgico da Igreja Católica, oficiado em cerimônias solenes de ação de graças. O mesmo era entoado em latim. O “Te Deum” era entoado num momento precedente ao sermão religioso, sendo em algumas situações momento para que o orador se encaminhasse ao centro do púlpito da igreja para fazer o uso da palavra aos fiéis. O hino era dividido em três: ressaltando a glorificação a Santíssima Trindade por todos os seres racionais; a segunda, pela exaltação a Jesus Cristo, justo juiz das nações e a última, marcada por uma veemente súplica. O cântico se encontra disponível em <http://catolicoorante.com.br/oracao.php?id=113>. Acesso em 14 de julho de 2015, às 15h07min.

²⁴⁷ Ibidem.

Joaquim de Alencar Bezerra, em nome da União Estadual dos Estudantes, e José Guedes dos Campos Barros em nome dos alunos da Faculdade de Direito. A primeira Dama do Estado, dona Luiza Távora, fez uso da palavra, para, em nome da mulher cearense “expressar os sentimentos de alegria e íntima satisfação que invadem a alma.

Como pode ser observado é no Quartel General da 10ª Região militar de Fortaleza, onde as autoridades responsáveis pela realização da manifestação dirigem a palavra ao público presente, prestando homenagens às Forças Armadas pelas autoridades locais. O QG simbolicamente é associado pelos organizadores da marcha e se transforma como o espaço propício a assimilação dos objetivos da marcha. Neste lugar de compartilhamento dos interesses ligados ao movimento, três oradores segundo o jornal *O Povo*, se manifestaram: Luiza Távora – líder do *Movimento Cívico da Mulher Cearense*, Imenes Borba e o seu esposo, o comandante Aluísio Borba.

Após o discurso de Luiza Távora, já analisado em páginas anteriores, a marcha prosseguiu com a participação de Imenes Borba. “De improviso, e com a voz embargada pela emoção, a sra Imenes Gomes Borba, esposa do comandante da 10ª Região, exaltou a bravura das Forças Armadas na defesa dos interesses nacionais”²⁴⁸. Como ato de encerramento do desfile “falou o coronel Aluísio Brígido Borba, que deveras emocionado agradeceu, em nome das três armas, aquela significativa homenagem, que figuraria indelevelmente na história da 10ª Região Militar”²⁴⁹. O jornal *O Povo* foi enfático em dizer que Aluísio Borba agradeceu o povo que “viera a praça pública dar a sua aprovação e o seu aplauso aos legítimos defensores da Democracia”²⁵⁰. São com estes e outros traços que a marcha da vitória do golpe civil-militar de 1964 é encerrada na cidade Fortaleza: “ao ribombar dos 21 tiros de canhão, o povo entoou vibrantemente o Hino Nacional, encerrando-se, então a memorável concentração”²⁵¹.

Outro elemento fundamental a ser percebido é a presença de estudantes ao ato comemorativo ao militares, exatamente num momento em que os mesmos são um dos principais grupos reprimidos em nível nacional. Há uma preocupação em distinguir “os estudantes democratas” dos “estudantes comunistas”²⁵². No ato cívico-religioso, a

²⁴⁸ Jornal *O Povo*, 17 de abril de 1964.

²⁴⁹ *Ibidem*.

²⁵⁰ *Ibidem*.

²⁵¹ *Ibidem*.

²⁵² Poucos dias após a consumação do golpe, os principais jornais cearenses noticiavam que no Ceará havia estudantes que eram apoiadores do golpe, concebendo-os como “democratas”, diferenciando-se daqueles que eram interpretados como sendo comunistas. Esta ideia pode ser percebida na notícia divulgada no dia 5 de abril de 1964, pelo jornal *O Povo*, através do título “**Estudantes fazem “limpeza” em entidades universitárias lideradas pelos comunistas**”. O *Povo* noticiava da seguinte maneira quando tratava da distinção dos dois grupos estudantis: “Hoje, à noite, estudantes democratas estarão reunidos para eleger os novos representantes das entidades universitárias, antes ocupadas por comunistas. Como se sabe, apoiado pelo Exército, um grupo de estudantes ocupou, sábado à noite, a sede da União Estadual dos Estudantes, ali recolhendo farto material

participação de alguns estudantes cumpre com esta função, demonstrar que nem todos são comunistas, objetivando ganhar adesão no meio estudantil ao projeto de governo militar.

Este tipo de preocupação já havia sendo colocado em pauta, nos primeiros dias do mês de abril de 1964 como bem mostrou o jornal *O Povo* quando noticiava que “os estudantes universitários e secundários vão ter, dentro de 120 dias, novas lideranças, mais autênticas por serem fieis às nossas melhores tradições de cristãos e democratas”. Como em todas as instituições, com as escolas e universidades não foram diferentes, elas estiveram sob o controle daqueles que estiveram em consenso na consolidação do “processo revolucionário militar”, afastando os suspeitos de “subversão” e delegando outros que pudessem defender seus interesses e ideias. Portanto, o processo em curso era uma forma de preparar a sociedade para viver conforme as normas de um regime que terá como principal característica o autoritarismo e se utilizará de medidas repressivas contra aqueles que fossem contrários aos seus ideais.

3.5 “Marchas da Vitória” no interior do Ceará.

Quanto às demais cidades do interior do Ceará, Limoeiro do Norte (1º de maio de 1964, mil pessoas)²⁵³, Pentecoste (1º de maio de 1964)²⁵⁴, Juazeiro do Norte (mês de abril de 1964, 30 mil pessoas)²⁵⁵, Aurora (1º de maio de 1964)²⁵⁶, Pacoti, Ipaumirim (30 de abril de 1964)²⁵⁷, Morada Nova (1º de maio de 1964), Iguatu, Jaguaruana e Acopiara (16 de abril de 1964)²⁵⁸, os jornais publicaram algumas informações sobre os preparativos e realização das marchas locais. Sobre algumas das cidades citadas, os jornais divulgaram o processo de organização como o convite, a programação e pós-realização, mas em outras as informações concentraram apenas notícias posteriores ao ato comemorativo.

No convite realizado pelos organizadores da marcha de Pentecoste perceberemos algumas distinções quanto à direção da manifestação em relação à entidade de Fortaleza.

subversivo, que foi entregue à 10ª Região Militar”. No dia 9 de abril, o mesmo jornal divulgava uma nova notícia sobre os estudantes, a qual continha o mesmo teor da anterior. O *Povo* informava que “os estudantes universitários e secundaristas vão ter, dentro de 120 dias, novas lideranças, mais autênticas por serem fieis às nossas melhores tradições de cristãos e democratas”.

²⁵³ *Unitário*, 29 de abril de 1964.

²⁵⁴ *Unitário*, 30 de abril de 1964.

²⁵⁵ *Unitário*, 11 de abril de 1964.

²⁵⁶ *Unitário*, 03 de maio de 1964.

²⁵⁷ *Unitário*, 06 de maio de 1964.

²⁵⁸ *Unitário*, 28 de abril de 1964.

No dia 1º de Maio, Dia do Trabalho, a cidade de Pentecoste, às 15 horas prestará significativa homenagem as gloriosas Forças Armadas do Brasil, realizando solene Marcha Triunfal da Família com Deus pela Liberdade pelas ruas da cidade, com a participação da classe estudantil, dos pescadores dos açudes de Pentecoste, Caxitoré e General Sampaio, das populações rurais e do povo em geral. O comando da 10ª Região Militar estará presente a reunião recebendo o Cel. Aluísio Brígido Borba em nome das Forças Armadas, as manifestações de admiração e reconhecimento do povo pentecostense. A Marcha sairá da frente da escola “FRANCISCO SÁ”, no Acompanhamento do DNOCS, percorrerá as ruas da cidade, assinalando o seu término com grande concentração cívica na Praça da Matriz. Todos os filhos de Pentecoste deverão comparecer a MARCHA DA VITÓRIA às 3 horas da tarde, para a grande homenagem que será prestada ao Exército Nacional Brasileiro, de Caxias, Osório, de Castelo Branco, de Kruel, de Mourão Filho, de Justino e de Aluísio Brígido Borba. O Prefeito daquela comuna cearense vem conclamando ao povo a comparecer a “passeata-monstro” que homenageará as gloriosas Forças Armadas do Brasil. Jamais Pentecoste viveu momentos tão significativos, quanto a Marcha da Vitória. A Pátria está livre do regime comunista ateu e materialista!²⁵⁹

Conforme pode ser observado acima, a direção da marcha de Pentecoste diferencia-se quanto aos componentes organizadores da marcha de Fortaleza. Enquanto a direção da manifestação fortalezense era composta por mulheres católicas e de classe média e alta, a direção de Pentecoste era composta por homens públicos, políticos e jornalistas, pertencentes também a classe média e alta. De acordo com a informação publicada pelo órgão dos *Diários Associados* – jornal *Unitário*, 26 de abril de 1964, a coordenação do evento estava sob a responsabilidade do prefeito Júlio de Oliveira Dias e dos jornalistas Luiz Crescêncio Pereiro e João Crescêncio Pereiro. A presença de homens na direção das marchas do interior será um elemento bastante comum, principalmente aqueles ligados ao ambiente da política, ganhando espaço para a demonstração de posicionamentos favoráveis ao movimento intervencionista militar e como colaboração para a legitimação do regime militar. Esta será a principal preocupação das demonstrações realizadas nas “Marchas da Vitória” que era “mostrar ao Exército brasileiro, que está ao seu lado, e ombro a ombro batalharão em defesa da liberdade do povo brasileiro”²⁶⁰. Deste modo, as marchas da vitória servirão como forma de encenação, ou melhor, uma forma de encenação no espaço público por homens, sejam eles políticos, religiosos ou militares, com o objetivo de dialogar com os militares diante dos imperativos da realidade nacional brasileira.

A necessidade de demonstração pública como identificação ao movimento militar carregava uma preocupação a respeito dos desdobramentos políticos e suas implicações na demora de se posicionar ao movimento “vitorioso”. A seleção da data, 1 de maio, dia marcado para a realização da marcha de Pentecoste, visava integrar os trabalhadores ao ato comemorativo do golpe civil-militar de 1964. Por esta razão o convite feito pela coordenação

²⁵⁹ *Unitário*, 26 de abril de 1964.

²⁶⁰ *Jornal Unitário*, 26 de abril de 1964.

do desfile e publicado no *Unitário*, afirmava contar com a participação “da classe estudantil, dos pescadores dos açudes de Pentecoste, Caxitoré e General Sampaio, das populações rurais e do povo em geral”²⁶¹.

Na “*Marcha da Vitória*” do município de Aurora²⁶², as lideranças responsáveis pelo desfile foram o prefeito da cidade Francisco Bezerra dos Santos e o juiz José Sobral. Segundo a correspondente local, Franssinette B. Santos, Aurora “não ficou alheia às solenidades e manifestações de regozijo pela posse do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, na Presidência da República”. Mesmo com a manifestação em Aurora tendo ocorrido em primeiro de maio, a marcha foi utilizada pelas lideranças políticas como forma de saudar publicamente a posse de Castelo Branco. A referência à terra natal do presidente era registrada. O discurso anticomunista imbricava-se com a celebração ao Ceará, representado pelo general no poder, fortalecendo a retórica em torno do reconhecimento da população ao regime militar. Estas podem ter se tornado estratégias que levaram as autoridades e lideranças a se adaptarem a nova ordem política em vigência.

A “*Marcha da Vitória*” de Aurora foi realizada “em frente ao Edifício da Prefeitura Municipal”²⁶³. No local do desfile cívico-religioso, o juiz de direito “Dr. José Sobral”²⁶⁴ realizou perante a multidão uma “*explanção dos motivos da solenidade*”²⁶⁵. O ato pretendia não apenas dar um ar de popularidade e aceitação da população local ao movimento militar intervencionista, mais, sobretudo, tornou-se um momento apropriado para que as lideranças locais demonstrassem suas posições políticas favoráveis ao momento em questão.

Após o momento da oratória do juiz José Sobral, a bandeira nacional foi hasteada no “Pavilhão Nacional”, tendo feito, os presentes ao desfile, a formação de “*continência à Bandeira*”, sendo destacada pelo jornal *Unitário*, a participação de continência da polícia, ginásio paroquial e de várias escolas. Conforme a correspondente Franssinette B. Santos do município de Aurora, ainda no momento do hastear da bandeira, “era entoado por todos os presentes o Hino Nacional”²⁶⁶.

Em seguida, o desfile seguiu sua programação, onde os participantes puderam ouvir “uma salva de 21 tiros de fuzil, a cargo da PMC local”²⁶⁷, sendo acompanhado também

²⁶¹ Ibidem.

²⁶² O município de Aurora está situado ao sul do Ceará, fazendo parte da região do Cariri.

²⁶³ Jornal *Unitário*, 03 de maio de 1964.

²⁶⁴ Ibidem.

²⁶⁵ Ibidem.

²⁶⁶ Jornal *Unitário*, 03 de maio de 1964.

²⁶⁷ Ibidem.

de “uma prolongada salva de foguetes e bombas”²⁶⁸ como forma de homenagear as Forças Armadas do Brasil. Parte das marchas cearenses contaram com a participação de militares, e sobretudo, tendo em alguns momentos delas a utilização de espaços que pudessem representar o poder militar, como também o uso de armas e foguetes pelos próprios militares presentes nos desfile, destacando sua ação “heroica”.

Enquanto no desfile de Fortaleza, os participantes percorreram a pé os principais espaços selecionados para as devidas comemorações e homenagens aos militares brasileiros, na cidade de Aurora, a manifestação teve como principal característica uma passeata acompanhada de “dezenas de veículos, com suas buzinas ligadas, durante todo o percurso”²⁶⁹.

Devemos também destacar a importância que os principais jornais cearenses tiveram na construção e visibilidade das marchas do interior, uma vez que é percebido que os mesmos destinaram ou reservaram um determinado espaço dos periódicos para a publicação de notas dos correspondentes locais. De modo geral, as informações encontradas a respeito das marchas do interior cearense foram publicadas em caixa de texto, no canto superior direito da página do periódico, tendo variações na numeração da página. Há a preocupação em acompanhar os desdobramentos desse tipo de manifestação nas cidades do interior, e ao mesmo dividir atenção com assuntos políticos, sociais e econômicos que diziam respeito ao cenário nacional, frente à nova realidade do país.

A relação dos jornais com os seus respectivos correspondentes locais apontam mais um indicativo da participação da imprensa escrita na construção das marchas como atribuição de acontecimento grandioso. Franssinette encerrava a nota enviada ao *Unitário* afirmando que “o povo aurorense deu uma demonstração das mais eloquentes, em todo o país, de sua vocação democrática e cristã, de defesa intransigente dos princípios de liberdade e independência”²⁷⁰. O momento de receptividade do golpe através das marchas busca concebê-lo como um movimento de reafirmação “democrática e cristã”. Há uma compreensão de democracia que somente fazia sentido para as ações realizadas em oposição ao que se concebia como comunismo. Explicitando este tipo de pensamento, Franssinette argumentava que a população repudiara a “inglória dos maus brasileiros que queriam entregar a nossa Pátria ao jugo da doutrina soviética”.

À medida que foram sendo realizadas várias manifestações anticomunistas no período pós-golpe, no Ceará, suas direções ganhavam integrantes bastante heterogêneos:

²⁶⁸ Ibidem.

²⁶⁹ Ibidem.

²⁷⁰ Jornal *Unitário*, 03 de maio de 1964.

professores, prefeitos, vereadores, advogados, jornalistas, padres, bispos, militares, empresários e etc. Na cidade de Pacoti²⁷¹, a direção da marcha já apresentava esse tipo de variação de integrantes, como o presidente do círculo operário²⁷², o professor Flávio Ferreira Lima e o vigário da paróquia, padre Hilário²⁷³. Diversas autoridades compareceram ao desfile como o prefeito da cidade Aluísio Meneses Jucá, o promotor de justiça José Gusmão Bastos, o coletor federal Nazário dos Santos Vieira Costa, o presidente da câmara municipal Valdecir Nunes Gomes e alguns vereadores. E mais uma vez encontramos a atribuição de sentido de vitória também presente na marcha de Pacoti quando o correspondente local, afirmava que o povo “deslocou-se de todos os pontos do município para participar da “Marcha” e render seu preito de fé em Deus e nos destinos do País, agora entregues às gloriosas Forças Armadas”²⁷⁴.

Em Limoeiro do Norte também foi realizada a “*Marcha da Vitória*”. O convite do desfile virou notícia no jornal dos *Diários Associados, Unitário*, enviada pelo correspondente local Meton Maia, embora a cidade contasse com a existência de algumas emissoras de rádios. Vejamos a forma como o convite é apresentado no periódico cearense, no dia 28 de abril de 1964:

LIMOEIRO viverá a 1º de maio, momentos de grande entusiasmo cívico e patriótico, com a Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade. Preparam-se autoridades, entidades e o povo em geral, para homenagear as gloriosas FORÇAS ARMADAS brasileiras, em momento, inesperado, combateram aqueles que tudo faziam para lançar as garras do comunismo ateu em nossa querida PÁTRIA. Toda a programação está sendo elaborada na residência do Rvmo, Monsenhor Otavio de Alencar Santiago. A marcha da FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE, será uma demonstração de que o povo jaguaribano sempre odiou as constituições de Cuba, Moscou e da China Comunista.

O convite divulgado acima no *Unitário* caracteriza o pensamento anticomunista de algumas lideranças locais como: o correspondente Meton Maia e o pároco Otávio de

²⁷¹ A cidade de Pacoti está localizada no Maciço de Baturité ficando aproximadamente 100 km da capital cearense – Fortaleza.

²⁷² Após o fim do regime de padroado no Brasil, a Igreja Católica reformula sua forma de atuar na sociedade, especialmente no que diz respeito na tentativa de atrair os trabalhadores e as classes mais pobres frente ao processo de modernização do país no século XX. Os círculos operários católicos se materializaram como um projeto da Igreja, visando formular um modelo de trabalhador que futuramente defenderia, os interesses desta instituição religiosa. Do mesmo modo, este tipo de ação político-ideológico, tornava-se numa tentativa de ampliação da base social no combate as ideologias estrangeiras como o comunismo e o socialismo.

²⁷³ Daniel Leite Grangeiro, nasceu no município de Milagres em 29 março de 1918. O mesmo fez parte da *Sociedade Divino Salvador*, estudou no Seminário Menor em Crato – CE, no Seminário Maior em São Paulo. Em 1946, Daniel Leite inicia o noviciado, passando a ser chamado de irmão Hilário. Ele cursou por três anos o curso de filosofia e durante quatro anos o curso de Teologia. Na cidade de São Paulo, Hilário foi ordenado como subdiácono no ano de 1952 e posteriormente, em poucos meses, passando a ser diácono. Hilário, como vigário, cooperou durante dois anos na Igreja de Nossa Senhora Aparecida em São Paulo. Em seguida, foi para o Rio de Janeiro, exercendo a função de vigário também durante dois anos na cidade Vassouras. Depois, Hilário retorna para o Ceará, continuando com sua função de vigário num período de nove anos na cidade Pacoti. Nesta cidade, Hilário se torna um dos principais organizadores da “Marcha da Vitória”.

²⁷⁴ Jornal *Unitário*, 5 maio de 1964.

Alencar Santiago, um dos articuladores da marcha em Limoeiro do Norte. Conforme indica o convite, a participação da Igreja Católica na coordenação da marcha ocorreu de modo integral, uma vez que, Otávio de Alencar e o Bispo Dom Aureliano Matos estiveram à frente das decisões na condução do movimento na cidade. Sua programação foi decidida pela própria instituição religiosa e a realização do desfile teve como espaço de concentração a frente da Igreja Matriz, onde foi colocado um palanque. Nele se encontravam as lideranças e autoridades, segundo o grupo ao qual eles pertenciam: autoridades religiosas no centro do palanque, autoridades políticas ao lado direito, e ao lado esquerdo as lideranças educacionais. A data escolhida para o desfile teve a mesma preocupação das demais, atrair a participação dos trabalhadores ao reconhecimento da intervenção militar.

No dia 11 de abril de 1964, o periódico *Unitário* divulgava uma matéria a respeito da ocorrência da “*Marcha da Vitória*” de Juazeiro do Norte com o título “Espetáculo de Civismo e Fé nos Destinos do País: Missa e Passeata em Juazeiro do Norte”, explicitando de modo claro o pensamento anticomunista e sua utilização como motivação para a realização desse tipo de manifestação na cidade. Segundo o *Unitário*, vários líderes e autoridades se manifestaram, destacando-se entre eles: o padre Francisco Murilo de Sá Barreto que;

Exortou os fies ali presentes a se prestarem diante do altar de Deus, com piedade, recolhimento e fervor, para prestar a homenagem de gratidão ao seu Divino Pai pela graça especial concedida por haver o nosso glorioso Exército destruído a Fortaleza do Comunismo russo e cubano. A população delirantemente aplaudiu a palavra do seu ínclito pastor.

A marcha de Juazeiro do Norte consistia numa junção entre romaria e desfile. Foi uma das marchas realizadas no Ceará em que podemos encontrar mais elementos religiosos. Na marcha, o padre Murilo Barreto legitimava a conspiração golpista dos militares e com o apoio dos civis como uma perspectiva religiosa, caracterizando o golpe como uma medida preventiva e de ação divina. A marcha, após o golpe de 1964, como ação de graça pretendia “comemorar a intervenção militar, “salvadora” da pátria, da família e da religião”²⁷⁵.

²⁷⁵ CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 66.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem possibilitado refletir e compreender como uma parte da imprensa cearense tornou-se responsável por agendar as principais elites do estado, conduzindo-as a tomarem medidas e posicionamentos favoráveis aos acontecimentos principais da conjuntura política brasileira (1961-1964), levando-as a dialogarem com a realidade e aguardando, em boa medida, com bastante apreensão os seus desdobramentos. O aspecto da apreensão e medo, do que há por vir, não foi um elemento presente apenas nos primeiros dias e meses após o golpe civil-militar de 1964, mas fizeram parte, do processo instituído, desde 1961, quando se iniciam os embates entre os principais grupos de pressão e forças em oposição, tanto das direitas como das esquerdas.

Uma parte dos jornais cearenses como *Gazeta de Notícias*, *Correio do Ceará* e *O Nordeste* se posicionaram em defesa da legalidade, da constituição e dos princípios democráticos. O apoio à posse de Jango à presidência da República não indica necessariamente uma afinidade com as posições políticas e ideológicas dele, mas este comportamento se deve a uma construção pública, em respeito aos princípios legais da Constituição. Os jornais, neste instante, adotavam um tom de moralidade, legalidade e respeito à Constituição de 1946.

Em 1962, durante o processo eleitoral, o empreendimento realizado pela “União pelo Ceará”, através de uma campanha política, centralizada na polarização ideológica, encontrou um profundo amparo da imprensa cearense, que, além de desempenhar o papel de porta-voz da elite cearense conservadora, mantinha vínculo com ela através de relações pessoais. A vitória eleitoral do grupo anticomunista, “União pelo Ceará”, deveu-se por um processo de união de forças captadas em diferentes segmentos da sociedade, especialmente, da imprensa, essencial para o amparo as ideias e interesses defendidos por este grupo de pressão e de combate ao comunismo através da via eleitoral.

Durante a campanha plebiscitária, em 1963, os jornais cearenses desempenharam uma ação política, que era constituída por dar visibilidade às principais lideranças políticas do estado, que estavam apoiando o retorno do presidencialismo no país. A campanha havia recebido uma adesão do governador recém-eleito, Virgílio Távora. O mesmo, durante aquele momento, viajou ao Ceará para conversar com os correligionários para promoverem posicionamentos favoráveis ao retorno do regime presidencialista. Por outro lado, como demonstraram os jornais, a Igreja, apoiava o retorno do sistema, mas ainda via com desconfianças o governo de João Goulart. A Igreja aguardava com apreensão cada passo deste

governo.

No tocante a divulgação do Comício da Central do Brasil, Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964, os jornais cearenses, transmitiam ou apontavam alguns elementos deste acontecimento político, em clima de tensão e preocupação quanto aos seus desdobramentos. Portanto, pairava um clima de uma tensão e insegurança, devido os grupos conservadores interpretarem este acontecimento como aliança estabelecida por João Goulart com os “comunistas”.

Quando o golpe foi, de fato, efetivado, algumas autoridades políticas e militares cearenses, como Virgílio Távora, Aluísio Borba, Themístocles de Castro e Silva, Murilo Borges e alguns deputados estaduais recorreram ao espaço da imprensa para lançar suas adesões ao intervencionismo militar. Virgílio Távora, imediatamente fez uso desse instrumento de comunicação para lançar publicamente seu apoio aos militares na tentativa de desconstruir sua imagem de simpatizante ou aliado ao projeto reformista de João Goulart. Na maior parte dos jornais cearenses podiam ser encontradas algumas notas oficiais, comunicados e mensagens enviadas pelo governador no propósito de conceder apoio ao movimento “revolucionário” como também se disponibilizando a adotar medidas que permitissem a consolidação do movimento no Ceará.

No período após o golpe, no Ceará, pudemos identificar a participação da entidade feminina de Fortaleza, Movimento Cívico da Mulher Cearense – MCMC, a qual foi dirigida pela primeira dama do estado, Luiza Távora, esposa de Virgílio Távora. A entidade veio ao conhecimento do público através da imprensa, adquirindo o perfil de que estava agindo e colaborando para a consolidação do golpe de 1964 no Ceará. Os traços das ações políticas exercidas pela entidade eram definidos como: mobilizações, cobrança e vigilância para que o regime militar fosse legitimado. No trabalho, detemo-nos em analisar os momentos específicos das ações da entidade: no primeiro momento a promoção da missa congratulatória em favor do reconhecimento aos militares como agentes responsáveis pelo movimento conspiratório. Neste momento a imprensa exerce um papel fundamental no reagrupamento de forças conservadoras e políticas, que encontram no momento da celebração religiosa em homenagem às forças militares, uma situação ideal para demonstrarem suas adesões ao movimento intervencionista.

No segundo momento, identificamos e analisamos as ações da entidade em prol da realização da “Marcha da Vitória” na capital cearense, por meio de articulações políticas, convites, programação e pelo profundo envolvimento com os principais jornais cearenses, responsáveis por colocar a entidade em evidência, legitimando as suas ações e tomadas de

medidas, como também sendo participante do processo de construção deste acontecimento e da atribuição de sentidos. Concomitante a Marcha de Fortaleza, analisamos as mobilizações e realizações das manifestações no interior do estado, que de certo modo, visavam não apenas celebração do golpe ou homenagear o governo Castelo Branco, mas, sobretudo, como medida de adequação e de sobrevivência política, no novo regime instituído no Brasil, o qual perdurou 21 anos.

Torna-se necessário dizer, que os principais acontecimentos da conjuntura política nacional e os seus desdobramentos no Ceará, deveu-se em boa medida, ao modo como algumas lideranças políticas, militares e religiosas foram enfrentando e construindo esses acontecimentos através de leituras da realidade que se vivia e ao mesmo tempo atribuindo significados conforme suas perspectivas ideológicas e políticas. Pode-se também dizer o mesmo, em relação aos principais jornais cearenses aqui trabalhados, os quais foram fundamentais na construção desses acontecimentos, atribuindo sentidos conforme o seu universo simbólico, que estava em sintonia com as demais lideranças em articulação antes e depois da consumação do golpe civil-militar de 1964. Os jornais tornaram-se num espaço de ação política, em seu próprio nome e em nome de determinados grupos políticos, onde todos estavam marchando, condicionando e direcionando os acontecimentos rumo ao golpe. No pós-golpe, ambos vão legitimar suas ações desempenhadas nessa longa jornada de combate ao comunismo, se definindo politicamente e constituindo medidas favoráveis aos militares brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (Orgs). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo e COELHO, Hercídia (Orgs.). **Política e sociedade no Brasil (1930 – 1964)**. São Paulo: Annablume, 2002.
- ALBERTI, Verena. **O fascínio pelo vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru: São Paulo, Edusc, 2005.
- AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes, (Org.) **Uso e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **1964 e o nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?** São Paulo: Contexto, 1989.
- AZEVEDO, Dúnya. A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. **Revista Mediação**, Belo Horizonte, v. 9, n 9, jul./dez. de 2009.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 7 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- BARRETO, Leda. **Julhão, nordeste, revolução**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- BARROS, Edgard Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- BARROSO, José Parsifal. **Uma história da política do Ceará: 1889-1954**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1984.
- BENJAMIN, Walter. 1987a. **Obras escolhidas: rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, Vol. 2.
- _____. **Obras escolhidas: magia, técnica, arte e política. ensaios sobre literatura e historia da cultura**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b. Vol. 1.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 12, n, 23/24, 1992.
- BUENO, Bruno Bruziguessi. Os fundamentos da doutrina de segurança nacional e seu legado na constituição do estado brasileiro contemporâneo. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Pelotas, RS, v 2, n1, 45-64, 2014.

BURITY, Joanildo Albuquerque. **Os protestantes e a revolução brasileira: a conferência do nordeste (1961-1964)**. 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? **Comunicação & Mercado UNIGRAN**, Dourados - MS, v. 1, n. 2 – edição especial, p. 79-87, nov. 2012.

CARDOSO, Lucileide. **Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)**. Cruz das almas – BA: UFRB, 2012.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campina: Papirus, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. Companhia das Letras: São Paulo, 1998.

_____. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CAVALCANTE, Erinaldo. **Relatos do medo: a ameaça comunista em Pernambuco – Garanhuns (1958-1964)**. Recife: UFPE, 2012.

CERVI, Emerson Urizzi e ANTONELLI, Diego. Primeira página e visibilidade de temas sociais: uma análise comparativa entre jornais diários de abrangência local em dois pólos regionais do Paraná. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, n 11, out. 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

_____, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Omar da e REIS, Daniel Aarão (Org.). **À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

DELGADO, Lucileia de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo. 1945-1964**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador – entre Esfinge e Fênix**. São Paulo: Unesp, 2013.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da memória: o movimento feminino pela anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

ENNARI, Adilson Marques. **A nação e o capital estrangeiro: um estudo sobre a lei de remessas de lucros no governo de João Goulart.** 1997. (Tese em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da doutrina de segurança nacional pela escola superior de guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Revista Antíteses**, Londrina, v. 2, n. 4, p. 831- 856, jul./dez. 2009.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Org.). **A formação das tradições: 1889-1945.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.1.

_____. **Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Revolução e democracia: 1964...** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. e GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de morais (Org.) **História oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **João Goulart: entre a memória e a história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço e histórico e perspectivas.** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PIMENTEL FILHO, José. **Urbanidade e cultura política.** Ed. UFC: Fortaleza, 1998.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **As reformas de base na era Jango.** 2008.358f. Tese (Pós-doutorado em Administração Pública), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

LIMA FILHO, Renato Costa. **As peculiaridades dos bancários cariocas.** 2006. 334f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964: discurso e ideologia.** São Paulo: Atual, 1988.

FOLLAMANN, José Ivo. **Igreja, ideologia e classes sociais.** Petrópolis: Vozes, 1985.

FREDERICO, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984).** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FREIRE, Eduardo Nunes. O design no jornal impresso diário. do tipógrafo ao digital. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, dez. 2009.

FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira de (Org.). **Judite (1906-2006).** Fortaleza: Premium, 2006.

GASPARI, Elio. **A Ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAVA, José Estevam. **Momento bossa nova**. São Paulo: Annablume, 2006.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. **Revista Domínios da Imagem**, Londrina, ano I, n 2, maio, 2008.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo e SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Editora Vértices, 1988.

_____; FERREIRA, Jorge. **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p.207.

GUTEMBERG, Alisson e LEAL, Zulenilton Sobreira. O jogo político na arena midiática: uma análise do enquadramento noticioso na cobertura das manifestações de Março de 2015. In: **Revista NAMID**, ano XI, n. 5 – maio 2015.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GASPARETTO JUNIOR, Antônio. Micro-história. **Info Escola navegando e aprendendo**. Florianópolis, [s.d.]. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/micro-historia/> Acesso em 14 de maio de 2015, às 15 horas.

LINHARES, Marcelo. **Virgílio Távora: sua época**. Fortaleza: Casa José de Alencar, programa Editorial, 1996.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 - 1912)**. São Paulo: Moderna, 1997.

MAGALHAES, Aline Montenegro. **Culto da saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional (1922-1959)**. 2004.

MAIA, Roberta Kelly Santos. **O dono do terreiro: o jornalista, político e professor Luiz Campos**. 2010. 119f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MANIFESTANTES da marchada família entram em confronto com críticos no Rio. **Jornal Folha de São Paulo**, 22 de março de 2014, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/2014/03/1429589-manifestantes-da-marcha-da-familia-entram-em-confronto-com-criticos-no-rio.shtml>. Acesso em 14 de maio de 2015, às 14h30min.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, s/p. disponível em: <<https://books.google.com.br/books>> . Acesso em 15 de maio de 2015, às 10h00min.

MEDEIROS, Moíza Sibéria Silva de. **Primeiro - damismo no Ceará: Luiza Távora na gestão do social**. 2012.144f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_____. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NOGUEIRA, Marcelo D'alencourt. **As relações políticas de João Goulart e Leonel Brizola no governo Jango (1961-1964)**. 2006. 85f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

NUNES, Antonio Pergentino. **Minha vida, minha luta**. Fortaleza: Premium Editora, 1999.

OLIVEIRA, Ana Claudia Rodrigues de e NEVES JUNIOR, José Wilson Assis. Reedição da Marcha da Família com Deus pela Liberdade 50 anos depois do golpe de 1964: manifestações anacrônicas em favor da ditadura militar no Brasil. SEMANADE CIÊNCIAS SOCIAIS: 50 ANOSDEPOISDOGOLPEMILITAR, XXV, Londrina, 8 à 10 de abril de 2014. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em: <www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos> . Acesso em 14 de maio de 2015, às 14 horas.

OLIVEIRA, Eliezer R. de. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. **Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento na área mineira do nordeste**. Maceió: EDUFAL, 2000.

OLIVEIRA, Plínio Correia de. **A Igreja ante a escalada da ameaça comunista: apelo aos Bispos Silenciados**. São Paulo: Vera Cruz, 1977.

PARENTE, Francisco Josênio C.. O Ceará dos coronéis (1945 a 1986). In: SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

PARGA, Francisca Rafaela. Católicos em ação: imprensa católica militante – Fortaleza (1922-1930). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-15.

PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. Os desafios da história (política) do tempo presente. In: **Revista OPSIS**, Goiânia, v.1. 7, n. 9, jul. – dez. 2007.

PINTO, José Aloísio Martins. Não vingarão as sementeiras do anticristianismo: o comunismo na imprensa católica (Fortaleza/CE, 1930 – 1945). In: **ENCONTRO REGIONALDE**

HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, XIX, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, USP, 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp>> . Acesso em 14 de maio de 2015, às 17 horas.

REIS, Daniel Aarão; RIDENT, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004.

_____. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

RÉMOND, René. **Por uma nova história política**. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ/FGV, 2003.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. O Brasil visto de fora. São Paulo: ANPUH, 2009 – Semestral. ISSN 1806-9347

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no rio Grande do Sul (1945-1964)**. 2 ed. – Passo Fundo: UPF, 2003.

_____. **Capítulos da guerra fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX (Brasil e América Latina)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTOS, Bárbara Cacau dos. **Trabalhadores cearenses, uni-vos!:** o pacto de unidade sindical em Fortaleza (1957-1964). 2009. 183f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim – CE (1927-1950)**. 2011. 126f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sobral, 2011.

SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará: instruindo, educando, orientando moralizando (1915-1963)**. Fortaleza: Ed. UFC, 2007.

SANTOS, Maria Rita Araújo. **Os caminhos da missão: a diocese de Limoeiro do Norte, e o discurso social de Dom Aureliano Matos (1940-1967)**. 1997. 50f. Monografia (Graduação em História) - Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos / FAFIDAM, Limoeiro do Norte, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCOCUGLIA, Afonso Celso e MACHADO, Charliton José Dos Santos. **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campina, SP: Programa de Pós-Graduação em Educação e Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2006.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. **A mulher brasileira em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964.** 2008. 132f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

SILVA, Ricardo. Planejamento econômico e crise política: do esgotamento do plano de desenvolvimento ao malogro dos programas de estabilização. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n 14: p.77-101, jun. 2000.

SIMOES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964.** Petrópolis, Vozes, 1985.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró e FERREIRA, Gilton Luiz. O lugar da opinião. A cidade e os espaços de produção social da opinião pública. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 17, n.33, p. 225-242, 230, maio 2015.

SOARES, Ary Dillom e D'ARAÚJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: FGV, 1994.

SOARES, Samuel Alves. **Controles e autonomias: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999).** São Paulo: UNESP, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Vozes, 1986.